

MARIA DO CARMO DOS SANTOS CARVALHO

**MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO:
O QUE HÁ DE NOVO E O QUE SE REPETE**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
MONTES CLAROS / MG**

Março de 2014

MARIA DO CARMO DOS SANTOS CARVALHO

**MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO:
O QUE HÁ DE NOVO E O QUE SE REPETE**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria da Luz Alves Ferreira

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
MONTES CLAROS / MG**

Março de 2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

Dissertação intitulada —Mulheres no Mercado de Trabalho: O que há de novo e o que se repete. De autoria da mestranda Maria do Carmo dos Santos Carvalho, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Maria da Luz Alves Ferreira (UNIMONTES)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Sarah Jane Alves Durães (UNIMONTES)
Avaliadora

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza (UFU)
Avaliador

DEDICATÓRIA

As mulheres guerreiras que através de suas lutas contribuíram para a transformação da situação feminina no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ter chegado até aqui é sinal de que tudo é possível, basta querer e se dedicar. Nesses dois últimos anos da minha vida vivenciei situações que nem imaginava vivenciar, conheci pessoas excelentes que me incentivaram a não desistir, pois assim é a vida; fazer esse mestrado foi mais uma conquista e só tenho a agradecer por conseguir chegar ao final. Dessa maneira, não deixaria de dedicar esta conquista àqueles que são tão importantes em minha vida.

Primeiramente agradeço a Deus e Nossa Senhora Aparecida, pois sem Eles nada disso seria possível.

Agradeço aos meus pais por sempre me apoiarem em minhas decisões, uma vez que, mesmo sem entender o que estou fazendo sempre me incentivaram, para que eu seguisse em frente e com isso permitiram que eu fosse alguém na vida.

A minha Irmã e meu Cunhado Francesco que mesmo estando distantes sempre me deram apoio e incentivo para estudar; em cada ligação, sempre preocupados com os meus estudos.

Agradeço a Alayb, por ter me dado todo apoio desde o início quando eu resolvi tentar o mestrado e me acompanhou em cada conquista nesses dois anos, obrigada por tudo.

Aos meus amigos Patrícia, Diney, Déborah e Flávio pelo apoio e amizade que me faziam esquecer as angústias do dia a dia cada vez que nos encontrávamos e ríamos da vida.

Agradeço também as amigas Ariadne, Liliane, Kátia, Mariana, Jansen por comemorem comigo cada etapa dessa conquista.

Agradeço aos meus professores do PPGDS que foram grandes mestres, e que tanto contribuíram para a minha formação. Em especial, agradeço a minha orientadora Maria da Luz que sempre mostrou total dedicação e amor pelo seu trabalho, agradeço pelas sugestões e auxílio no encaminhamento deste trabalho.

Agradeço aos professores Marcio Ferreira de Souza e Sarah Jane Alves Durães pelas contribuições na banca de qualificação e por terem aceitado fazer parte da banca de defesa da dissertação.

Aos colegas de mestrado, que com certeza me lembrarei, pois direta ou indiretamente contribuíram para essa etapa da minha vida.

Em especial agradeço a Carol, pelo companheirismo, pois juntas estudamos para entrar no mestrado e conquistamos essa vitória em nossas vidas... Valeu muito "Menos". Agradeço também aos novos amigos Guélmer e Francisco pelos momentos de partilha das angústias vividas nesses dois anos de convivência. Levarei vocês três sempre comigo!

Não poderia esquecer de agradecer Fernanda, Sara, Edilene e Vanessa pela contribuição imprescindível e pela disponibilidade na secretaria do PPGDS.

Aos meus amigos, tios, primos e vizinhos que não citei o nome, mas que contribuíram imensamente com essa etapa da minha vida.

Enfim, a todos a minha gratidão e muito obrigada!

EPÍGRAFE

*Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor. Mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas graças a Deus não somos o que éramos.
(Martin Luther King)*

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho em profissões consideradas masculinas, na cidade de Montes Claros- MG e teve como objetivo principal buscar compreender as dinâmicas ocorridas no mercado de trabalho em Montes Claros - MG referentes às transformações da inserção feminina em cargos que eram preenchidos por homens e mostrar através das entrevistas como as mulheres pensam e como elas percebem o fato de mulheres estarem se inserindo e exercendo atividades que há alguns anos eram espaços exercidos apenas por homens. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa que utilizou da técnica "bola de neve" para delimitar o universo pesquisado. As análises realizadas partiram de dados extraídos de banco de dados secundários e de entrevistas semiestruturadas realizadas com um grupo de mulheres. Pode-se concluir com este trabalho que, há sim, avanços das mulheres no mercado de trabalho, mas há uma diferenciação na divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, que impacta a inserção das mulheres em ocupações tidas como masculinas.

Palavras-chave: Gênero, Mercado de Trabalho e Ocupações Masculinas

ABSTRACT

This dissertation presents a study on the integration of women into the labor market in occupations considered masculine in the city of Montes Claros , Minas Gerais and aimed to seek to understand the dynamics occurring in the labor market in Montes Claros - MG concerning transformations of insertion women in positions that were filled by men and through the interviews show how women think and how they perceive the fact that women are inserting and exercising activities that a few years ago spaces were exercised only by men . This is a research quantity qualitativa who used the technique "snowball " to delimit the group studied . The analyzes carried out from data extracted from secondary data and semi-structured interviews with a group of women . Can conclude from this work that , yes there is, advances of women in the labor market , but there is a differentiation in the sexual division of labor between men and women, which impacts the inclusion of women in occupations regarded as masculine.

Keywords : Gender , Work and Occupations Men

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1: Perfil Socioeconômico das Entrevistadas.....	82
--	----

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Evolução da participação de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro.....	43
---	----

GRÁFICO 2: Distribuição da população ocupada, por grupos de idade, segundo o sexo (%) – (2003 e 2011).....	46
--	----

GRÁFICO 3: Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – 2011.....	47
--	----

GRÁFICO 4: Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – (2011).....	50
--	----

GRÁFICO 5: Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – 2011.....	51
--	----

GRÁFICO 6: Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas, por sexo (em R\$ a preços de dezembro de 2011) – 2003 - 2011.....	57
--	----

GRÁFICO 7: Rendimento médio real habitual da população ocupada, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo – (2003 e 2011).....	58
---	----

GRÁFICO 8: Distribuição da população ocupada no setor público, por sexo (%) – 2003 e 2011.....	60
--	----

GRÁFICO 9: Proporção de mulheres desocupadas, por grupos de anos de estudo (%) – (2003 a 2011).....	70
---	----

GRÁFICO 10: Rendimentos das mulheres com nível superior, comparado aos homens de 2003 a 2008.....71

GRÁFICO 11: Número médio de horas semanais habitualmente trabalhadas pelas mulheres, por grupos de anos de estudo – (2003 e 2011).....72

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Mulheres no mercado de Trabalho: Indicadores de Participação Econômica Brasil - 2002 a 2010.....44

TABELA 2: Razão do rendimento médio real do trabalho das mulheres em relação ao dos homens – 2003 - 2011.....57

TABELA 3: Número de empregos formais segundo gênero e grau de instrução Brasil 2009.....59

TABELA 4: Profissões de Prestígio Ocupado pelas Mulheres no Brasil nos anos de 1995, 2004 e 200762

TABELA 5: Número médio de horas semanais habitualmente trabalhadas pela população ocupada, por agrupamentos de atividade, segundo o sexo e diferença entre homens e mulheres – (2003 e 2011).....60

TABELA 6: Proporção de mulheres para diferentes profissões de 1989 a 2009 Brasil.....76

ANEXO

Anexo 1: Questionário Pesquisa de Campo.....112

LISTA DE SIGLAS

CENAE- Cadastro Nacional de Atividades Econômicas

EAD - Ensino a Distância

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

PEA - População Economicamente Ativa

PIA - População em Idade Ativa

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD - Pesquisa Nacional de Atividades Econômicas

RAIS - Relatório Anual de Informações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO.....	20
1.1- Gênero.....	20
1.2 - Trabalho.....	25
1.3 - Divisão Social do Trabalho para Émille Durkheim e Karl Marx.....	28
1.4- Divisão sexual do Trabalho	31
1.5- Gênero e trabalho no Contexto Brasileiro.....	36
CAPÍTULO 2- INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO - AVANÇOS E DESAFIOS.....	39
2.1- Evolução Histórica das Mulheres no Mercado de Trabalho.....	39
2.2 - Mulheres e Acesso a Profissões de Prestígio.....	54
2.3 - Avanços e Desigualdades entre Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho.....	63
CAPÍTULO 3- O MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DA ANÁLISE DE OCUPAÇÕES “MASCULINAS” PREENCHIDAS POR MULHERES.....	74
3.1 - Mulheres em profissões "masculinas".....	74
3.2- Caminhos da Pesquisa.....	79
3.3 - Perfil sócioeconômico das entrevistadas.....	81
3.4- A percepção das entrevistadas quanto ao trabalho.....	82
3.5 - Avaliação das entrevistadas sobre a atuação em áreas consideradas masculinas.....	85
3.6- Percepção das entrevistadas sobre as mudanças e persistências no mercado de trabalho entre homens e mulheres.....	90
Considerações Finais.....	100
Referências Bibliográficas.....	103
Anexos.....	112

INTRODUÇÃO

As mudanças sociais, culturais, demográficas e econômicas que ocorreram nas últimas décadas do século XX tiveram grande impacto no trabalho das mulheres, pois se percebe que são cada vez maiores e mais significativas as conquistas das mulheres no mercado de trabalho. Mas essas conquistas estão acompanhadas por tendências que mostram que as mulheres estão sendo mais exigidas em relação aos homens, em contrapartida estão conquistando benefícios que eram apenas privilégio dos homens, mas mesmo assim ainda se encontra mulheres em empregos com baixos salários e sem garantias básicas de trabalho.

A Observação desse cenário no mundo do trabalho em relação às mulheres juntamente com o crescente aumento das mulheres em profissões "masculinas" foi o impulso que deu origem a este trabalho, uma vez que as mulheres deixaram de ocupar somente postos de trabalhos mal remunerados e passaram a ocupar cargos importantes, como os cargos de chefia e cargos em setores nos quais havia o predomínio da presença masculina.

Essas mudanças instigaram a investigação que deu início a essa pesquisa, pois se teve a preocupação de investigar a situação de mulheres que ocupam esses “novos” postos de trabalho de predominância masculina na cidade de Montes Claros¹/MG.

Percebe-se que o mundo do trabalho perpassa por uma divisão social baseada no princípio de que as mulheres possuem qualidades “femininas”, que seriam inerentes a elas. Tal argumento respalda a dinâmica da inserção de mulheres no mundo do trabalho, reproduzindo dessa maneira as desigualdades entre homens e mulheres.

Na vida social, as tarefas existentes são divididas entre os indivíduos tomando como referência, entre outros aspectos, a diferença sexual. Nessa perspectiva, homens e mulheres estão inseridos em diferentes atividades sob a justificativa de serem biologicamente mais adequados para determinadas tarefas e não outras.

Scott (1995) utiliza o gênero como uma categoria analítica, ou seja, um instrumento metodológico de entendimento das relações entre homens e mulheres, da construção, reprodução e mudança das identidades de gênero.

De acordo com Bourdieu (2002), a abertura das mulheres no espaço público não representou uma equalização das relações de gênero, para ele o processo de diferenciação

¹Montes Claros é um município brasileiro no norte do estado de Minas Gerais. Pertence à microrregião homônima e Mesorregião do Norte de Minas, localizando-se a norte da capital do estado, distando desta cerca de 422 km. Ocupa uma área de 3 582,034 km², sendo que 38,7 km² estão em perímetro urbano e os 3543,334 km² restantes constituem a zona rural. Em 2013 sua população foi estimada em 385 898 habitantes.(IBGE 2013)

entre homens e mulheres se deslocou, atuando mais na apreciação do valor da atividade masculina em relação à feminina.

Percebe-se que as relações de gênero vêm transformando significativamente as relações de trabalho, uma vez que gênero influencia de forma significativa a divisão sexual do trabalho e é ela que está no âmago do poder dos homens sobre as mulheres. (HIRATA; KERGOAT, 2003).

A questão de gênero, portanto legitima as relações de poder apresentando um tipo de valorização social e política. Deve ser um elemento claro para os interessados no tema em que as relações são travadas, entre outros espaços, também na esfera do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno. (SAFFIOTI, 2005).

Nas últimas décadas do século XX, ocorreram mudanças estruturais e tecnológicas, produtivas e organizacionais na economia mundial, causando fortes impactos nas relações de trabalho. A partir dos anos 60 e 70, com a ocorrência de movimentos sociais mundiais, a cultura da sociedade foi se modificando, a parcela de mulheres economicamente ativas aumentou consideravelmente.

Segundo Vieira (2006), a crescente urbanização e industrialização contribuíram para um ambiente propício à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, inclusive as mulheres. Assim, o trabalho deixou de ser um elemento sem sexo, para se transformar em uma categoria sexuada, ou, como define Souza-Lobo (1991), de dois sexos distintos.

Mudanças como, aumento do nível de escolaridade, queda da taxa de fecundidade, juntamente com o aumento da expectativa de vida acompanharam a evolução das mulheres no mercado de trabalho, isso explica não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também a transformação do perfil da força de trabalho desse sexo. (BRUSCHINI; PUPINN, 2004).

A inserção da mulher no mercado de trabalho foi fundamental para as transformações no meio social, pois elas ao fazerem parte da população economicamente ativa mudaram não só as suas vidas, mas também as das suas famílias e da sociedade em si, passaram a ter mais informações, e a ocupar mais espaços nas ruas, trabalhando e estudando. (MEDEIROS, 2006).

O mercado de trabalho passou a retratar as discriminações sofridas pelas mulheres na esfera pública, incentivando, apesar de algumas mudanças, a persistência da diferença entre o trabalho de homens e trabalho de mulheres.

Outro papel guardado ao trabalho das mulheres é o de que as mulheres trabalhadoras são utilizadas pelo capital como instrumentos para dismantelar ainda mais as normas de emprego dominantes, levando a uma precarização ainda maior para o conjunto da classe trabalhadora, incluindo o contingente masculino. (HIRATA, 2002).

Com a inserção das trabalhadoras no mercado, a tendência verificada é a de segregar as mulheres em determinados setores industriais e em algumas ocupações específicas. Os setores em que as mulheres têm encontrado maiores oportunidades de trabalho são os de prestação de serviços, agropecuária, setor social, comércio de mercadorias e indústria.

Através dessa reflexão sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, busca-se o objetivo de compreender as dinâmicas ocorridas no mercado de trabalho em Montes Claros - MG referentes às transformações da inserção feminina em cargos que eram preenchidos por homens, neste caso as profissões selecionadas como objeto de estudo foram: Policial Rodoviário Federal, Delegada, Vereadora, Engenheira, Mecânica, Motorista de Ônibus, Advogada, Médica, Auxiliar de Alvenaria e Administradora. A escolha dessas profissões se deve ao aumento significativo da participação das mulheres nessas profissões, pois através de tais profissões foi possível descrever a percepção dessas mulheres acerca da inserção, permanência e ascensão das mulheres no mercado de trabalho.

Ressalte-se que a importância desta pesquisa foi reconhecer a participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente em áreas que ainda se constituem como "guetos masculinos", que é o caso das profissões citadas. Dessa forma, pretende-se apontar as principais características desse terreno profissional em processo de mudança, assim, busca-se compreender como tem sido a vida das mulheres nesse mercado considerado masculino.

Este trabalho, portanto, parte da premissa de que apesar dos avanços que as mulheres tiveram ao longo dos anos no mercado de trabalho, elas ainda enfrentam desigualdades a serem superadas entre os sexos, e que são perceptíveis através dos indicadores e das análises realizadas nas entrevistas após o trabalho de campo.

Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de cunho quanti-qualitativo, pois acredita-se que os métodos qualitativos e quantitativo devem ser vistos como campos complementares, tendo como ponto de encontro o tema em estudo. Nesse caso, o universo desta pesquisa é a cidade de Montes Claros/MG, com mulheres que ocupem cargos considerados "masculinos".

A análise quantitativa foi realizada através de dados secundários, de vários institutos de pesquisa nacional, o que permitiu uma interpretação desses dados e ainda foi possível

revelar a amplitude e as mudanças do problema, esclarecendo certos fatos em relação ao estudo proposto em uma linguagem administrativa.

Em contrapartida, o estudo qualitativo permitiu a interpretação de pontos de vistas invisíveis, censurados, ou seja, a pesquisa de campo permite atentar para as especificidades socioculturais das entrevistadas, o estudo qualitativo ainda força a repensar o estudo das necessidades não mais segundo indicadores de medida, mas sim, segundo as especificidades socioculturais dos meios de vida. (GROULX, 2008)

A pesquisa de campo permitiu identificar os perfis das mulheres que estão alcançando setores no mercado de trabalho que antes somente os homens tinham acesso; analisar os fatores que ainda dificultam as mulheres de se inserirem nesses postos de trabalho; e verificar se mesmo sendo qualificadas para essas profissões ainda sofrem discriminação apenas por serem mulheres.

Para averiguar o tema e objetivos propostos foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema mulheres e mercado de trabalho e uma análise de dados secundários, sobre o mercado de trabalho e gênero através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Emprego (RAIS) dentre outros. Foi realizado também um estudo comparativo entre homens e mulheres no mercado de trabalho, para analisar a situação em que as mulheres se encontram comparada a dos homens, com o objetivo de mostrar os avanços e desafios ainda enfrentados pelas mulheres em relação aos homens.

Foram realizadas entrevistas através de um questionário semiestruturado, pois acredita-se que as entrevistas semiestruturadas têm atraído um interesse maior dos pesquisadores e com isso elas passaram a ser amplamente utilizadas. Esse interesse está associado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário. (FLICK, 2009). Assim, as entrevistas foram realizadas através de um questionário semiestruturado, com questões abertas, para permitir uma maior utilização na análise das falas das entrevistadas e de forma a coletar o máximo de informações possíveis para a análise de suas respostas.

Para a realização do estudo quantitativo foi feita uma análise do perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas. As variáveis pesquisadas foram: escolaridade (ensino básico, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, pós-graduação), renda, profissão, estado civil (solteiro, casado, amasiado, viúvo, separado) e quantidade de filhos.

Para o estudo qualitativo não foi determinada a quantidade de entrevistas a serem realizadas, pelo fato de que a pesquisa de campo é que determinou as mulheres a serem pesquisadas. Para isso, utilizou-se a técnica chamada de Bola de Neve, que consiste em partir de um grupo de pessoas já identificado previamente e estas por sua vez indicam outras até completar o universo pesquisado.

A escolha dessas mulheres justifica-se por apresentarem características do novo perfil das mulheres que estão se inserindo no mercado de trabalho, pois essas estão alcançando postos de trabalho que antes somente eram ocupados pelos homens. Por uma questão de viabilidade da pesquisa e acessibilidade, as entrevistadas foram realizadas com mulheres nos setores de arquitetura, transporte, policial, mecânica, advocacia, medicina, engenharia, administradora e construção civil, uma vez que elas apresentam características do perfil da nova trabalhadora brasileira.

Através dessas entrevistas pretendeu-se traçar o perfil das entrevistadas, perceber como elas se relacionam no desempenho das atividades, apreender como é a aceitação de tais mulheres em relações aos seus companheiros de trabalho e até mesmo se há algum tipo de preconceito por parte da família e colegas de trabalho, e, ainda, uma análise da percepção dessas mulheres quanto aos principais avanços e desafios que elas enfrentam por estarem inseridas nessas profissões.

Portanto, este trabalho torna-se relevante diante da possibilidade de examinar as principais mudanças da participação das mulheres no setor laboral, já que, esse vem sendo marcado por progressos, aumento da participação feminina, além da conquista de bons postos de trabalho e seu acesso a carreiras e profissões de prestígio, que eram preenchidos pelos homens. A descrição da metodologia utilizada será retomada e completada no terceiro capítulo da presente dissertação.

Para um melhor desenvolvimento da pesquisa, os capítulos ficaram divididos da seguinte maneira, no primeiro capítulo foi feita uma abordagem teórica dos conceitos de Gênero e Trabalho. Os principais autores utilizados para essa discussão foram: Joan Scott (1995), Saffioti (1979), Del Priore (2001), Souza-Lobo (1991). Para a discussão sobre trabalho os autores utilizados foram: Karl Marx (1983), Émile Durkheim (2004), Ricardo Antunes (2010), Bila Sorj (1992) dentre outros.

Já no Segundo capítulo, o tema abordado foi à inserção e avanço das mulheres no mercado de trabalho e os principais autores utilizados foram: Helena Hirata (2003), Cristina Bruschini (1987;2003;2004;2008), Clara Araujo (2000), Elisiana Renata Probst (2003),

Amartya Sen (2000). Com o apoio das análises de dados dos bancos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), dentre outros.

Para finalizar, no terceiro capítulo, apresentou-se as reflexões e análises do trabalho empírico, o foco desse capítulo foram as entrevistas realizadas com as mulheres que trabalham em empregos que antes eram empregos a que somente os homens tinham acesso; para isso, utilizou-se de algumas falas para refletir e compreender um pouco mais sobre a situação das mulheres no mercado e trabalho em profissões masculinas na cidade de Montes Claros - MG.

Nas considerações finais, buscou-se retomar os pressupostos norteadores da presente dissertação, pois este trabalho mostra que apesar dos avanços que as mulheres conquistaram ao longo do tempo, nessas profissões analisadas percebe-se que, de certa forma, o preconceito em relação às mulheres estarem entrando em profissões com predominância masculina ainda existe, seja por parte dos familiares, seja por parte dos colegas de trabalho, pois essas pessoas ainda possuem em seu imaginário a visão de que as mulheres devem estar em profissões opostas às abordadas nesta pesquisa.

CAPÍTULO 1 RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO

Neste capítulo será feita uma discussão dos conceitos de gênero e trabalho utilizando os principais autores que abordam essas temáticas. Logo após será feita uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho e gênero, buscando contextualizar com a realidade brasileira.

1.1 - Gênero

A necessidade de distinguir as diferenças biológicas e as desigualdades culturais construídas fez com que emergissem discussões sobre as relações de gênero, retirando o foco da análise isolada entre homens e mulheres e fixando nas relações interpessoais e sociais das quais são constituídas.

Ao utilizar a dimensão de gênero como categoria de análise, há permissão para se identificar as diferenças sociais, políticas e econômicas arraigadas na sociedade entre homens e mulheres e mostrar como historicamente os estereótipos intensificam o contexto de desigualdades tanto pela divisão sexual do trabalho quanto pelas relações sociais, sendo essas componentes das relações de poder. (SCOOT, 1995). Essas relações contribuem para a permanência e perpetuação do contexto de desigualdades, exclusão, subordinação, criando diferentes papéis e valores para homens e mulheres. Assim, diante dessa divisão que houve ao longo da história, foram se processando as lutas das mulheres até o desenvolvimento da teoria de gênero. (LACERDA, 2011).

No contexto histórico da relação entre homens e mulheres, a divisão sexual se estabeleceu por meio das mudanças ocorridas no interior da família. Às mulheres foi relegada a vida privada e caberia ao homem a vida pública.

Com isso, foi a partir dos anos 80, que uma nova terminologia passou a ser utilizada para explicar as diferenças entre os sexos, que seria o termo gênero. Nesse contexto, o conceito de gênero passa a sugerir uma reconstrução da rigidez do binarismo entre os polos masculino e feminino, estando impregnadas, nesse termo, as diferenças sociais que trazem essa relação entre homens e mulheres.

Nos anos de 1980, a historiadora Scott (1995) elaborou uma definição segundo a qual conceitua gênero como,

O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar —construções sociais— a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades

subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 07).

A autora utiliza, portanto, gênero como uma categoria analítica, um instrumento metodológico de entendimento das relações entre homens e mulheres, da construção, reprodução e mudança das identidades de gênero. A autora define essa categoria a partir de duas premissas: 1) “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). A teoria de gênero — é um instrumental analítico contemporâneo, cujo valor para compreensão da realidade se esclarece não só por ser o resultado dessa reflexão, mas por ser também o resultado de uma crítica às teorias anteriores que buscavam esclarecer essa opressão. (SCOTT, 1995).

A autora privilegia as relações de gênero e as relações de poder que são derivadas das relações sociais, na medida em que o gênero constrói o poder, a partir de uma distribuição diferencial, acarretando um acesso diferenciado de homens e mulheres aos recursos materiais e simbólicos. Portanto, a categoria gênero postula que as relações entre os sexos são aspectos primários da organização social, que a construção da identidade masculina e feminina é determinada culturalmente e que as diferenças entre os sexos constituem e são constituídas pelas relações sociais - uma vez que, transversalmente, colocam em mútua relação, em todos os âmbitos sociais, a diferença entre os sexos. (SCOTT, 1995).

Também Teles (2006), enfatiza que os estudos de gênero permitem analisar e revelar as desigualdades da sociedade entre homens e mulheres, visto que essas refletem na sociedade como um todo, já que, é através dessas relações que se determinam as relações sociais.

Entende-se gênero, quando aplicado nesse campo, como uma categoria de análise da sociedade; por meio de seu uso, há condições de serem reveladas e analisadas as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre mulheres e homens. Os estudos de gênero mostram o quanto o poder masculino tem subordinado a população feminina de modo geral e também indicam como se desenvolvem essas relações sociais.(TELES, 2006, p.35).

Gênero, portanto não é fruto do acaso, mas sim uma construção social, ou seja, a dominação dos homens sobre as mulheres é consequência das desigualdades sociais que foram criadas, inventadas e construídas pela própria sociedade para atender a interesses de determinados grupos". (TELES 2006, p.35).

Especialistas nos estudos de gênero como Saffioti (1990), concordam que a explicação do conceito de gênero está intrinsecamente relacionada com as relações sociais, afirmando ainda que esse termo está linguisticamente carregado do social.

O termo gênero está linguisticamente impregnado do social, enquanto é necessário explicitar a natureza social da elaboração do sexo. O conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar (SAFFIOTI, 1990, p.6-8).

Outros autores como Cyrino (2012), mostram que as relações de gênero são determinadas pela persistência de determinadas crenças em relação ao significado do que é ser homem e o que é ser mulher, naturalizando determinadas características, ou seja, a sociedade determinou, ao longo dos anos, certas características ao sexo masculino e outras ao sexo feminino, o que determinou as funções de cada um na sociedade.

De fato, embora o conceito de gênero enquanto construção social suponha que esse esteja aberto a novas configurações, a análise da prática social dos indivíduos revela a persistência de determinadas crenças na sociedade sobre o que significa "ser mulher" e "ser homem". Tais crenças, muitas vezes, contribuem para que a realidade social seja reproduzida sem maiores questionamentos, pelo pressuposto de que determinadas características e comportamentos de homens e mulheres são "naturais". (CYRINO, 2012, p.27).

Muito mais profundo do que uma simples substituição de uma palavra, os autores revelam que o conceito de gênero significava uma "decisão de ordem epistemológica que implicava em opção teórica" (LOURO, 1996, p.08). Os autores perceberam que era necessário instituir um novo sentido para a palavra, uma vez que, "gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino" (LOURO, 1996, p.08).

Para Teles (2006), o conceito de gênero, tem a função de modificar as concepções tradicionais existentes, quebrar os paradigmas do que são as atividades femininas e as atividades masculinas definidas pela sociedade, a autora enfatiza os estudos de Scoot (1995) ao afirmar que,

Gênero enfrenta o desafio de se contrapor àquelas concepções tradicionais acomodadas nas mentalidades conservadoras de aceitar como "naturais" a invisibilidade e desvalorização social das "ditas atividades femininas", como o

trabalho doméstico, o cuidar das pessoas e de sua infraestrutura etc., e, ao mesmo tempo, considerar o superdimensionamento dos valores "ditos masculinos" como parte da natureza humana. (TELES, 2006, P. 37)

No Brasil, o uso do termo gênero se tornara visível nos anos 1990. Sua aplicação foi como método de diagnóstico e análise, evidenciando, efetivamente, que as desigualdades não são naturais e nem fazem parte da natureza dos sexos, feminino ou masculino, dominar e subordinar as mulheres, excluindo-as da participação ampla em todas as atividades da sociedade em condições de equidade. (TELES, 2006).

Os estudos feministas de gênero contribuíram para mostrar que as relações de desigualdade e de poder são apresentadas como resultado de uma construção social de papéis e funções de subordinação, submissão e opressão impostas às mulheres, por meios institucionais, educacionais e sociais. Para Teles (2006), a sociedade criou, ao longo de sua existência, a discriminação negativa contra as mulheres, ao determinar que elas não deveriam ocupar os espaços públicos, deixando-os única e exclusivamente para os homens.

Dessa maneira, surgem estudos importantes sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho nas fábricas do século XIX e primeiras décadas do século XX (RAGO, 1997), sobre a expansão da educação feminina (LOURO, 1997) e sobre o surgimento de publicações organizadas por e destinadas para as mulheres (BASSANEZI, 1996).

Outras autoras como Sorj (1992), Bruschini (1992) e Grossi (2000), dentre outras, também compreendem e trabalham gênero como sendo um produto social aprendido, em que o poder que permeia tal relação é desigualmente distribuído e rejeitam completamente o determinismo biológico.

Para Macêdo (2003) gênero implica, muitas vezes, em valorizar o que é masculino, o que leva a sociedade a produzir desigualdades entre seus indivíduos e a construir relações desiguais de poder dentro da sociedade,

uma relação que, na maioria das vezes, o que é masculino tem mais valor, conseqüentemente, as relações de gênero acabam por produzir uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo. Isto confirma que as relações de gênero são relações de poder que se constroem constantemente ao longo da história e no dia-a-dia entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens. (MACEDO, 2003, p.20).

Kergoat (1996, p.21) faz uma crítica do uso meramente descritivo de gênero. Para a autora, gênero deve ser trabalhado juntamente com o conceito de divisão sexual do trabalho, pois essa se encontra no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres. Mantém-

se a divisão por gênero no mercado de trabalho onde as mulheres concentram-se nos chamados "guetos profissionais femininos", nos postos de trabalho mais instáveis, precários e com pior remuneração. Elas ainda são o principal alvo de assédio moral e sexual. (TELES, 2006, p.45)

Enfim, as relações de gênero, refletem na divisão sexual do trabalho, pois as mulheres acabaram sendo excluídas de certos espaços na sociedade, já que para as mulheres coube ocupar a esfera privada, enquanto aos homens coube apropriar-se dos cargos públicos, o que gerou como consequência o afastamento das mulheres de cargos como os políticos, religiosos e econômicos.

Condições objetivas para desenvolver desigualdades, excluiu as mulheres de espaços de poder de decisão na política, na religião e na economia, entre outros. Houve a divisão de espaços públicos para os homens e privados para as mulheres. Assim estas ficaram ainda mais isoladas das esferas das decisões fundamentais. Foi-lhes tirado o poder político tanto sobre sua sexualidade quanto sobre as decisões amplas das comunidades. (TELES, 2006, p.46)

Para Bruschini (2002) houve um avanço progressista dos estudos de gênero, pois passaram de uma discussão das condições das mulheres para uma discussão mais multidisciplinar sobre as mulheres, a autora ressalta que

Chegamos aos anos 2000 com muito a computar em favor do desenvolvimento do que poderia ser chamada a área dos estudos de gênero e da condição da mulher, mais explicitamente.

É possível dizer que, ao longo desse fértil período, os estudos sobre a condição da mulher foram se abrindo, inicialmente na direção de mulheres heterogêneas, de classes e raças diversificadas e com necessidades e problemas muito diferentes. Nos anos 1980, a introdução de gênero amplia o foco desses estudos para as relações e assimetrias entre os sexos. Mais recentemente, a ênfase é colocada no desbravamento de fronteiras, em direção a uma multidisciplinaridade bem sucedida, mas ainda incompleta. (BRUSCHINI, 2002, p.08).

Pinho (2005) destaca que as Ciências Sociais passaram, então, a focalizar não só as mulheres, mas também o desenvolvimento e a formação da feminilidade e da masculinidade, ou seja, "os sujeitos masculinos e femininos" (PINHO, 2005, p.60). A autora ainda destaca os avanços importantes que ocorreram nos estudo de gênero,

Daí a importância da categoria gênero, como mediadora epistemológica para que se avance, sobre bases teóricas firmes, no estudo da questão feminina e, desde aí, a construção dos direitos da personalidade da mulher e sua materialização por meio do poder sobre o próprio corpo (vida), mediante a autonomia das decisões (liberdade),

pela garantia da integridade psíquica (autoestima) e moral (reputação) e da identidade pessoa (nome). (PINHO, 2005 p.64).

A luta contra preconceitos e a busca por assumir seu lugar na história fizeram com que as mulheres utilizassem as mais diversas formas para divulgar suas ideias e tornarem-se visíveis perante a sociedade, ou seja, gênero ganha mais capacidade transformadora quando se associa à perspectiva feminista. "Ao adotar o ponto de vista feminista, gênero reveste-se de mais poder para impulsionar os questionamentos fundamentais a fim de romper com as ideias patriarcais ainda presentes nos dias de hoje". (TELES, 2006, p.57)

O conceito de gênero é, portanto, fundamental para se compreender as relações de trabalho que se desenvolveram ao longo dos anos, uma vez que, pode-se perceber as desigualdades nas relações de trabalho sofridas pelas mulheres na sociedade.

1.2 - TRABALHO

O conceito de trabalho assumiu vários enfoques, passando desde estudos nas áreas de Psicologia, Sociologia, Antropologia até áreas ligadas ao Direito, Filosofia, Política dentre outros. Assim, o conceito de trabalho assume “roupagens diferentes conforme época, sistema cultural ou referencial adotado” (CHAVES, 1999, p.27).

Trabalho, portanto, faz referência a toda atividade que requer esforço humano. A palavra trabalho surgiu do latim *tripalium*, ligada à tortura (ALBORNOZ, 1994). Para Codo (1992), é desta ideia primeira de “sofrer” que se originou a ideia de esforçar-se, lutar, pugnar e, por fim, trabalhar, ou seja, ocupar-se de uma tarefa, exercer um ofício.

A palavra trabalho é encontrada como sinônimo de atividade, ocupação, ofício, profissão, tarefa, distinguindo-se de lazer e aparecendo ainda como resultado de uma determinada ação. Ainda de acordo com Macêdo (2003, *apud* CODO, 1992) em vários idiomas a palavra trabalho aparece frequentemente com duplo significado: “ação esforço e moléstia-fadiga/sofrimento”.

O trabalho também se refere a uma ação humana sobre a natureza, através da transformação e do melhoramento de seus bens, na qual o ser humano é provido de algum propósito em seu benefício próprio. (FILHO, 1994).

Em sua pesquisa Macêdo (2003), enfatiza as transformações provocadas pelo capitalismo, pois esse modificou as relações de trabalho, dividindo-as entre esfera pública e privada,

A partir da consolidação do capitalismo, o trabalho saiu do contexto da família e passou a ser executado em local específico, e o homem foi dividido entre as instâncias da família (privado) e do trabalho (público). Na visão do capital, o trabalho foi se revelando como força de trabalho, alienada, indiferenciada no mercado, o que neutralizou a singularidade do homem. (MACEDO, 2003, p.39)

O conceito de trabalho utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou por mudanças em sua definição, hoje o IBGE define trabalho como,

exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou em benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc., na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc., no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, exercida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação exercida durante pelo menos uma hora na semana: na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.(IBGE, 2013)

Assim, nota-se que, ao longo dos anos, houve várias mudanças no conceito de trabalho na sociedade, isso se deve ao fato de nossa sociedade ter passado de uma sociedade que era apenas de subsistência para uma sociedade capitalista, o que explica as mudanças sofridas pelo conceito de trabalho. Segundo Albornoz (1994),

na história primitiva da humanidade o trabalho é executado por nossos antepassados de forma extrativa na qual buscavam a sua subsistência, apenas completando, o trabalho da natureza. A agricultura é descoberta com o tempo e acredita-se que com o seu surgimento a população primitiva teve sua primeira divisão de trabalho, onde os homens caçam e mulheres plantam, mas muitos estudiosos comprovam através de suas pesquisas antropológicas que tal fato não ocorria em todas as culturas. Na Renascença, o trabalho prático deixa de ser servil para se tornar uma condição para a liberdade. (ALBORNOZ, 1994, p.28).

De acordo com Fridmann e Naville (1973), pioneiros da sociologia do trabalho, o trabalho é o denominador comum e a condição de toda vida humana em sociedade, afirmam ainda que o trabalho adquire uma centralidade como atividade importante na estruturação da personalidade e no equilíbrio psíquico e físico do indivíduo. Logo, para os indivíduos a realização de um trabalho é essencial para a saúde, desde que corresponda a uma livre escolha, já que irá corresponder a um fator de equilíbrio psicológico, de estruturação da personalidade, de satisfação durável para o indivíduo. (CYNIRO, 2012)

Antunes (2000) em suas discussões analisa o lado perverso do trabalho, no qual o trabalho deixou de ser apenas uma necessidade e passou a ser um meio de sobrevivência, ou seja, o trabalho se torna uma mercadoria para o capitalismo.

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. [...]. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria [...]. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não primeira necessidade de realização humana (ANTUNES, 2000, p.125-126).

Marx (1983) percebe que o trabalho tornou-se para o trabalhador algo obrigatório, ou seja, mais que uma necessidade, tornou-se uma obrigação, uma vez que, o trabalhador passa a sentir-se perturbado quando não se encontra no trabalho,

O trabalhador só se sente junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX, 1983, p.152-153).

Vale ressaltar que no século XIX, as fábricas passaram a dar preferência para o trabalho das mulheres e crianças, pois com isso conseguiam aumentar os lucros, seguindo assim o modelo capitalista, Macêdo (2003) enfatiza as ideias Marxistas ao relatar as mudanças ocorridas após a utilização da máquina a vapor.

Nesse período, com o advento da máquina a vapor, a força física, diferentemente de períodos anteriores, tornou-se algo dispensável, ou seja, o operário não precisava mais ser musculoso, bastava suportar ficar em pé controlando os mecanismos. Em decorrência disto, houve na época uma preferência pelo trabalho de mulheres e crianças, pois pagavam um salário menor pelo mesmo serviço de um homem adulto. (MACEDO, 2003, p.49)

Albornoz (1994) ressalta ainda a importância positiva do trabalho para os indivíduos, mostra que não se deve julgar o trabalho apenas como uma obrigação, uma vez que, o trabalho além de ser um dever é também um direito, é ele que integra o homem nas suas relações sociais com outros indivíduos,

Há quem julgue o trabalho como um dever. É o que parece na concepção puritana na vida. É o que acaba sendo acentuado em algumas versões da sociedade industrial. E se nos deixarmos empolgar pela visão positiva do trabalho, mesmo na sua concepção humanista, renascentista, o trabalho não só é um dever, mas um direito, pois através dele o homem é homem, se faz, aparece; enquanto cria, entra em relação com os outros, com o seu tempo, cria o seu mundo, se tornar reconhecido e deixa impressa no planeta em que vive a marca de sua passagem. (ALBORNOS, 1994, p.94).

Assim, infere-se que o trabalho está ligado diretamente às condições históricas de cada sociedade, é ela que faz do trabalho criação e recriação da própria existência histórica e material. "O processo de trabalho é o resultado da combinação dos meios, da força e do produto do trabalho numa dada sociedade e num dado momento histórico". (MACEDO, 2003, p.50)

1.3 - Divisão Social² do Trabalho para Émile Durkheim e Karl Marx

Os teóricos sociais Émile Durkheim (2004) e Karl Marx (1983) possuem análises diferenciadas em relação a divisão social do trabalho, ambos os autores da sociologia clássica procuram com seus métodos de análise e objeto de estudo, explicações para as modificações estruturais ocorridas com o advento da sociedade moderna. Nesse momento, far-se-á uma breve análise da posição desses autores para melhor compreensão da divisão social do trabalho pela sociologia.

Para se compreender o conceito de divisão do trabalho social para Durkheim (2004), é preciso entender que, para o autor os “fenômenos sociais têm origem na coletividade não em cada um dos seus participantes” (QUINTANEIRO, 2002, p.69). Esclarece ainda que, os fatos individuais são refletidos na consciência individual e nas representações físicas e, no caso das

² Marx utilizava a expressão divisão social do trabalho e Durkheim tratava da divisão do trabalho social. Em termos de diferenciação podemos verificar que para Marx a divisão do trabalho gerava alienação e para Durkheim gerava solidariedade social.

representações coletivas, essas expressam a vida mental do grupo social. Para Durkheim (2004) a sociedade é semelhante a um corpo vivo, no qual cada órgão cumpre uma função, ou seja, as partes (os fatos sociais) existem em função do todo (a sociedade).

De acordo com Durkheim (2004) a divisão social do trabalho é um mecanismo de integração da sociedade, pois para ele a Religião, o Estado e a família têm sido pouco eficazes no controle moral dessa sociedade, ou seja, a solidariedade social se expressa, segundo sua teoria, por uma maior ou menor divisão do trabalho.

Durkheim (2004) procurará no campo do trabalho, um lugar de construção da solidariedade da moralidade perdidas. Para esse sociólogo, a anomia que desestabilizou a sociedade, necessita da criação de uma nova moral, condizente com os valores da sociedade industrial emergente. Essa nova moral estaria intrínseca ao mundo do trabalho que poderia exercer a regulamentação moral nas sociedades. Nesse âmbito, a profissão assume grande importância, substituindo a família, a religião e o Estado como instituições integradoras. (CAETANO, 2011, p.05)

Durkheim (2004) acredita que a divisão do trabalho permite não apenas uma troca entre os indivíduos, mas vai muito além, pois as relações de trabalho proporcionam a criação de direitos e deveres entre os homens de forma duradoura, assim ele afirma que,

Mas, se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um 'trocador', como dizem os economistas; é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos e deveres que os ligam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas. (DURKHEIM, 2004, p.429)

Compreende-se que, para Durkheim (2004) a função da divisão social do trabalho, seria produzir a solidariedade, dando sentido às ações dos trabalhadores. Ao restabelecer a solidariedade entre os homens, a divisão social do trabalho, assumiria seu caráter moral ampliando a harmonia, a integração e a coesão na sociedade moderna.

Já para Karl Marx (1984), o homem ao produzir as condições materiais de existência, também produz sua consciência, seu modo de pensar e conceber o mundo, suas representações, como também a produção intelectual das leis, da moral da religião de uma sociedade. Quanto a isto, Marx (1984) afirma que,

Na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina a sua consciência. (MARX, 1984, p.82-83).

Para Marx (1984), a lei fundamental de transformação de uma sociedade está vinculada ao desenvolvimento de suas forças produtivas, que em determinado estágio de desenvolvimento, chegam ao seu limite entrando em contradição com as relações de produção que as desenvolveram. É na expansão das forças produtivas que se encontrarão as relações de propriedade, a distribuição da renda entre os indivíduos e a formação das classes sociais. (CAETANO, 2011; p.06).

A divisão social do trabalho é para Marx (1984) “a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade”. É interessante observar que Marx considera a divisão do trabalho não só como um meio para se alcançar a produção de mercadorias, mas considera a divisão de tarefas entre os indivíduos e ainda nas relações de propriedade. Ou seja, a divisão do trabalho e a especialização das atividades em classes, é basicamente a divisão dos meios de produção e da força de trabalho.

Na visão de Marx (1984), a divisão do trabalho se estende para além da produção material e exerce uma função de dominação da classe burguesa sobre a classe proletária. Essa dominação se expressa nas formas de segmentação da sociedade, seja pela divisão social do trabalho seja pela sua divisão industrial.

Para Marx (1984), as sociedades tradicionais apresentam uma forma de divisão do trabalho, mesmo que baseadas na idade, gênero ou força física. O que diferencia essa forma de divisão natural do trabalho, pela divisão do trabalho no capitalismo é a ausência de um excedente na produção.

Quintaneiro (2002) vem ressaltar as ideias de Marx ao afirmar que,

é o surgimento de um excedente da produção que permite a divisão social do trabalho, assim como a apropriação das condições de produção por parte de alguns membros da comunidade os quais passam, então, a estabelecer algum tipo de direito sobre o produto ou sobre os próprios trabalhadores.(QUINTANEIRO, 2002,p.40).

Para Marx (1984), a sociedade moderna está organizada sobre a produção econômica da mais-valia, ou seja, a exploração da força de trabalho proletária pela classe burguesa. Então, o sistema capitalista proporciona à burguesia a difusão de suas ideologias por meio do controle do aparelho do Estado.

Nota-se neste breve apanhado teórico que Marx (1984) e Durkheim (2004) possuem compreensões diferenciadas em relação a divisão social do trabalho, com isso resume-se o pensamento deles da seguinte forma, para Durkheim (2004) a divisão social do trabalho ocupará o lugar da Igreja, do Estado e das demais instituições sociais, na função de integrar o indivíduo ao corpo social, promovendo a coesão na sociedade, levando-a ao progresso. Isso, por meio da especialização de funções que cria uma interdependência entre os indivíduos. Já para Marx (1984), a divisão do trabalho, gera uma relação de exploração da classe burguesa sobre o proletariado, promovendo a sua alienação, por meio da propriedade privada dos meios de produção. Nesse caso, a alternativa para a classe proletariada será promover uma revolução capaz de solucionar os antagonismos sociais, eliminando a sociedade de classes. (CAETANO, 2011; p.13).

1.4 - Divisão Sexual do Trabalho

A noção de divisão sexual do trabalho tem sido uma importante categoria para a compreensão do processo de constituição das práticas sociais a partir de uma base material. O uso de práticas sociais aqui é usado como uma noção indispensável que permite a passagem do abstrato ao concreto para poder pensar simultaneamente o material e o simbólico, restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas, para que o sentido não seja dado de fora por puro determinismo. (KERGOAT, 1996).

O mundo do trabalho perpassa por uma divisão social, baseada no princípio de que as mulheres possuem qualidades “femininas”, que seriam inerentes a elas. Tal argumento respalda a dinâmica da inserção de mulheres no mundo do trabalho, reproduzindo dessa maneira as desigualdades entre homens e mulheres reconstruídas historicamente.

Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são duas proposições indissociáveis que formam um sistema, sendo que a noção de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho. Ela é preexistente, pois foi uma aquisição do feminismo, por meio da emergência de categorias de sexo como categoria social e de mostrar que os papéis sociais de homens e mulheres não são

produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material. (KERGOAT, 1996).

Na vida social, as tarefas existentes são divididas entre os indivíduos tomando como referência, entre outros aspectos, a diferença sexual. Nessa perspectiva, homens e mulheres estão inseridos em diferentes atividades sob a justificativa de serem biologicamente mais adequados para determinadas tarefas.

Para Daniel (2011), as tarefas tanto no lar quanto fora dele são divididas entre os indivíduos tomando como referência a divisão sexual, pois são atribuídas para homens e mulheres certas características e habilidades. Dessa maneira, a autora afirma que,

Homens e mulheres assumem diferentes atividades sob a justificativa de serem biologicamente mais adequados para determinadas tarefas e não outras. Esta divisão baseia-se na concepção de que a diferença biológica dos sexos masculino e feminino representaria também uma diferença de qualidades, habilidades e características que homens e mulheres carregariam naturalmente em seus corpos. Portanto, a natureza dos corpos justificaria os ‘trabalhos femininos’ e ‘trabalhos masculinos’, respaldados na crença de que, assim como existem o sexo masculino e o feminino, também existiriam habilidades masculinas e femininas que tornam homens aptos para o ‘trabalho masculino’ e mulheres aptas para o ‘trabalho feminino’. (DANIEL 2011, p.324).

De acordo com Bourdieu (2002), a abertura das mulheres no espaço público não representou uma equalização das relações de gênero, para ele o processo de diferenciação entre homens e mulheres se deslocou, atuando mais na apreciação do valor da atividade masculina em relação à atividade feminina, uma vez que, as mulheres saíram de suas casas, para trabalhar em atividades que se relacionavam com o mesmo trabalho exercido por elas em suas casas, o que levou a não valorização do trabalho feminino.

Infere-se, nesse viés que, as relações de gênero transformam significativamente as relações de trabalho, pois a questão de gênero influencia a divisão sexual do trabalho, tendo em vista que a “divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres”. (HIRATA; KERGOAT, 2003, p.05).

Gênero, nesse contexto, acaba legitimando as relações de poder, uma vez que apresenta uma valorização social e política na sociedade, onde as relações são travadas, o que leva a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno. (SAFFIOTI, 1979).

Oliveira (1992) afirma que a Revolução Industrial proporcionou mudanças na divisão do trabalho ao inserir as mulheres nas fábricas,

ao dar origem a uma mão-de-obra feminina, a Revolução Industrial introduz uma primeira ruptura no paradigma da diferenciação de mundos, na medida em que separa a casa do lugar de trabalho e confronta homens e mulheres às mesmas máquinas, ritmos e exigências da produção fabril (OLIVEIRA, 1992, p.43).

Para Marx (1983) o início da utilização do trabalho das mulheres pelo capitalista foi facilitado pela introdução da maquinaria que, segundo ele, permitia o emprego de trabalhadores sem força muscular. O olhar sobre as mulheres é o olhar sobre seres indefesos e incapazes, dos quais o capitalista se aproveita para diminuir os salários dos homens adultos, roubar-lhes o trabalho e aumentar os lucros. Marx (1983, p.152) nos afirma que "Antes, o trabalhador vendia o trabalho do qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos".

Para Saffioti (1979) o capitalismo soube aproveitar das desvantagens sociais que as mulheres sofriam, conseguindo assim explorar o máximo da mão de obra feminina e levá-las ao mercado de trabalho extra-lar, aproveitando das dificuldades econômicas, da miséria e das guerras mundiais que empurraram as mulheres para as fábricas. Com isso fizeram com que as mulheres recebessem os piores trabalhos e os menores salários e onde, conseqüentemente, vivenciaram situações de opressão e subalternidade.

Nesse âmbito, as mulheres aparecem não só como propriedade do capitalista como também do homem/marido, e com o mesmo status das crianças. As altas taxas de mortalidade infantil, nesse período, são atribuídas principalmente ao fato de as mães trabalharem fora de casa, o que faz as crianças serem abandonadas e mal cuidadas. Saffioti (1979) ressalta ainda que,

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 1979, p. 36).

A presença predominante de mulheres e crianças no trabalho nas indústrias recém-mecanizadas é tida também como um determinante da quebra da resistência que o trabalhador masculino opunha ao despotismo do capital na manufatura. Nesse viés, o fato das mulheres afastarem-se de seu lugar “natural” – o lar - é tido como uma degradação moral, ocasionada pela exploração capitalista, já que a mulher passa a frequentar os ambientes antes de predomínio masculino.

A divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, é construída como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculina e feminina manifesta-se não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência das distribuições do trabalhador por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho. (LOBO, 1991).

Sabe-se, portanto que, as desigualdades sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho são uma recriação da subordinação existente na esfera social, como afirmam os autores,

a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino. (BRITO e OLIVEIRA, 1998, p.252).

Constata-se que nas últimas décadas houve um reordenamento não só no mercado de trabalho, mas também nas relações familiares. Valores tradicionais em relação à família, à sexualidade e à maternidade passam a ser reformulados, alterando as práticas cotidianas e mentalidades, mas apesar dessas transformações isso não quer dizer que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança revolucionária na vida dessas. Elas ainda continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família, ainda são vistas como aquelas que "ajudam no orçamento familiar", enquanto aos homens cabe o papel de provedor. (HARVEY, 1992, p.03)

A visão que a sociedade tem das mulheres e, em especial, as consequências da maternidade, acabam influenciando na forma como a mulher se coloca no mercado de trabalho, na forma como os patrões e os homens em geral vão tratar as mulheres. O que acaba por influenciar tanto nas oportunidades de acesso ao emprego, no tipo de trabalho, quanto nas condições em que se desenvolve o trabalho. (BRUSCHINNI, 1998)

Para Bruschini (1998, p.04), "esta definição social dos papéis masculinos e femininos no âmbito da família tem consequências diferenciadas sobre homens e mulheres, em sua participação no mercado de trabalho"; uma vez que, a necessidade constante das mulheres em articular a vida familiar e a profissional limita a disponibilidade para o trabalho, ou seja, seu ingresso no mercado de trabalho não depende apenas de demanda e qualificação, mas sim de uma combinação de características pessoais e arranjos no âmbito doméstico

O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como o ciclo de vida familiar em formação, com filhos pequenos, famílias maduras, filhos adolescentes, famílias mais velhas, e a estrutura familiar - família conjugal, chefiada por mulher, ampliada, presença de outros parentes - são fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego tenham papel fundamental. (BRUSCHINNI, 1998, p.04)

Outra análise interessante sobre a temática é feita por Abramo (1998) tendo constatado que, as imagens que a sociedade tem das mulheres vão sempre ser um influenciador da posição que elas vão ocupar no mercado de trabalho, a imagem de dona de casa, vai sempre prevalecer sobre a imagem de mulher trabalhadora,

a imagem básica, originária (da mulher-família, mãe, dona de casa) vai estar sempre na base – e projetando a sua sombra – sobre a outra (a da mulher trabalhadora). A autora utiliza a expressão imagens de gênero como: configurações das identidades masculina e feminina, produzidas social e culturalmente, que determinam, em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Essas imagens são “prévias” a essa inserção, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseadas, entre outras coisas, na separação entre o privado e o público, e na definição de uns como territórios de mulheres e outros como territórios de homens. Por sua vez, essas imagens condicionam fortemente as formas (diferenciadas e desiguais) de inserção no mundo do trabalho: tanto as oportunidades de acesso ao emprego como as condições em que se desenvolve. (ABRAMO, 1998, p.18).

Com isso, pode-se reafirmar a grande relação entre gênero e o mercado de trabalho, haja vista que a identidade da mulher como trabalhadora, vai estar sempre associada a seu papel de reprodutora. Essa imagem básica, originária da mulher família, mãe, dona-de-casa vai estar sempre na frente, e isso acaba por determinar as posições a serem ocupadas por homens e mulheres na sociedade.

1.5 - Gênero e Trabalho no Contexto Brasileiro

No Brasil, as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980 e foram marcadas pela preocupação com a dialética da dominação *versus* opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina. Porém, mais do que sobre as misérias da vida feminina, importava entender que poderes informais e estratégias as mulheres detinham por trás do ficcional poder masculino, e como articulavam a subordinação e a resistência. (DEL PRIORI, 1994)

Os primeiros estudos sobre trabalho feminino, no Brasil, focaram exclusivamente a ótica da produção. O debate teórico e as pesquisas realizadas sobre o trabalho feminino tomaram um novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família, ou o espaço reprodutivo. Uma vez que, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pela articulação, seja pela superposição, tanto no meio urbano quanto no rural. (BRUSCHINNI, 2007, p.542)

De acordo com o censo, em 1890 existia um grande número de mulheres que trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem, possuíam escassa remuneração e estavam ausentes de setores como metalurgia, calçados e mobiliário, ocupados pelos homens. As primeiras pesquisas sobre o trabalho feminino no Brasil vêm mostrar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ingressarem no mercado de trabalho.

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido - pelos homens - como "naturalmente masculino". Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um "bom partido" para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxodo em suas profissões. Não socializar informações importantes era uma boa

estratégia, e o homens se valiam dela procurando preservar seu espaço na esfera pública e desqualificar o trabalho feminino. (RAGO, 1997, p.581- 582)

Para a autora, apesar do elevado número de trabalhadoras presente nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avança a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina.

A sociedade brasileira nas décadas de 70 e 80 passou por significativas transformações de ordem social, econômica e demográfica. A expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização marcaram um momento de crescimento econômico, consolidando sua industrialização e modernizando o aparato produtivo.

No entanto, todo esse processo de transformações não modificou o quadro de exclusão social, de baixos salários, ao contrário, aumentou as desigualdades sociais e a concentração de renda, já que essas transformações se deram nos marcos, já colocados, de uma nova organização do trabalho e de uma reestruturação produtiva que vem provocando o declínio de formas protegidas de emprego, provocando o desemprego e o surgimento de novas alternativas de trabalho, em geral, sem cobertura legal.

No Brasil, essas transformações da economia contribuíram para aprofundar a crise local, que se acirrou na década de 90, cujos sintomas foram a perda de postos de trabalho na indústria, a perda da qualidade dos empregos e o aumento da informalidade (BRUSCHINI, 1998).

Observa-se que, para as mulheres ocorreram importantes transformações, como o aumento acentuado da participação feminina no mercado de trabalho, principalmente nas regiões urbanas e a permanência da atividade feminina neste mercado, ou seja, apesar da crise que marcou os anos 80, as mulheres se mantiveram no mercado de trabalho. Mas como afirma Hirata (1997), o forte aumento da taxa de atividade feminina no Brasil coincide com o importante aumento da precariedade do emprego no mesmo período.

Também ocorreram modificações importantes no nível organizacional do capital, de um lado, e, de outro, reformulações nas práticas ocupacionais das mulheres. Lobo (1991) mostra que esse contexto foi influenciado por dois tipos de fatores: os fatores econômicos que influenciam a posição das mulheres na hierarquia da produção e os não-econômicos, que

operam de forma autônoma, as práticas das mulheres nas famílias, suas práticas com relação ao trabalho e aos empregos. Os fatores econômicos implicam basicamente modificações no processo de trabalho, em que a desqualificação e fragmentação de tarefas coincidem com a expansão do emprego feminino.

Um dos aspectos relevantes destacados por Lobo (1991) é quanto à concentração do trabalho feminino no setor terciário: os critérios que determinam a divisão sexual das ocupações, nesse caso, remetem tanto ao nível das representações simbólicas que identificam as mulheres com os serviços sociais (educação, saúde, assistência social) quanto à desqualificação e fragmentação no processo de trabalho (domésticas).

Informações sobre o local onde as trabalhadoras desempenham suas atividades mostram como a desigualdade de gênero também marca o mercado de trabalho brasileiro e a confirma como o trabalho feminino é mais precário. Bruschini (1998) verifica que, embora mais da metade das mulheres ocupadas, como ocorre com os homens, trabalhem em lojas, oficinas e escritórios, um percentual considerável delas trabalha no próprio domicílio ou no domicílio do patrão, sendo essas cifras bem mais elevadas que a dos trabalhadores na mesma situação.

As desigualdades e precariedades da divisão sexual do trabalho refletem significativamente no mercado de trabalho brasileiro, pois Rago (1997) mostra que o espaço público não pertencia as mulheres,

O espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos. As autoridades e os homens de ciência do período consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a sua constituição biológica. (RAGO, 1997, p.603)

Verifica-se, portanto que, a situação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho não é diferente da situação das mulheres em outros países, uma vez que a precariedade e os baixos salários acompanham as mulheres em todo o mundo. Neste primeiro momento do trabalho, percebe-se a influência que o gênero exerce sobre a divisão sexual do trabalho sendo ele um fator determinante e discriminador das condições de trabalho feminino.

CAPÍTULO 2 A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO - AVANÇOS E DESAFIOS

Neste capítulo fez-se um apanhado teórico sobre as mudanças que ocorreram com as mulheres ao longo dos anos no mercado de trabalho, abordando seus principais avanços, a persistência de trabalhos precários, a inserção em profissões masculinas e de prestígio e uma comparação entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

2.1 - Evolução Histórica das Mulheres no Mercado de Trabalho

Com as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, nesse caso as mudanças no mercado de trabalho feminino, tem-se a necessidade de realizar estudos que possam mostrar as principais mudanças, as causas e consequências dessas transformações, uma vez que, os dados mostram que ainda há grandes desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho.

Assim, nesse momento, pretende-se confrontar as desigualdades que ainda persistem entre homens e mulheres no mercado de trabalho, para isso foi feito o uso do método comparativo, que para as ciências sociais e de acordo com Schneider e Schimitt (1998) é

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998 p.01).

Depois de a sociologia nascente ter recorrido abundantemente às comparações internacionais, foi preciso esperar até as décadas seguintes à II Guerra Mundial para que o veio voltasse a ser explorado com intensidade. Em plena Guerra Fria, a sociologia histórica, grande consumidora de comparações, atingiu seu apogeu. (BADIE, 1992; p.371).

Dois elementos explicam a importância da comparação nas relações de gênero; de acordo com Orloff (2006),

O primeiro é a herança de uma sociologia histórica comparativa que, com um verniz de ciência política, sempre se interessou pelas transformações do Estado e de sua ação. O segundo fator explicativo é o peso crescente das questões ligadas à atividade feminina e às recomposições familiares assim como às suas consequências na

recomposição de Estados sociais que, progressivamente, se afastaram do modelo maternalista. (ORLOFF, 2006, p.54).

O exercício da comparação faz-se necessário, pois de acordo com Sartori (1994) muito mais do que simplesmente comparar, há a necessidade de buscar explicações, ou seja, compreender, explicar e interpretar um fenômeno e, além disso, controlar as generalizações.

Pesquisar as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho é uma escolha de sistemas que são diferentes, mas que se assemelham em certos aspectos. Como afirma Sartori (1994),

Comparar implica assimilar e diferenciar nos limites. Se as entidades comparadas são totalmente iguais ou totalmente diferentes não interessam ser comparadas, chega-se a conclusão e pronto. As comparações que certamente interessam são as que possuem atributos em parte compartilhados (similares) e em parte não compartilhados (e declaram não comparáveis). (SARTORI, 1994, p. 35).

Portanto, o exercício da comparação será para avaliar as desigualdades ainda existentes entre as mulheres e os homens no mercado de trabalho, o que permitirá examinar as principais mudanças da participação das mulheres no setor laboral, uma vez que, tal contexto é marcado por progressos e aumento da participação feminina, mas ainda precisa avançar em relação ao mercado de trabalho masculino.

A inserção da mulher no mercado de trabalho produziu forte impacto nas relações sociais, mudanças de paradigmas familiares e culturais, ou seja, vai além de ser apenas uma renda complementar para a família, a inserção da mulher no mercado de trabalho modifica toda uma estrutura social. Para Assis (2009),

Essa expansão da participação da mulher no cenário econômico, não se explica apenas por ser, a mulher, uma renda complementar da família, vai, além disso. Acontecem grandes mudanças sociais que envolvem transformações nas expectativas de vida pessoal, nas relações familiares, autorealização, independência financeira, entre outras coisas. O que ocorre no cenário mundial é uma mudança social. (ASSIS, 2009, p.3-4).

Houve uma maior participação da mulher no mercado de trabalho na I e II Guerras Mundiais, já que os homens tiveram que ir para as batalhas, e como muitos não voltavam e os que voltavam, muitas vezes, estavam impossibilitados de trabalhar, as mulheres tiveram que assumir os negócios da família, deixaram suas casas e filhos e assumiram postos de trabalhos antes ocupados somente pelos homens. (PROBST, 2003).

A partir do século XX, após a Primeira Guerra Mundial houve uma maior participação das mulheres no processo produtivo. Essa guerra significou para os países, diretamente envolvidos no conflito, a saída em massa da mulher para o mundo do trabalho fora de casa. Thébaud (1991) afirma:

A guerra: um parêntese antes do retorno à normalidade, um teatro de sombras em que as mulheres, na retaguarda, só aparentemente desempenham os papéis principais. [...] 1914 teria podido ser o ano das mulheres, mas foi o ano da guerra, que veio repor cada sexo no seu lugar. (THEBAUD, 1991, p.33-5).

Em virtude de um grande número de homens terem ido para a guerra, as mulheres assumiram papéis até então exclusivamente masculinos, tais como: chefes de família, operárias de fábricas de munição, dentre outros. Com o fim da guerra, a mulher se viu obrigada a retomar às suas atividades anteriores. É importante ressaltar que, com a ausência do homem em decorrência da guerra, a mobilização da mulher para o trabalho fora do lar não aconteceu sem conflitos ou de forma amena dentro da sociedade. (MACEDO, 2003, p.26)

Após as Guerras Mundiais as mulheres passaram a fazer parte do mercado de trabalho, porém de maneira tímida e informal, pois seu trabalho não era valorizado pela sociedade. Probst (2003, p.01) relata que as mulheres que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomenda, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade.

Destaca-se também que, nas últimas décadas do século XX, ocorreram mudanças na economia mundial, causando fortes impactos nas relações de trabalho. A partir dos anos 60 e 70, com a ocorrência de movimentos sociais mundiais a cultura da sociedade foi se modificando, a parcela de mulheres economicamente ativas aumentou consideravelmente. Segundo Vieira (2006), a crescente urbanização e industrialização contribuíram para um ambiente propício à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, inclusive as mulheres.

A sociedade brasileira nas últimas duas décadas passou por significativas transformações de ordem social, econômica e demográfica. A expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização marcam um momento de crescimento econômico, consolidando sua industrialização e modernizando o aparato produtivo.

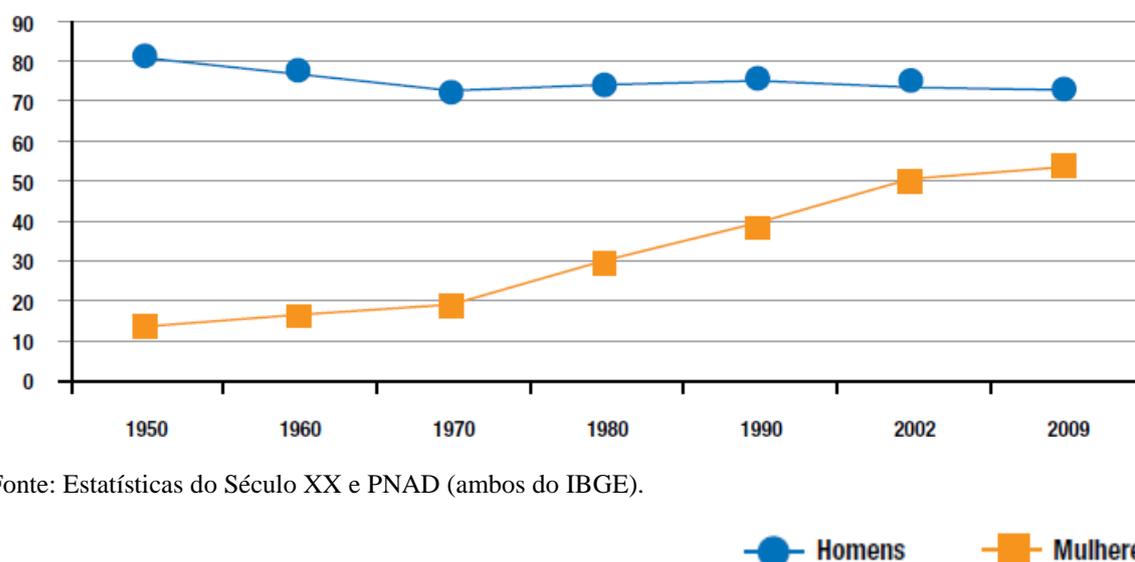
Foi durante a década de 1980, com uma inflação mais elevada e persistente, que as mulheres tiveram um engajamento mais forte e persistente na força de trabalho. Segundo o diagnóstico Walmart Brasil, (2011)

Embora a entrada no mercado de trabalho tenha sido motivada pela crise inflacionária e a necessidade da mulher contribuir com o orçamento doméstico, com o fim do período de alta inflacionária, a cultura da participação da mulher no mercado persistiu e, ao longo das décadas de 1990 e início dos anos 2000, ocorreu um aumento ainda maior na participação das mulheres no mercado, que hoje supera os 50%. (WALMART BRASIL, 2011, p. 08)

A partir dos anos 80, as mulheres começaram a conquistar espaço significativo no mercado de trabalho, o que trouxe mudanças nas relações de trabalho. Esse contexto, porém, não modificou o quadro de exclusão social e de baixos salários, ao contrário, aumentou as desigualdades sociais e a concentração de renda das mulheres. Dentre essas transformações destaca-se a taxa de fecundidade, redução das famílias, aumento da expectativa de vida, aumento de famílias chefiadas por mulheres com as principais mudanças no perfil das trabalhadoras.

Queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, de 4,4 filhos por mulher, em 1980, para 2,3 filhos no final da década de 90; redução no tamanho das famílias que, no final dos anos 1990, passaram a ter apenas 3,4 membros; envelhecimento da população brasileira, com maior expectativa de vida das mulheres e, conseqüentemente, aumento do percentual de viúvas na população; aumento do número de famílias chefiadas por mulheres que, no final do século, chegam a 26% do total das famílias brasileiras. (BRUSCHINI; PUPINN, 2004, p.107).

Gráfico 01: Evolução da participação de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro



Esse gráfico apresenta a evolução da participação das mulheres e dos homens no mercado de trabalho brasileiro de 1950 a 2009. Observa-se que, a entrada das mulheres brasileiras no mercado de trabalho foi mais tardia do que em países do Hemisfério Norte, nos quais a entrada das mulheres se deu intensamente durante a Segunda Guerra Mundial, face à escassez de mão de obra no período. No Brasil, até a década de 1970, menos de 20% das mulheres participavam desse mercado.

De acordo com o gráfico e com o IBGE percebe-se que, embora os dados de participação no mercado de trabalho para os homens tenham sofrido poucas alterações, nesses quase quarenta anos, os indicadores para as mulheres foram drasticamente alterados. Em 1970, somente as mulheres com idade entre 20 e 24 anos, inclusive, apresentavam uma participação na força de trabalho acima de 25% (27,7% das mulheres estavam empregadas ou procuravam emprego nessa faixa etária). Já em 2009, somente mulheres muito novas – abaixo de 14 anos de idade –, ou já em idade de aposentadoria – acima de 60 anos de idade – eram as que tinham participação abaixo de 20% no mercado de trabalho.

Tabela 1: Mulheres no mercado de Trabalho: Indicadores de Participação Econômica Brasil - 2002 a 2010

Anos	PIA / PEA				Milhões	Ocupadas		Desocupadas	
	PIA Milhões	% na PIA	PEA Milhões	% na PEA		Taxa Atividade	% entre os ocupa- dos	Milhões	% entre os desocu- pados
2002	19.319	53,1	8.820	48,78	7.592	45,6	42,7	1.228	52,4
2004	20.032	53,2	9.668	44,91	8.275	48,3	43,4	1.393	56,3
2006	20.766	53,3	10.000	41,10	8.777	48,2	44,0	1.223	55,3
2008	21.562	53,6	10.488	45,73	9.435	48,6	44,7	1.053	60,1
2010	22.257	53,8	10.910	46,20	9.984	49,0	45,3	929	58,4

Fonte: IBGE, 2011

Ao se analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nos últimos anos verifica-se a força e a persistência do seu crescimento. Nos últimos 40 anos as mulheres desempenharam um papel muito mais acentuado do que os homens no crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram-se em patamares semelhantes, entre 73 e 76% em praticamente todo o período, nota-se que as das mulheres se ampliaram significativamente. Se em 1976, 29% das mulheres trabalhavam, em 2010 houve um aumento de 46,2% delas trabalhando ou procurando emprego (ou seja, a PEA, que inclui para o IBGE, os/as ocupados/as e os/as que estão á procura de trabalho). Entre as mais de 10 milhões de brasileiras economicamente ativas, mais de 90% delas estavam em franca atividade em 2010, desempenhando um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa do Brasil.

Indicadores para o Brasil revelam que, no período de 1976 a 2010, a população economicamente ativa feminina passou de 11,4 milhões para 22,4 milhões, a taxa de atividade aumentou de 28,8% para 49,0 e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores foi de 30,3% para 45,3%. Isso mostra que mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhava em 2010 e que mais de quarenta e cinco em cada cem trabalhadores era do sexo feminino na mesma data. (IBGE, 2010).

Embora as mulheres sejam maioria na população em idade ativa em dezembro de 2010 (53,8%) e representar 46,2% da população economicamente ativa, elas são minoria na população ocupada (45,5%), mas estão em maioria entre os desocupados (58,4%). Acrescenta-se ainda, que elas são maioria também na população não economicamente ativa.

O aumento do nível de escolaridade e a queda da taxa de fecundidade, juntamente com o aumento da expectativa de vida, dentre outros fatores acompanharam a evolução da

mulher no mercado de trabalho, esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também a transformação do perfil da força de trabalho desse sexo. (BRUSCHINI; PUPINN, 2004).

No Brasil, essas transformações na economia contribuíram para aprofundar a crise local, que se acirrou na década de 90, cujos sintomas foram a perda de postos de trabalho na indústria, perda da qualidade dos empregos e o aumento da informalidade (BRUSCHINI,1998).

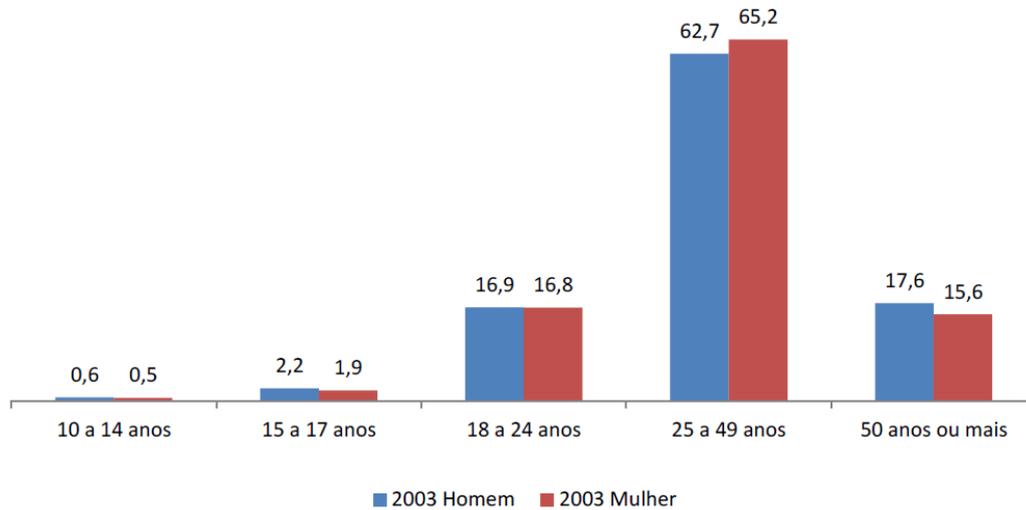
No contexto organizacional do capitalismo houve também modificações, pois de um lado, e, de outro, ocorreram reformulações nas práticas ocupacionais das mulheres. Lobo (1991) mostra que,

Este contexto foi influenciado por dois tipos de fatores: os fatores econômicos que influenciaram a posição das mulheres na hierarquia da produção e os não-econômicos, que operaram de forma autônoma, as práticas das mulheres nas famílias, suas práticas com relação ao emprego e aos empregados. Os fatores econômicos implicam basicamente modificações no processo de trabalho, em que a desqualificação e fragmentação de tarefas coincidem com a expansão do emprego feminino. (LOBO, 1991, p.12)

Uma das mudanças que se pode destacar no perfil do trabalho feminino é o fato de que as mulheres passaram a ser mais velhas, casadas e mães, a partir dos anos de 1980, diferentemente do perfil das trabalhadoras do ano de 1970, que eram jovens, solteiras e sem filhos. (BRUSCHINI, 2000)

Ao se focar os grupos etários e levando-se em conta a participação das mulheres no mercado de trabalho nota-se que, em 2011, cerca de 63,9% das mulheres ocupadas tinham entre 25 e 49 anos de idade. Entre os homens, este percentual foi de 61,0%. A proporção da população feminina de 50 anos ou mais de idade na População em Idade Ativa (PIA) era de 31,4%, enquanto a dos homens foi de 26,9%. Já as mulheres ocupadas com 50 anos ou mais de idade alcançavam 20,9%, percentual próximo ao dos homens ocupados nessa mesma faixa etária, de 22,9%. Comparando-se com os resultados de 2003, o grupo de pessoas com 50 anos ou mais idade, foi o que teve maior crescimento na população ocupada, aproximadamente, 5,0 pontos percentuais para ambos os sexos. Porém, vale ressaltar que esse grupo etário foi o que mais cresceu na PIA nos últimos anos, de 23,3% em 2003 para 30,1% em 2011, contra 44,9% em 2003 para 43,4% em 2011 na faixa de 25 a 49 anos de idade. Dessa forma, pode-se perceber que o envelhecimento da população ocupada reflete o da população em geral.

**Gráfico 2-Distribuição da população ocupada, por grupos de idade, segundo o sexo (%)
– (2003 e 2011)***

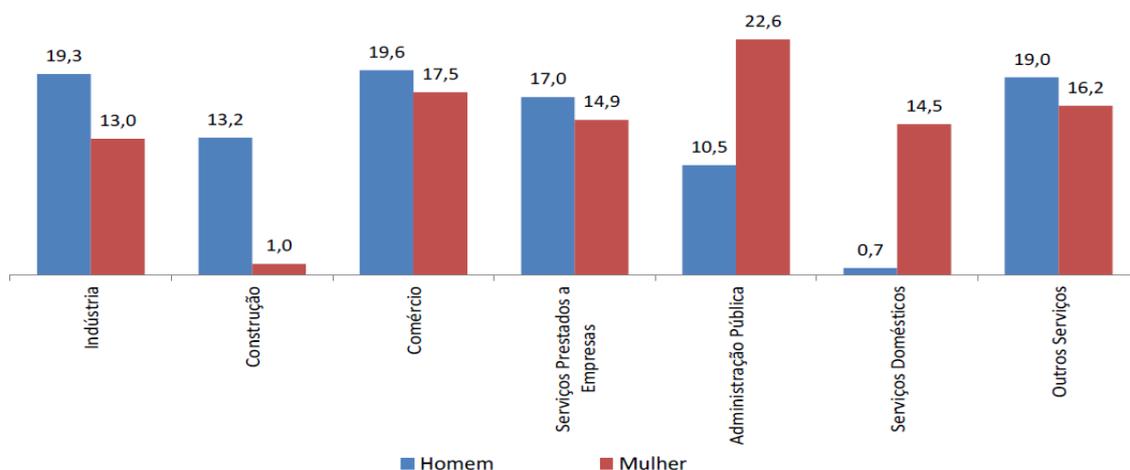


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

Das mulheres ocupadas no mercado de trabalho em 2011, 22,6% estavam no setor público, enquanto entre os homens, esse percentual era de 10,5%. Analisando a distribuição da população ocupada, exclusivamente no setor público, ele era composto por 55,3% de mulheres e 44,7% de homens.

Gráfico 03 - Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – 2011*



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011

*Média das estimativas mensais.

Também se destaca como transformação importantes para as mulheres, o aumento acentuado da participação feminina no mercado de trabalho, principalmente nas regiões urbanas e a permanência da atividade feminina nesse mercado, ou seja, apesar da crise que marcou os anos 80, as mulheres se mantiveram no mercado de trabalho. Mas como observa Hirata (1997), o forte aumento da taxa de atividade feminina no Brasil coincide com o importante aumento da precariedade do emprego no mesmo período.

No mundo moderno, as mulheres conseguiram conquistar direitos que antes lhes eram negados, direitos como liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão. Powell (1993) afirma que, apesar dessas e outras conquistas as diferenças biológicas serviram para manter as mulheres "nos seus devidos lugares", isto é, na esfera familiar e nas relações de suporte afetivo; já que os traços como independência, agressividades e dominância continuam a ser associados aos homens, e a sensibilidade, emocionalidade e gentileza às mulheres. (MACEDO, 2003, p.30)

Hirata (2001) aponta duas tendências recentes da evolução do trabalho feminino, a primeira é a bi-polarização do trabalho assalariado feminino, ao lado de uma maior diversificação de tarefas e funções e de um crescimento da minoria significativa de mulheres pertencentes à categoria estatística “profissões executivas e intelectuais”; a segunda tendência é o desenvolvimento do setor de serviços e o impacto de novas profissões também polarizadas em termos de relações de gênero, classe e raça/etnia.

A inserção das mulheres ao mercado de trabalho tem sido marcada principalmente pela precariedade, o que atinge uma parcela considerável das mulheres, pois elas estão em sua maioria em profissões chamadas de “guetos femininos”. Constata-se, portanto, que a entrada das mulheres no mercado de trabalho possui eixos que apontam para uma inserção feminina marcada por traços de desigualdade social, uma vez que, o mercado de trabalho feminino é caracterizado por ambiguidades, contradições e precariedade. (HIRATA, 2001)

Apesar da discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho, elas conseguiram ao longo dos anos alguns benefícios, como cita Probst (2003),

Algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Ficou estabelecido na Constituição de 32 que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez”. Mesmo com essa conquista, algumas formas de exploração perduraram durante muito tempo. (PROBST, 2003, p.01).

Contudo, as conquistas no trabalho feminino são ainda marcadas por menos proteção das legislações trabalhistas e pelas organizações sindicais (ARAUJO; FERREIRA, 2000). Há ainda outro papel guardado ao trabalho feminino, segundo Hirata (2002), as mulheres trabalhadoras são utilizadas pelo capital como instrumentos para dismantelar ainda mais as normas de emprego dominantes, levando a uma precarização ainda maior para o conjunto da classe trabalhadora, incluindo o contingente masculino. (HIRATA, 2002).

De fato, estudos e pesquisas realizados por estes autores, (BENERIA, 2003; HOCHSCHILD; EHRENREICH, 2002; MOMSEN, 1999) vêm mostrando que as desigualdades persistem e inclusive adotam novas formas. Com isso, a ideia de que as condições de existência e de bem-estar das mulheres teriam em geral melhorado em virtude de transformações na sua inserção no mercado de trabalho remunerado, vem sendo questionada.

Para Nogueira (2010), a precarização do trabalho feminino se deve ao capitalismo, pois esse utilizou da divisão sexual do trabalho para estimular a competição dos trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminino, incorporado à classe trabalhadora e percebendo salários ainda mais reduzidos. Dessa maneira a autora afirma,

Ao longo da revolução industrial e o advento do capitalismo, podemos afirmar que o capital utilizou-se da mulher no mundo do trabalho, o que acarretou significativos distíntos: se, por um lado, o ingresso do trabalho feminino no espaço produtivo foi uma conquista da mulher, por outro lado, permitiu que o capitalismo ampliasse a exploração de trabalho, intensificando essa exploração através do universo do trabalho feminino. Esses são exemplos claros de como a dimensão de classe se articula com a dimensão de gênero, quando se pensa na questão da exploração do trabalho pelo capital. (NOGUEIRA, 2010, p. 203)

Mesmo quando as mulheres inserem-se no mercado de trabalho e compartilham posições similares às dos homens, as perspectivas futuras em relação a carreiras e espaços de desenvolvimento profissional são diferentes para cada sexo, já que as respectivas oportunidades dentro do mercado ainda estão limitadas pela divisão sexual do trabalho, presente no discurso e nas instituições que regulam as relações de trabalho. (CUNHA; FUENTES, 2006, p.05).

Os setores em que as mulheres têm encontrado maiores oportunidades de trabalho são os de prestação de serviços, agropecuária, setor social, comércio de mercadorias e indústria. Uma nova classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2005 permite perceber melhor como se distribuem as mulheres ocupadas no setor de serviços, já que nesse mesmo ano, o setor de serviços era ocupado em sua maior parte pelas trabalhadoras, cerca de 40% delas estão concentradas em três subsetores: educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos e outros serviços coletivos, pessoais e sociais (BRUSCHINI; RICOLDI; MERCADO, 2008).

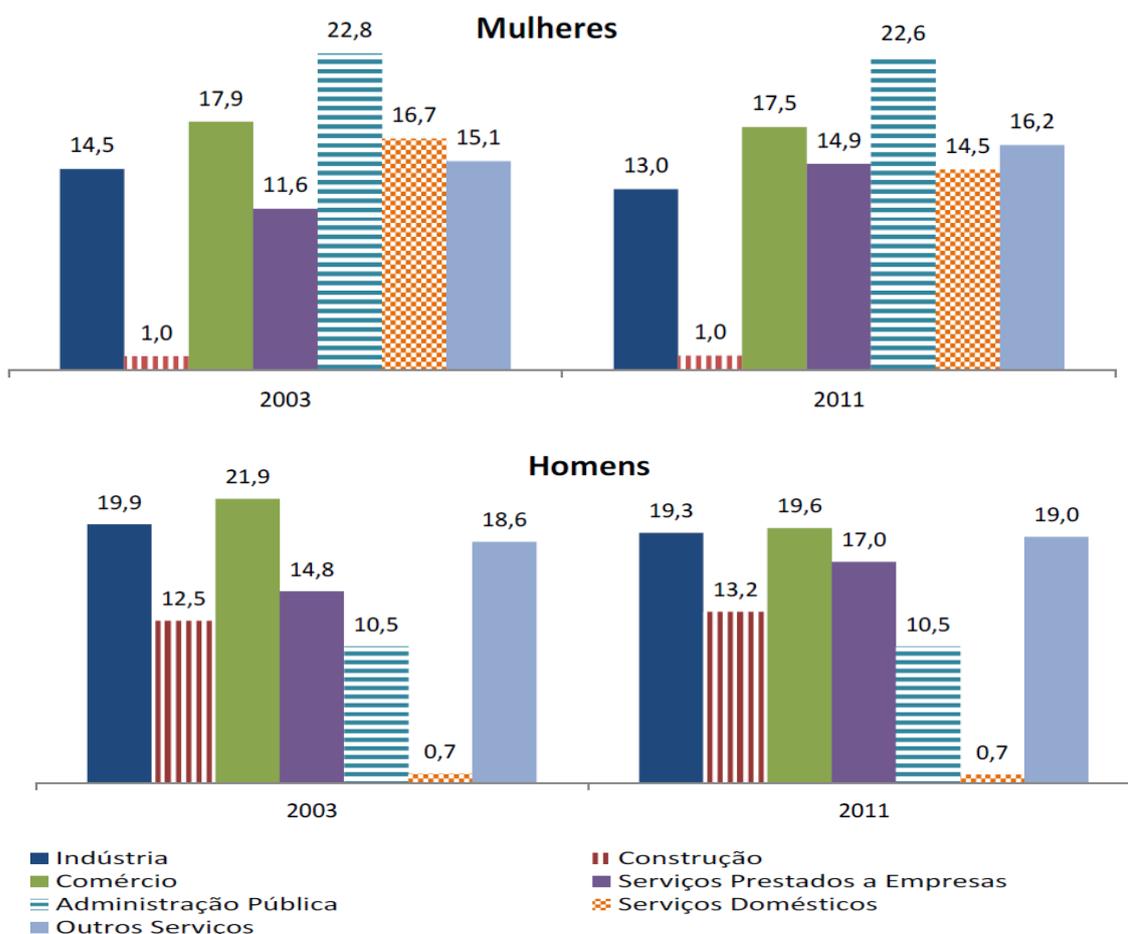
Os grandes agregados de ocupações em que as mulheres estão inseridas são ocupações de apoio administrativo e algumas de nível intermediário de chefia. Assim pode-se destacar,

chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e de finanças; agentes de administração de empresas públicas e privadas; secretários, datilógrafos, estenográficos; trabalhadores de serviço de contabilidade e caixa; operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados; chefes de serviço de transporte e comunicações, despachantes, fiscais e cobradores de transportes coletivos (exceto trem); classificadores de correspondência, carteiros, mensageiros; telefonistas e telegrafistas. Nele se incluem, portanto, algumas funções que tem sido tradicionalmente exercidas quase que exclusivamente por mulheres, como secretárias, telefonistas, telegrafistas, recepcionistas, auxiliares de contabilidade e caixas, arquivistas, agentes administrativos. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p. 347).

O gráfico a seguir mostra a distribuição da população ocupada feminina e masculina nos diversos setores de atividade em 2003 e 2011. O crescimento da população ocupada nos

serviços prestados às empresas refletiu-se no crescimento da presença de homens e mulheres nessa atividade. De 2003 para 2011, o crescimento foi de 3,2 pontos percentuais (de 11,6% para 14,9%) entre as mulheres e de 2,3 pontos percentuais entre os homens (de 14,8% para 17,0%). Nos outros serviços, as mulheres também apresentaram crescimento no período: 1,2 ponto percentual (de 15,1% para 16,2%), contra 0,38 ponto percentual (de 18,6% para 19,0% dos homens). O predomínio da presença feminina na administração pública manteve-se estável nesses 8 anos, seguido pela a ocupação das mulheres no comércio. Por outro lado, caiu o percentual de mulheres ocupadas nos serviços domésticos, de 16,7% para 14,5%: queda de 2,2 pontos percentuais. Em 2003, dos homens ocupados, 21,9% estavam no comércio, caindo para 19,6% em 2011. A população ocupada masculina manteve-se praticamente estável na indústria e nos outros serviços.

Gráfico 4 - Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – (2011)*

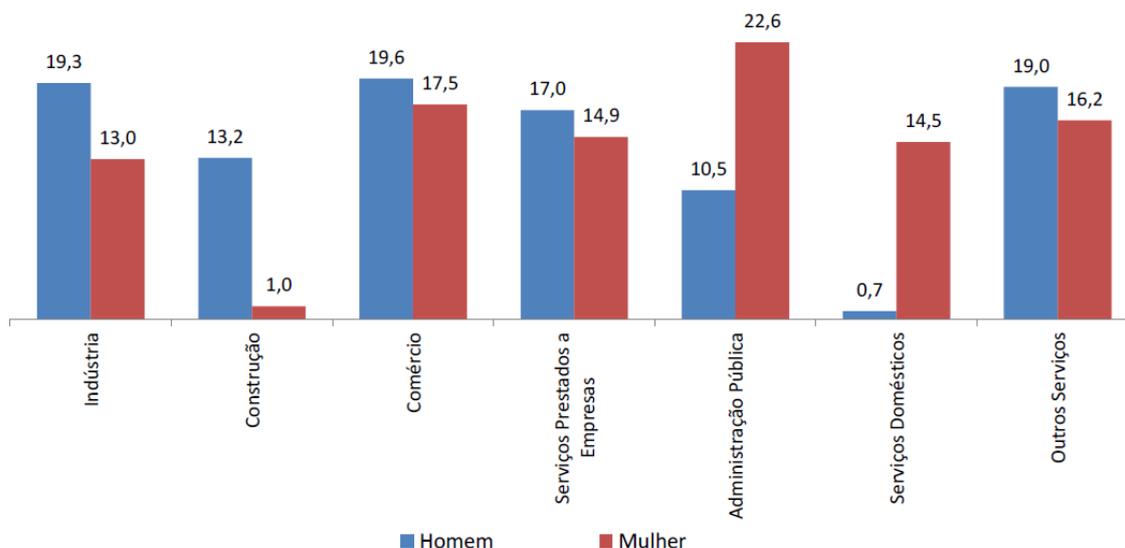


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

Das mulheres ocupadas no mercado de trabalho em 2011, 22,6% estavam no setor público, enquanto entre os homens, esse percentual era de 10,5%. Analisando a distribuição da população ocupada, exclusivamente no setor público, ele era composto por 55,3% de mulheres e 44,7% de homens.

Gráfico 5 - Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – 2011*



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

Observa-se que, o nicho ocupacional por excelência é o emprego doméstico remunerado, no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres, ele se manteve como importante fonte de ocupação, praticamente estável até 2005, absorvendo 17% da força de trabalho feminina no Brasil, 15% no Nordeste e 19% no Sudeste. (BRUSCHINI; RICOLDI; MERCADO, 2008).

Para a atual sociedade, os afazeres domésticos são tidos como responsabilidade da mulher, qualquer que seja sua situação social, sua posição familiar e que trabalhe ou não fora de casa. Quando os afazeres do lar são realizados pela dona de casa, eles não são considerados como trabalho e são computados pelas estatísticas como inatividade econômica. Já quando uma pessoa é contratada para esse fim, mediante remuneração em bens ou espécie, elas passam a ser computadas como trabalho, com o nome de serviço ou emprego doméstico. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

Dessa forma, nos anos de 1970 e 1980, vários trabalhos foram feitos de forma a criticar as estatísticas que retratavam o trabalho feminino, pois essas não mostravam a verdadeira contribuição das mulheres para o mercado de trabalho. Nos censos desses anos, o IBGE não contabilizava o trabalho doméstico como atividade econômica, isto é, “as pessoas que declaravam, ao responder os questionários desse órgão oficial, que sua atividade era realizar ‘afazeres domésticos’, eram classificadas como economicamente inativas, juntamente com os estudantes, aposentados, doentes, inválidos e os que vivem de renda”. (BRUSCHINI, 1998).

Os dados referentes a essa categoria não eram sequer divulgados, o reconhecimento sobre o trabalho doméstico ficava restrito a pesquisas oficiais, ou na dependência de tabelas e pesquisas pontuais sobre esse assunto. (BRUSCHINI, 2007, p.543).

Sorj (2004) e Bruschini (2007) estudosas das questões de gênero concordam ao afirmar que o trabalho doméstico deveria ser considerado como um trabalho não remunerado e não como inatividade, pois este é um trabalho realizado principalmente por mulheres, na esfera privada, como uma das dimensões do trabalho social, ao lado do trabalho remunerado.

Estudos realizados sobre ocupações femininas no século XIX revelam que das mulheres livres e escravas com profissão registrada pelo Censo de 1972, 22,4% estavam no serviço doméstico. E, ao contrário do que se poderia imaginar, a grande maioria delas 83% eram brasileiras livres e não escravas, pois estas trabalhavam sobretudo nas lavouras. (SAMARA, 1997).

Embora tenha ocorrido um declínio percentual no contingente de emprego doméstico, nos anos de 1970 a 1997 houve um aumento de mais de 200% das mulheres nessa profissão, isso mostra a importância dessa atividade econômica.

Reafirma-se que, o emprego doméstico revela a permanência de um nicho ocupacional que continua tendo peso significativo na força de trabalho feminina. Apesar das mudanças, a ocupação emprega 17% da mão de obra feminina no Brasil e continua, em números absolutos, em ascensão. Deve-se destacar, ainda, o maior acesso a direitos trabalhistas e sociais, sobretudo nos centros urbanos mais desenvolvidos, por meio de maior índice de registro em carteira, e significativos aumentos salariais, maior índice de carteiras assinadas e incremento de uma nova legislação que agrega direitos antes negados as trabalhadoras dessa categoria. (IBGE, 2010)

Outro fator que influencia negativamente a entrada das mulheres no mercado de trabalho é a responsabilidade que elas têm com o cuidado com os filhos e a casa, pois a

mulher ainda é a principal responsável em cuidar da casa, o que limita a sua saída para o mercado de trabalho remunerado, já que acaba sobrecarregada com a dupla jornada que precisa enfrentar,

Pode-se afirmar que, no âmbito da oferta de trabalhadoras, tem havido significativas mudanças. Restam, no entanto, algumas continuidades que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem delas trabalhadoras de segunda categoria, que estão sempre em desvantagem no mercado. Em primeiro lugar, elas continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Em segundo, a presença de filhos pequenos continua sendo um fator que dificulta a ocupação feminina. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003 p. 330).

Em seu livro, Sen (2000) vem ressaltar as dificuldades que as mulheres têm em conciliar trabalho e cuidado com os filhos. O autor aponta dois fatores de diferenciação do trabalho feminino.

Primeiro, ter emprego remunerado produz muitos efeitos positivos sobre os papéis da condição de agente das mulheres, frequentemente incluindo maior ênfase sobre os cuidados com os filhos nas decisões conjuntas da família. Segundo, como geralmente os homens mostram grande relutância em dividir as tarefas domésticas, pode não ser fácil para as mulheres concretizar esse maior desejo de prioridade para os cuidados com os filhos quando elas têm o "duplo fardo" do trabalho doméstico e do emprego fora de casa. (SEN, 2000, p. 228).

Outra característica da precarização do trabalho feminino é a desigualdade de gênero presente no mercado de trabalho, haja vista que as mulheres ganham menos do que seus colegas de profissão, e isso é recorrente não só no Brasil, mas também no mundo, segundo Bruschini; Puppini (2004), essa diferença se acentua principalmente quando se comparam os empregos nos setores econômicos, os grupos de horas trabalhadas, a posição na ocupação de estudo; para as autoras as desigualdades salariais se repetem e são marcas da discriminação que ainda existe sobre as trabalhadoras, apesar de suas conquistas.

Nogueira (2010) chama a atenção para a compatibilização dos trabalhos das mulheres, pois a divisão sexual do trabalho atende aos interesses dos capitalistas. Com essa divisão eles conseguem manter as mulheres em empregos precários e com baixos salários sem perder a sua função reprodutiva que também é necessária ao capital.

A questão que se mantém é de como compatibilizar o acesso ao trabalho pelas mulheres, que, por certo, faz parte do processo de emancipação feminina, com a eliminação das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho, já que essa situação de desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras atende aos interesses do capital. Isso se verifica, por exemplo, ao constatarmos que a tendência do trabalho parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora. E isso ocorre porque o capital, além de reduzir ao limite o salário feminino, ele também necessita do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, o que é imprescindível para o seu processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera reprodutiva. (NOGUEIRA, 2010, p. 224-225).

Com isso o trabalho feminino vai se mantendo marcado pela presença das mulheres em empregos nos quais a precarização se encontra acentuada, onde há um elevado grau de discriminação não só em relação à qualidade das ocupações, tanto no setor formal quanto no informal, mas principalmente nas desigualdades salariais entre homens e mulheres. (PROBST, 2003).

2.2 - Mulheres e o Acesso as Profissões de Prestígio

A participação da mulher no mercado de trabalho tem sido alvo de muitos estudos no meio acadêmico, dentre os estudos ressalta-se o de Bruschini e Lombardi (1999) ao afirmarem que o trabalho feminino é caracterizado por possuir dois pólos opostos de atividades. No primeiro pólo situam-se 40% das trabalhadoras brasileiras, possuindo baixos níveis de rendimento, de formalização e longa jornada de trabalho, provando assim a precariedade deste. No pólo oposto verificam-se as boas ocupações, onde as condições de trabalho são melhores por possuir maiores níveis de formalização, rendimentos e proteção.

Para Hirata (2001), as atividades femininas concentram-se, em sua maioria, em setores de serviços, mas há uma diversidade das funções; uma vez que algumas mulheres estão cada vez mais estudando e chegando a altos cargos, contudo há outra parcela que continua em empregos com baixas remunerações,

A atividade feminina continua concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação. Contudo, a tendência a uma diversificação das funções mostra hoje um quadro de bipolarização: num extremo, profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente bons no conjunto da mão de obra feminina (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juízas, etc.), e, no outro extremo, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social. Essa bipolarização não surge apenas nos países europeus desenvolvidos, mas também em países semi-industrializados como o Brasil. (HIRATA, 2001, p. 13).

Segundo Sen (2000), os aspectos relativos à condição de agente das mulheres, estão finalmente começando a receber atenção, em contraste com outrora vista concentração do bem-estar. Os movimentos feministas, de acordo com o autor, empenhavam-se em direitos referentes a um tratamento mais justo para as mulheres, ou seja, era um tratamento para o bem estar da mulher. No entanto, os objetivos aos poucos foram se modificando e passaram a incorporar o papel ativo da condição de agente das mulheres.

Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens. (SEN, 2000, p. 220).

No Brasil, ao longo do século XX e nos dez primeiros anos do século XXI, o acesso à escola foi sendo ampliado para os diferentes grupos populacionais antes excluídos do processo educacional formal. Com isso, as mulheres passaram a ter a oportunidade de estudar, o que hoje em dia se reflete na maior positividade dos indicadores educacionais, nos quais as mulheres vêm superando os homens. (QUIRINO; ARANHA 2011, p.08)

Através dos indicadores fornecidos pelo IBGE (2010) nota-se que de 1995 a 2010 as mulheres passaram da média de 5,3 para 7,4 anos de estudo, enquanto os homens passaram de 5 para 7 anos e, 40,63% das trabalhadoras tinham mais de 11 anos de estudo contra 35,2% dos trabalhadores. Entre a população ocupada e residente nas áreas urbanas, a diferença entre homens e mulheres é ainda maior; já que, enquanto os primeiros possuíam, em 2010, uma média de 8,3 anos de estudo, as mulheres ocupadas chegaram a 9,2, ultrapassando o nível fundamental de ensino (cujas duração foi definida, a partir de 2006, como sendo de 9 anos).

Verifica-se ainda que as mulheres estão mais escolarizadas do que os homens e que também apresentam taxas de analfabetismo inferiores, pois os dados mostram que em 2008, 9,8% das mulheres com 15 anos ou mais eram analfabetas e 20,5% consideradas analfabetas funcionais. Já entre os homens, esses percentuais eram de 10,2% e 21,6%, respectivamente. Em 2010, no entanto, houve uma inversão das taxas de analfabetismo funcional dos homens em idade ativa no Brasil era de 20,9 % e das mulheres 19,8%.

Um fato surpreendente é o de que nas regiões consideradas menos desenvolvidas as mulheres são dotadas de maior nível de alfabetização que os homens. A maior vantagem feminina está no Nordeste, onde 16,1% das mulheres com mais de 15 anos eram analfabetas,

contra 19,3% dos homens na mesma faixa etária. Essa constatação pode estar relacionada aos processos migratórios mais intensos entre os homens com maior escolaridade, das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas.

Contribuem para conformar esse quadro os valores e convenções de gênero que acabam por estimular mais os meninos a abandonarem os estudos para trabalhar e auxiliar no sustento familiar, enquanto às meninas cabe o trabalho doméstico que, teoricamente, pode ser mais facilmente conciliado com as atividades escolares. (BANDEIRA; MELO; PINHEIRO, 2010).

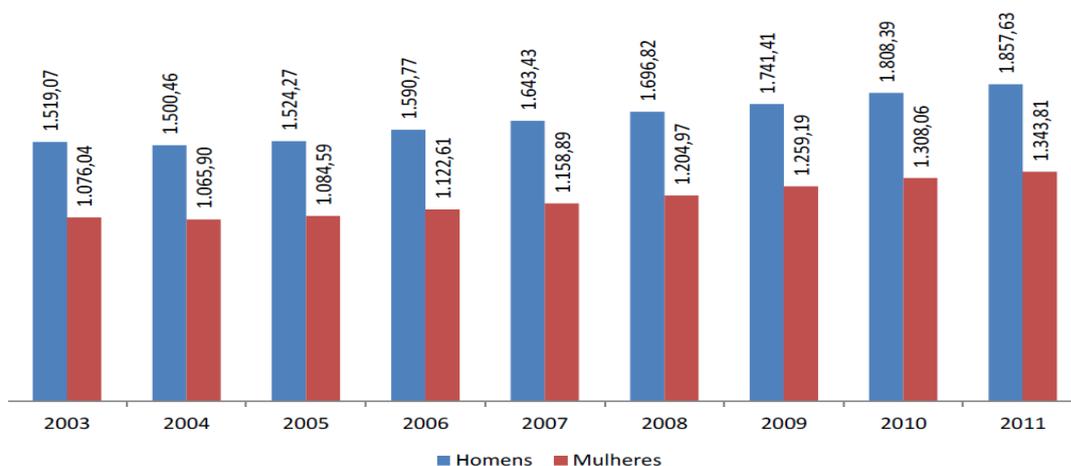
Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a educação superior brasileira é predominantemente feminina. Entre os aspectos selecionados pelo censo do ensino superior, tanto os cursos na modalidade presencial quanto à distância, apresentam em comum a predominância de alunas do sexo feminino. Na graduação presencial, as mulheres correspondem a 51,5 % do número total de matrículas e 58,8% do número total de concluintes. Já na modalidade da Educação à Distância - EAD, 69,2% das matrículas e 76,2 % dos concluintes são do sexo feminino. (QUIRINO; ARANHA, 2011)

A expansão da escolaridade, a que as brasileiras têm cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso e ascensão das mulheres no mercado de trabalho.

As mulheres trabalhadoras têm uma escolaridade muito superior à dos trabalhadores, diferencial de gênero que se verifica também na população em geral. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003, p. 20). Isso significa que as mulheres tendem a se qualificar ainda mais para entrarem no mercado de trabalho, o que não se reverte em salários mais elevados ou em ocupações mais qualificadas que as masculinas, assim como não significa a desobrigação das responsabilidades domésticas e dos cuidados com os filhos e a casa.

Isso pode ser verificado no gráfico abaixo, no qual nota-se que o rendimento médio dos homens sempre ultrapassa o rendimento mensal das mulheres, mesmo que elas tenham mais anos de estudo que os homens.

Gráfico 6- Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas, por sexo (em R\$ a preços de dezembro de 2011) – 2003 - 2011*



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

O rendimento médio do trabalho das mulheres em 2011 foi R\$ 1.343,81, 72,3% do que recebiam os homens (R\$ 1.857,63). Esses valores indicam uma evolução no rendimento em relação ao ano de 2003, quando a remuneração média das mulheres foi de R\$ 1.076,04. Entretanto, pelo terceiro ano consecutivo o rendimento feminino mantém a mesma proporção (72,3%) em relação ao rendimento dos homens, em 2003 as mulheres recebiam 70,8% do que recebia, em média, um homem. Entre 2003 e 2011, o rendimento do trabalho das mulheres aumentou 24,9%, enquanto que o dos homens apresentou aumento de 22,3%.

Tabela 2 - Razão do rendimento médio real do trabalho das mulheres em relação ao dos homens – 2003 - 2011*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Razão da remuneração do trabalho entre mulheres e homens	70,8%	71,0%	71,2%	70,6%	70,5%	71,0%	72,3%	72,3%	72,3%

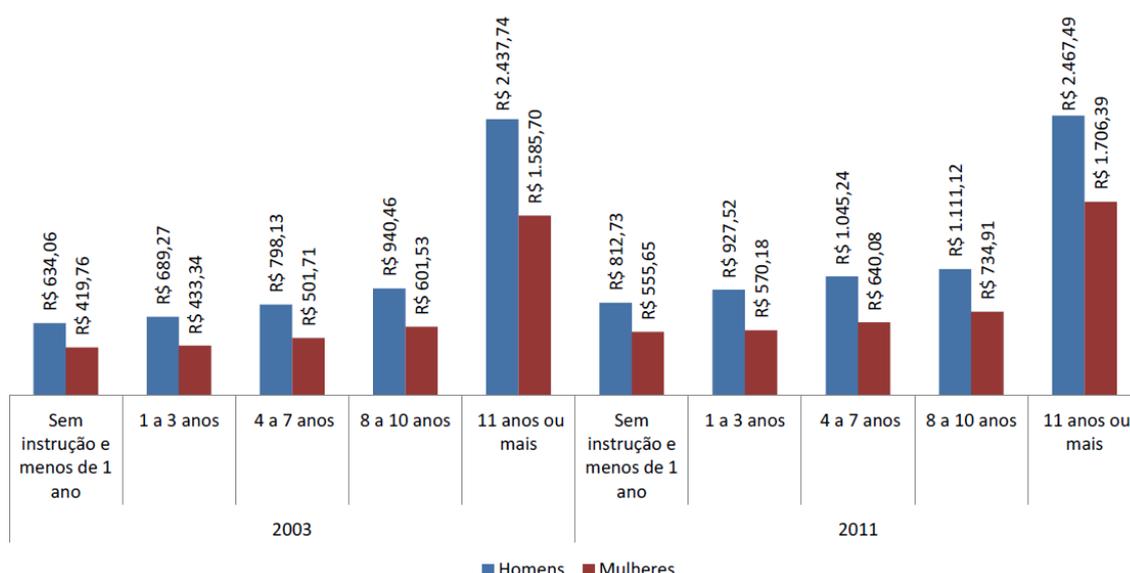
FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

As mulheres, independentemente do grupo de anos de estudo em que se enquadrem, em média, recebem menos que os homens. Entretanto, em situações extremas a diferença de

rendimentos é menor. Nos grupos de pessoas que não possuem instrução ou tem menos de 1 ano de estudo a proporção da remuneração das mulheres em relação a dos homens é maior que em todos os outros grupos. Em 2003, a remuneração das mulheres sem instrução e com menos de 1 ano de estudo foi de 66,2% e daquelas com 11 anos ou mais de estudo foi de 65,0%. Essas proporções, em 2011, foram de 68,4% e 69,2%, na mesma ordem. As mulheres com 11 anos ou mais de estudo recebiam, em média, R\$ 1.706,39 no ano de 2011 e os homens R\$ 1.585,70.

Gráfico 7 - Rendimento médio real habitual da população ocupada, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo – (2003 e 2011)*



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

O rendimento médio do trabalho das mulheres em 2011 foi R\$ 1.343,81, 72,3% do que recebiam os homens (R\$ 1.857,63). Esses valores indicam uma evolução no rendimento em relação ao ano de 2003, quando a remuneração média das mulheres foi de R\$ 1.076,04. Entretanto, pelo terceiro ano consecutivo o rendimento feminino mantém a mesma proporção (72,3%) em relação ao rendimento dos homens, em 2003 as mulheres recebiam 70,8% do que recebia, em média, um homem. Entre 2003 e 2011, o rendimento do trabalho das mulheres aumentou 24,9%, enquanto que o dos homens apresentou aumento de 22,3%.

Esses resultados revelam uma maior inserção, no mercado de trabalho, das mulheres com nível de escolaridade mais elevado, corroborando os estudos de Bruschini e Lombardi

(2003 e 2008), que também apontam nesse sentido. Verifica-se que, nos postos de trabalho com ensino médio completo (incluindo o ensino técnico) o percentual de mulheres no total de trabalhadores empregados é de 44,7% e com ensino superior mais da metade – 58,9% são mulheres.

Constata-se também que a escolaridade elevada tem impacto considerável sobre o trabalho feminino, pois as taxas de atividade das mais instruídas são mais elevadas do que as taxas gerais de atividade. (QUIRINO; ARANHA, 2011)

As informações do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, de 2009, tomando como referência o grau de instrução, mostram uma queda na geração de empregos para os níveis com menor grau de escolaridade, até o ensino fundamental incompleto, para ambos os gêneros, e um aumento dos vínculos empregatícios para todos os níveis de instrução a partir do ensino fundamental completo.(QUIRINO; ARANHA,2011)

Tabela 3- Número de empregos formais segundo gênero e grau de instrução Brasil 2009

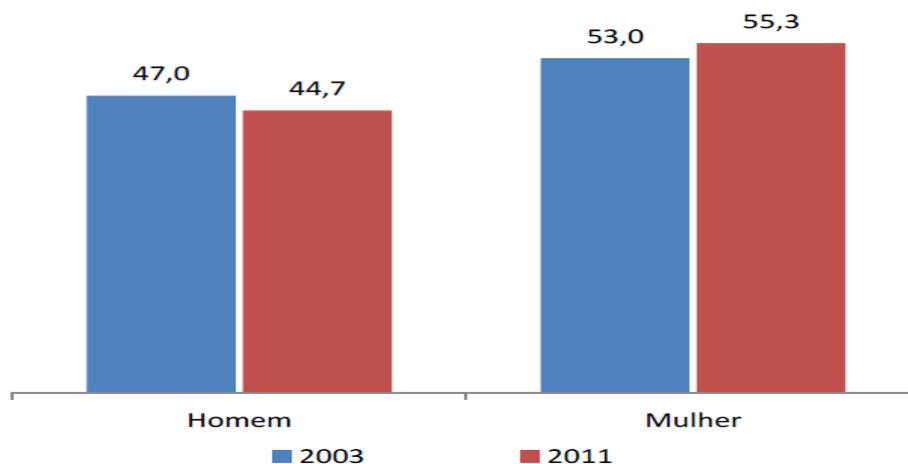
Grau de instrução	Masculino	Feminino	Total	% Feminino
Analfabeto	185.430	42.774	228.204	18,7
4ª série do Ensino Fundamental	1.508.254	536.390	2.044.644	26,2
8ª série do Ensino Fundamental	3.878.520	1.821.758	5.700.278	31,9
Ensino Médio Completo	9.117.654	7.385.220	16.502.874	44,7
Superior Completo	2.763.724	3.970.358	6.734.082	58,9

Fonte: MTE/RAIS/2009

Outro fator que Bruschini e Lombardi (2003) aponta e que tem contribuído para o aumento das mulheres na PEA é o fato de elas estarem inserindo-se em empregos do funcionalismo público, aonde as mulheres vêm predominando especialmente em áreas da saúde e educação, e que em sua maior parte requerem níveis médios de instrução.

Das mulheres ocupadas no mercado de trabalho em 2011, 22,6% estavam no setor público, enquanto entre os homens, esse percentual era de 10,5%. Analisando a distribuição da população ocupada, exclusivamente no setor público, ele era composto por 55,3% de mulheres e 44,7% de homens.

Gráfico 8- Distribuição da população ocupada no setor público, por sexo (%) – 2003 e 2011*



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

Apesar de as mulheres ainda estarem em sua maioria em “guetos” femininos, elas vêm ocupando profissões de prestígio, como a advocacia, medicina, arquitetura, engenharia, chefes de grandes empresas, dentre outros postos de trabalho, os quais eram ambientes de trabalho antes, ocupados somente pelos homens. Percebe-se então, os progressos que as mulheres têm alcançado no mercado de trabalho. Os autores, Bruschini; Ricoldi; Mercado (2008) afirmam que os anseios das mulheres em transformarem sua vida profissional levaram-nas para as universidades em busca de qualificação e melhores trabalhos.

O ingresso das mulheres nessas ocupações de qualidade teria ocorrido como resultado da convergência de vários fatores. Entre eles, uma intensa transformação cultural, a partir do final dos anos 1960 e, sobretudo, nos 1970, na esteira dos movimentos sociais e políticos dessa década, impulsionou as mulheres a ingressar nas universidades, em busca de um projeto de vida profissional. A expansão das universidades públicas e, principalmente, privadas, na mesma época, foi ao encontro desse anseio feminino. (BRUSCHINI; RICOLDI; MERCADO, 2008, p 23).

Outro fator importante foi à racionalização e as transformações dessas profissões, que abriram novas possibilidades para as mulheres formadas nessas carreiras, ampliando o leque profissional feminino para além dos "guetos" tradicionais. Tanto a medicina quanto a arquitetura e a advocacia vêm passando por processos de especialização e assalariamento, em detrimento da antiga autonomia profissional. (BRUSCHINI; RICOLDI; MERCADO, 2008).

Para Sen (2000) existem provas de que, quando as mulheres conseguem oportunidades que em geral são reservadas aos homens, saem-se tão bem quanto eles no aproveitamento dos recursos - que, ao longo dos séculos, os homens tem alegado serem só seus. Assim o autor ainda vem assinalar,

Sempre que as disposições sociais diferem da prática tradicional da propriedade masculina, as mulheres conseguem tomar iniciativas nos negócios e na economia com grande êxito. Está claro que o resultado da participação feminina não é meramente a geração de renda para as mulheres, mas também a provisão dos benefícios sociais decorrentes de status mais elevado e da independência feminina. Assim, a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si(com a redução associada do viés contra o sexo feminino na tomada de decisões familiares) como uma grande influência para a mudança social em geral. (SEN 2000, p. 233).

Os postos de trabalho considerados de prestígio ocupados pelas mulheres estão inseridos frequentemente nos campos,

Áreas do ensino, das leis e das artes, compõe-se das famílias ocupacionais juristas, professores, escritores, jornalistas, escultores, pintores e músicos, técnicos desportivos, etc. O ensino se caracterizou através do tempo como uma das poucas áreas de atuação feminina qualificada no mercado de trabalho. Em que pese as profundas modificações nas condições de trabalho e na remuneração dos docentes brasileiros nas últimas décadas, o que tem conduzido a uma desvalorização da função de ensinar por parte dos próprios professores e da sociedade (ou talvez por isso mesmo), a categoria eminentemente feminina. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p.349).

Percebe-se, na tabela abaixo, o aumento considerável das mulheres em profissões que exigem um nível de instrução maior e que antes somente os homens tinham mais acesso, o que reflete o aumento e a busca das mulheres por melhores empregos.

TABELA 04 - Profissões de Prestígio Ocupadas pelas Mulheres no Brasil nos anos de 1995, 2004 e 2007

Ocupações	1995*			2004			2007		
	Total (NA)	Total Feminino (NA)	Parcela feminina (em %)	Total (NA)	Total Feminino (NA)	Parcela feminina (em %)	Total (NA)	Total Feminino (NA)	Parcela feminina (em %)
Médicos	146.141	55.095	37,7	202.733	83.729	41,3	254.056	104.052	41,0
Advogados	20.160	7.459	37,0	37.682	17.296	45,9	52.001	24.798	47,7
Procuradores e Advogados Públicos	7.994	3.437	43,0	6.694	2.899	43,3	9.747	4.201	43,1
Magistrados	10.991	2.660	24,2	1.337	460	34,4	12.666	4.538	35,8
Membros do Ministério Público	-	-	-	6.159	2.519	40,9	6.898	2.822	40,9
Engenheiros	130.225	15.106	11,6	139.300	19.502	14,0	169.155	25.145	14,9
Arquitetos	7.121	3.696	51,9	8.472	4.583	54,1	11.281	6.201	55,0

Fonte: Banco de Dados Sobre o Trabalho das Mulheres - Fundação Carlos Chagas

A entrada das mulheres nessas ocupações teria sido resultado da convergência de vários fatores. Dentre eles cita-se de um lado, uma mudança cultural, a partir do final dos anos 60 e, sobretudo, nos anos 70, na esteira dos movimentos sociais e políticos dessa década, que impulsionou as mulheres para as universidades, em busca de um projeto de vida profissional e não apenas doméstico. Já do outro, aponta-se que a racionalização e as transformações pelas quais passaram essas profissões abriram novas possibilidades para as mulheres que se formaram nessas carreiras, ampliando o leque profissional feminino para além dos “guetos” tradicionais. (BRUSCHINI, 2007).

Atenta-se para o fato de que, mesmo as mulheres ocupando postos de trabalho considerados de prestígio, elas são alvos de discriminação e não há o verdadeiro reconhecimento por parte da sociedade. Um dos fatos que demonstra isso é que há uma limitação ascensional referente às mulheres; pois, mesmo que as mulheres venham assumindo cargos de responsabilidade na gerência e na diretoria das empresas, é rara sua presença no topo da hierarquia empresarial, processo designado "teto de vidro"³. (LAUFER E FOUQUET, 1997; BRUSCHINI E PUPPIN, 2004).

As mulheres, portanto, enfrentam um duplo desafio, de acordo com Lombardi (2008), uma vez que ao chegarem aos cargos mais elevados, ainda precisam provar que são capazes de gerenciar tão bem quanto os homens fazendo uso de sua feminilidade como diferencial,

³ Teto de vidro é a denominação usual para casos onde, embora não exista nenhuma restrição formal, as mulheres não conseguem ser promovidas a certos cargos dentro das empresas. Quando a representação de mulheres em cargos de chefia (gerências, diretorias, vice-presidências e presidências) é baixa em relação ao número de mulheres dentro da empresa. (MADALOZZO, 2011)

Provar que são capazes de comandar equipes e, dentro das possibilidades estabelecidas pela organização do trabalho, encontrar um jeito próprio de gerenciar mais feminino. Em outras palavras, por se sentirem desconfortáveis como mulheres no desempenho das funções tradicionalmente atribuídas aos homens, uma parte das gerentes e diretoras tem a oportunidade de, em vez de negar a própria feminilidade, suprimindo-a, valorizá-la como marca da diferença. E, assim fazendo, estariam contribuindo para a reflexão coletiva sobre os modos de gerenciar em seus locais de trabalho. (LOMBARDI, 2008, p. 398).

No Brasil, nota-se que, dos 42.276 cargos de diretoria computados pela Relação Anual de Informações (Rais) no ano 2000, 23,6% eram ocupados por mulheres. De acordo com Bruschini e Puppini (2004) ao analisarem as empresas segundo o ramo de atividade, verifica-se que os empregos femininos em nível de diretoria predominam em empresas de serviços comunitários e sociais, nas quais pouco mais da metade dos cargos desse nível eram ocupados por mulheres.

É possível afirmar que as mulheres vêm ocupando cargos de diretoria e em números elevados, ou até mesmo predominam; mas isso em áreas tradicionais femininas, como a social, a da cultura e a da saúde, o que reforça o que já foi dito anteriormente, as mulheres acabam por se inserirem nos "guetos femininos".

Dessa maneira, o ganho do poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento de acordo com Sen (2000), uma vez que, para ele entre os fatores envolvidos incluem-se a educação das mulheres, seu padrão de propriedades, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. São também fatores relevantes segundo sua perspectiva, a natureza das disposições empregatícias, as atitudes da família e da sociedade em geral com respeito às atividades econômicas das mulheres e as circunstâncias econômicas e sociais que incentivaram ou tolhem a mudança dessa atitude.

É preciso atentar-se e perceber que as mulheres ocupam ainda em pequena quantidade os postos de trabalho profissionais que antes eram ocupados somente pelos homens; o importante é perceber que a participação feminina vem ampliando as possibilidades de inserção das mulheres em postos de trabalhos mais qualificados, ao menos para aquelas mulheres mais escolarizadas. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003).

2.3 - Avanços e Persistências entre Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho

Como se viu no início do texto, nas últimas décadas do século XX, ocorreram mudanças na economia mundial, causando fortes impactos nas relações de trabalho. A partir

dos anos 60 e 70, com a ocorrência de movimentos sociais mundiais a cultura da sociedade foi se modificando, a parcela de mulheres economicamente ativas aumentou consideravelmente.

Segundo Vieira (2006), a crescente urbanização e industrialização contribuíram para um ambiente propício à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, inclusive as mulheres. Assim, o trabalho deixou de ser um elemento sem sexo, para se transformar em uma categoria sexuada, ou, como define Lobo (1991), de dois sexos distintos.

Carloto (2002) nos aponta cinco fatores que contribuíram também para a expansão do trabalho feminino e sua permanência

em primeiro lugar a necessidade econômica que se intensificou com a deterioração dos salários dos trabalhadores e que obrigou as mulheres a buscar uma complementação para a renda familiar, sendo que não só as mais pobres entraram no mercado de trabalho, mas também as mais instruídas e das camadas médias. Em segundo lugar a crescente urbanização, trazendo milhares de pessoas do campo para a cidade e o ritmo acelerado de industrialização favorável à incorporação de novos trabalhadores, incluindo os do sexo feminino. Um terceiro fator refere-se as mudanças nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher para as quais contribuíram os movimentos feministas e a presença feminina cada vez mais atuante nos espaços públicos, facilitando a oferta de trabalhadoras. Como quarto ponto destacamos a queda da fecundidade que reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades, facilitados pelo acesso a métodos como pílula e laqueadura, liberando a mulher para o trabalho fora de casa; e por fim a expansão da escolaridade e acesso das mulheres às universidades. (CARLOTO, 2002, p.10)

O mercado de trabalho passou a retratar as discriminações sofridas pelas mulheres na esfera pública, incentivando, apesar de algumas mudanças, a persistência da diferença entre o trabalho de homens e mulheres. Assim, outro elemento importante para explicar a permanência das mulheres no mercado de trabalho é a divisão sexual do trabalho que manteve a concentração das trabalhadoras em guetos ocupacionais que se expandiram apesar da crise econômica; como é o caso do setor terciário, e dentro dele a prestação de serviços, onde se encontram alguns dos empregos de mais baixo prestígio e remuneração.

Dessa maneira, as conquistas no trabalho feminino são ainda marcadas por menos proteção das legislações trabalhistas e pelas organizações sindicais. (ARAUJO e FERREIRA, 2000).

Para Bruschini (1987), com a inserção das trabalhadoras no mercado, a tendência verificada é a de segregar as mulheres em determinados setores industriais e em algumas ocupações específicas, ou seja, elas se inserem em determinados setores econômicos,

Os dados das Pnads sinalizam a persistência dos já conhecidos padrões diferenciados de inserção feminina e masculina segundo setores ou grupos de atividades econômicas. Os setores do mercado nos quais as trabalhadoras continuam encontrando maiores oportunidades de trabalho e emprego são, pela ordem, prestação de serviços, agropecuária, setor social, comércio de mercadorias e indústria. (BRUSCHINNI, 1997, p. 24).

Ao se analisar as informações sobre o local onde as trabalhadoras desempenham suas atividades, vê-se como a desigualdade de gênero continua a demarcar o mercado de trabalho brasileiro e a confirmar como o trabalho feminino é mais precário. Bruschini (1998) verifica que, embora mais da metade das mulheres ocupadas, como ocorre com os homens, trabalhem em lojas, oficinas e escritórios, um percentual considerável delas trabalha no próprio domicílio ou no domicílio do patrão, sendo essas cifras bem mais elevadas que a dos trabalhadores na mesma situação.

De acordo Lombardi (1999), uma das características que se pode comparar entre o trabalho feminino e o masculino é a remuneração, já que as mulheres em muitos casos ganham menos do que os homens exercendo as mesmas funções,

A atividade econômica feminina continua sendo caracterizada pela segregação ocupacional, em setores de baixo status, com remuneração menor que a dos homens, mesmo quando elas exercem a mesma carga horária e têm níveis equivalentes de escolaridade. Além disso, nas áreas que estão abrindo novas oportunidades para as mulheres, as atividades, em grande parte, são de empregos *part-time*, ou em postos precários e menos qualificados, além de uma presença forte no mercado informal. (LOMBARDI, 1999, p. 124).

Outras dificuldades são enfrentadas pelas mulheres, Phostuma e Lombardi (1999) apontam que, após estudos realizados no Brasil e no exterior, quando se fala em trabalho de meio período a tendência é a de contratar as mulheres; já que elas, muitas vezes, não podem trabalhar em tempo integral e acabam se submetendo a esses trabalhos precários.

O aumento de atividades como a subcontratação de trabalhadores por tempo determinado, de trabalhadores *part-time* e de trabalhadores em domicílio são tendências que absorvem uma grande parte das mulheres que ingressam na atividade econômica, ocorrendo, muitas vezes, em condições inseguras, geralmente levando à intensificação da carga de trabalho, à redução da remuneração e à perda da proteção oferecida pela legislação trabalhista. (PHOSTUMA; LOMBARDI, 1999, p.126).

Antunes (2007) ainda afirma que,

O mundo do trabalho vivencia-se um aumento significativo do contingente feminino, que atinge mais de 40% ou mesmo mais de 50% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, por exemplo, o contingente feminino superou recentemente o masculino na composição da força de trabalho no ano de 1998. Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial e dos direitos, onde a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo freqüentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho.(ANTUNES, 2007, p.14)

Tabela 5 - Número médio de horas semanais habitualmente trabalhadas pela população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo e diferença entre homens e mulheres – (2003 e 2011)*

Sexo e Ano	Número médio de horas semanais habitualmente trabalhadas da população ocupada							
	Total	Grupamentos de Atividade						
		Indústria	Construção	Comércio	Intermediação Financeira	Administração Pública	Serviços Domésticos	Outros Serviços
Homens								
2003	44,2	43,9	43,7	46,1	43,1	39,6	45,3	46,4
2011	43,4	43,4	43,5	45,2	42,1	38,9	44,1	45,4
Mulheres								
2003	39,0	39,9	38,6	41,2	39,2	35,7	38,5	40,6
2011	39,2	40,5	40,5	42,0	39,4	36,5	37,4	40,5
Diferença entre Homens e Mulheres								
2003	5,3	4,0	5,1	4,9	3,8	3,9	6,7	5,8
2011	4,2	2,9	3,0	3,3	2,7	2,4	6,8	4,9

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais

O número de médio de horas semanais trabalhadas pelas mulheres, em 2011, foi de 39,2 horas, contra 43,4 horas dos homens, ou seja, uma diferença de 4,2 horas entre homens e mulheres. Em 2003, essa diferença foi de 5,3 horas. A redução da diferença ocorreu, principalmente, pela variação do número de horas trabalhadas pela população masculina. Esse comportamento foi verificado em quase todos os grupamentos de atividade. No grupamento da Administração Pública foi verificada a menor diferença, 2,4 horas. Os grupamentos do Comércio (41,2 horas) e de outros serviços (40,6 horas), em 2003, foram os únicos que apresentaram média de horas trabalhadas, das mulheres, superiores a 40,0 horas. Em 2011, somente os Grupamentos de Intermediação Financeira (39,4 horas), Administração Pública

(36,5 horas) e Serviços Domésticos (37,4 horas) não apresentaram médias superiores a 40,0 horas.

Segundo as Nações Unidas, aproximadamente 45% das mulheres do mundo entre 15 e 64 anos de idade estão economicamente ativas. (LIM, 1996, p. 11). Nota-se uma diferença entre a natureza de participação dos homens e das mulheres na maioria das regiões do mundo: a taxa feminina da força de trabalho aumentou tanto durante períodos de prosperidade como nos de recessão, enquanto a participação masculina tem decrescido. Além disso, mais mulheres continuam ativas economicamente, mesmo durante o período em que estão gerando e cuidando de filhos. (PHOSTUMA; LOMBARDI, 1998, p.126).

Lobo (1991) lembra que a forma como a divisão sexual de trabalho dentro da fábrica é determinada e construída reflete as expectativas de tarefas "masculinas" ou "femininas" - e é a partir dessas identidades de gênero da força de trabalho que se definem a função, o salário e a qualificação (Kergoat *apud* Souza-Lobo, 1991, p.56). Para melhor analisar a relação entre qualificação e divisão sexual de trabalho que resulta dessas identidades de gênero, Lobo (1991, p.56) afirma que é necessário fazer uma distinção entre a tarefa e quem a faz.

Verifica-se que, apesar dos avanços das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda sofrem discriminações, pois há uma diferenciação de gênero para a contratação e permanência nos empregos.

Harvey (1992) analisa a situação das mulheres mostrando que, as novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago. Também o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e a sub-contratação permitem o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. Esse retorno segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em massa, e ali explorar a força de trabalho feminino, extremamente vulnerável em condições de remuneração baixa e pouca segurança no emprego.

Os anos 90 foram o palco de mudanças significativas no contexto internacional, que levaram ao desenvolvimento crescente da precariedade e da informalidade, no mundo do trabalho e da produção, tanto nos países do Norte como nos do Sul. Hirata (2001) mostra a influencia que a globalização exerceu sobre o mercado de trabalho.

Os efeitos da globalização, complexas e contraditórias, afetaram desigualmente o emprego masculino e feminino nos anos noventa. Se o emprego masculino regrediu

ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial. (HIRATA, 2001, p 05).

Dessa forma, esse novo quadro econômico e financeiro trouxe consequências diferenciadas segundo as regiões do globo, e sobre a divisão sexual do emprego, do trabalho – profissional e doméstico – e da atividade dos homens e das mulheres. (HIRATA, 2001).

Assim, pensar sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, hoje, exige necessariamente que se aborde o fenômeno da globalização da economia e seus impactos variados sobre o mundo do trabalho, e sobre as culturas e as relações sociais de modo geral. (CAGATAYA, 2001; HAYZER e WEE, 1994).

Os recentes processos de reorganização do capitalismo em direção à economia globalizada trazem impactos ambíguos e mesmo contraditórios para as mulheres, enquanto algumas autoras ressaltam as conquistas e avanços em termos de reconhecimento de direitos e melhoria da qualidade de vida, outros estudos atentam para a persistência das desigualdades, da pobreza e da opressão. (CUNHA E FUENTES, 2006, p.06).

Entre os fenômenos que caracterizam a globalização, um dos mais marcantes tem sido a feminização da força de trabalho, que modificou a distribuição e alocação do trabalho entre homens e mulheres na maioria dos países (Cagatay, 2001; Hayzer & Wee, 1994). No nível internacional, a competição global e o modelo de desenvolvimento orientado para a exportação resultaram na preferência dos empregadores por trabalhadoras mulheres, em especial em manufaturas de uso intensivo da mão de obra. Em vários países, o trabalho feminino também foi amplamente absorvido pelo setor de serviços. (CUNHA E FUENTES, 2006, p.06).

Os autores Giddens e Will Hutton (2000) afirmam em uma de suas primeiras coletâneas, ao abordar o fenômeno da globalização, que a emancipação das mulheres seria “traço característico dos processos de globalização”. Mas, como ressalva Lourdes Benería (2003), “a maioria das mulheres permanece na base da pirâmide social, sobrecarregadas por responsabilidades domésticas e profissionais, e imersas em lutas cotidianas de pobreza”, e é por isso que se coloca a hipótese de que – apesar das conquistas importantes –, o recente fenômeno da globalização está gerando crescente desigualdade para as mulheres, em termos econômicos e sociais, ou seja, a globalização trouxe impactos ambíguos e mesmo contraditórios para as mulheres. (BENERIA, 2003)

Com a globalização, notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim

como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina. (HIRATA, 2001, p.05)

A globalização, portanto, traz para o mercado de trabalho um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que houve um aumento do emprego remunerado, esse foi acompanhado pela precarização e vulnerabilidade crescente, principalmente para as mulheres.

Em pesquisas sobre diferenças de remuneração no mercado de trabalho formal Ikeda (2000) salienta que mesmo com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro as desigualdades em relação ao trabalho masculino ainda persistem. Ainda argumenta que mesmo no mercado de trabalho formal a segmentação por gênero existe, pois em todos os setores analisados a remuneração feminina é claramente menor que a masculina.

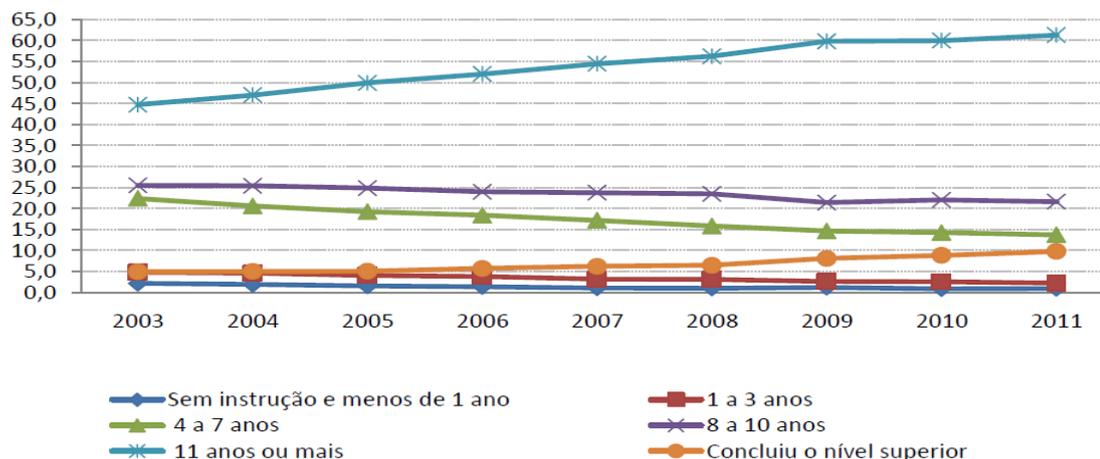
Apesar das diferenças entre os sexos permanecerem, levantamentos do IBGE constataram também que o desnível de inserção entre homens e mulheres foi reduzido em 2011, com as mulheres aumentando sua participação em todas as formas de ocupação. Em 2003, por exemplo, a proporção de homens com carteira assinada no setor privado era de 62,3%, enquanto a das mulheres era de 37,7%, uma diferença de 24,7 pontos percentuais. Em 2010, essas proporções foram de 59,6% e de 40,4%, fazendo com que essa diferença diminuísse para 19,1 pontos percentuais. Porém, o maior crescimento de participação feminina foi observado no emprego sem carteira no setor privado (36,5% em 2003 para 40,5% em 2011)

Para Sanches (2000), a disparidade de rendimentos é o argumento mais eloquente de que a discriminação no mercado de trabalho persiste, apesar do crescimento significativo da participação das mulheres em número e qualidade, no que se refere à ocupação de novos postos, ao ingresso em novos setores da atividade econômica e aos níveis de escolaridade cada vez mais altos que as mulheres vêm alcançando. Dentre os novos setores, destaca-se a economia informal, devido ao grande contingente de mulheres que nela se encontram.

Em 2011, 825 mil mulheres estavam desocupadas procurando por trabalho. Essa população registrou aumento na escolaridade, visto que, em 2003, em média, 5,0% tinham nível superior e, em 2011, eram 9,8%. Esse crescimento é resultante do aumento da escolaridade de uma forma geral. Em 2003, em média, 44,7% das mulheres desocupadas tinham 11 anos ou mais de estudo, em 2011, essa proporção aumentou significativamente alcançando 61,3%. Verificou-se que a população feminina desocupada aumentou significativamente o nível de escolarização, esse fato foi perceptível em todas as seis regiões

pesquisadas. Assim como em 2003, no ano de 2011, apenas nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro (11,2%) e de São Paulo (10,0%) foram registrados percentuais de desocupadas com nível superior completo acima da média.

Gráfico 9- Proporção de mulheres desocupadas, por grupos de anos de estudo (%) – (2003 a 2011)*



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

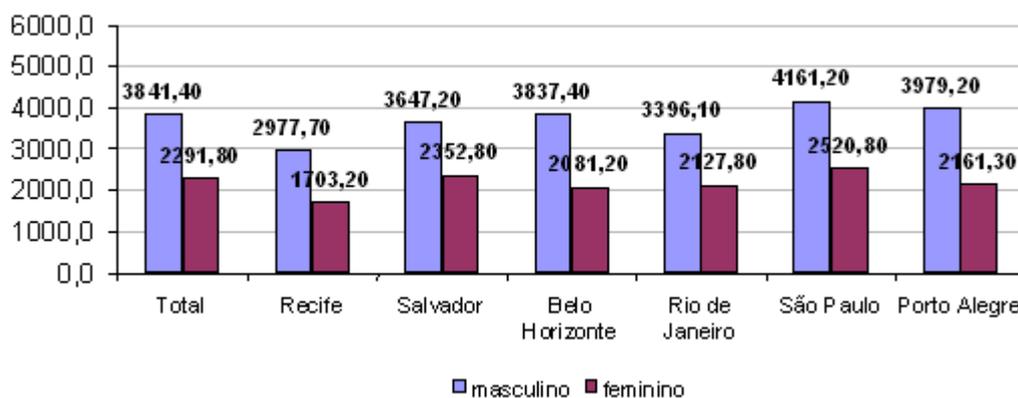
Com relação à precariedade do trabalho feminino, Posthuma e Lombardi (1998) assinalam que um aspecto importante a ser destacado no que tange às mudanças no mundo do trabalho, é que as mulheres têm sido requisitadas, até mais do que os homens, para executarem atividades nas quais se exigem habilidades como, destreza manual, atenção a detalhes e paciência para realizar trabalhos repetitivos os quais as qualificaram para o desenvolvimento de tarefas ditas femininas. Essas habilidades, no entanto, não são reconhecidas como qualificadas, o que justifica o fato de as trabalhadoras serem submetidas a salários inferiores, quando comparados aos dos trabalhadores no desempenho de mesmas funções.

A elevação da escolaridade feminina tem impactos significantes na condição de agente das mulheres, pois a expansão da escolarização tem afetado diretamente o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, dados apresentados por Bruschini; Ricoldi; Mercado (2008), em sua pesquisa mostra que em 2005, 32% das trabalhadoras tinham mais de 11 anos de estudos, contra 25% dos trabalhadores.

Para as mulheres que possuem nível superior completo, de acordo com o IBGE, o rendimento médio habitual foi de R\$ 2.291,80 em janeiro de 2008; enquanto que para os

homens esse valor foi de R\$ 3.841,40. Ainda que comparado com trabalhadores que possuem o nível superior, o rendimento das mulheres é cerca de 60% do rendimento dos homens, indicando que mesmo com grau de escolaridade mais elevado as discrepâncias salariais entre homens e mulheres não diminuem.

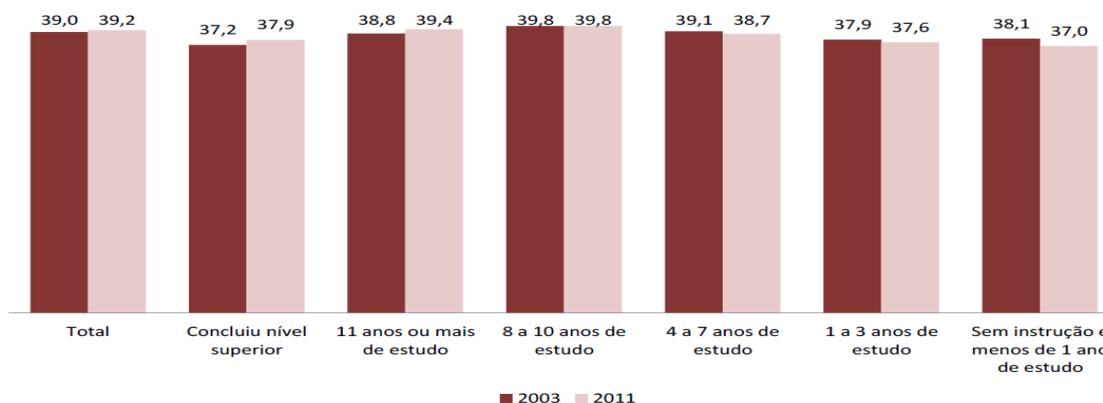
GRÁFICO 10 - Rendimentos das mulheres com nível superior, comparado aos homens de 2003 a 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Entre as mulheres trabalhadoras, 51,3% possuíam 11 anos ou mais de estudo em janeiro de 2003, contra 59,9% em janeiro de 2008. Entre os homens, esses mesmos níveis de escolaridade eram de 41,9% e 51,9%, respectivamente, nos meses de janeiro de 2003 e de 2008.

Gráfico 11- Número médio de horas semanais habitualmente trabalhadas pelas mulheres, por grupos de anos de estudo – (2003 e 2011)*



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais

As mulheres trabalharam, em média, 39,2 horas por semana em 2011, não apresentando variação significativa em relação a 2003. Em 2011, as mulheres que tinham de 8 a 10 anos de estudo apresentaram a maior média de horas semanais habitualmente trabalhadas (39,8 horas) assim como em 2003. O grupo de mulheres que concluiu o nível superior, em 2003, apresentava a menor média de horas trabalhadas semanalmente, 37,2 horas, entretanto, entre 2003 e 2011, esse grupo apresentou aumento de 0,7 hora na média de horas trabalhadas, sendo o maior aumento entre todos os grupos de anos de estudo.

Para os grupos de mulheres com mais escolaridade a média do número de horas trabalhadas aumentou, ao passo que para aqueles que tinham menos que 8 anos de estudo foi possível verificar redução. As mulheres com nível superior completo apresentaram 0,7 hora de aumento. Já aquelas com 4 a 7 anos de estudo, 1 a 3 anos de estudo e sem instrução e menos de 1 ano de estudo apresentaram reduções de 0,4, 0,3 e 1,1 hora, respectivamente.

Segundo o IBGE, a explicação para a remuneração em média 30% inferior a dos homens decorre das características de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Elas costumam concentrar sua atuação no setor de serviços e em ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração. A trajetória profissional das mulheres também costuma ser marcada pela menor ocupação de cargos de comando ou chefia.

Portanto, a defasagem entre os salários não diminui com o aumento da escolaridade. Mulheres com 11 anos ou mais de estudo ganham 58,6% do que homens com mesmo nível de escolaridade recebem. Entre os salários mais baixos, 32% da população masculina ocupada ganhavam em 2003 até um salário mínimo. Entre a população feminina esse percentual sobe para 49%. Entre os empregadores, elas são minorias. Apenas 2,7% das mulheres ocupadas se enquadram nesta categoria, contra 5,5% de homens.

Daune-Richard (2003), ao analisar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho francês, destaca que, o fato de as mulheres estudarem mais (41% das mulheres na faixa dos 25 aos 34 anos têm escolaridade superior, contra 33% dos homens na mesma faixa etária) não contribui para que elas alcancem maiores acessos a ocupações qualificadas. Ao contrário, mesmo com escolaridade igual, há uma desvalorização dos diplomas das mulheres. Enquanto os homens inserem-se em cargos técnicos industriais, as mulheres concentram-se no setor terciário, e, nesse caso, os empregos femininos são sempre menos qualificados.

Assim, segundo Muruani (2008),

os argumentos que até há poucos anos ainda podiam "legitimar" as desigualdades profissionais entre homens e mulheres perderam todo sentido: na maioria dos países europeus, as mulheres são mais instruídas que os homens. Uma grande parte delas tem trajetórias profissionais contínuas, como os homens. Porém, elas permanecem sensivelmente menos bem pagas que eles têm carreiras profissionais mais estagnadas, experimentam um sobredesemprego e um subemprego patentes. Além disso, a segregação dos empregos continua forte. (MURUANI, 2008, p. 42).

Bruschini (2000) defende que “o trabalho feminino não deixa de ser caracterizado como mais precário em relação ao masculino. Ao contrário, há várias evidências de que a desigualdade de gênero continua a demarcar o mercado de trabalho brasileiro” (BRUSCHINI, 2000, p. 31). E isso fica ainda mais evidente quando a autora detecta que, “apesar dos ganhos obtidos pelas trabalhadoras no que tange aos espaços ocupados no mercado de trabalho, os baixos rendimentos obtidos por elas e as desigualdades salariais entre os sexos refletem a permanência da discriminação sexual” (BRUSCHINI, 2000, p.42).

Pesquisa realizada por Fonseca (2000), em uma empresa têxtil na região sul do Brasil, exemplifica a realidade vivenciada pelas mulheres, os avanços e conquistas não implicaram melhorias correspondentes quanto à sua participação em cargos gerenciais de níveis superiores, nem em melhorias quanto à autonomia que lhes são delegadas. As mulheres inseridas no mercado de trabalho ainda exercem, principalmente, ocupações operacionais e administrativas.

Castells (1999, p.200) critica a situação afirmando “as mulheres ocupam cargos que exigem qualificações semelhantes em troca de salários menores, com menos segurança no emprego e menores chances de chegar às posições mais elevadas”. Então, percebe-se que as mulheres estão modificando a forma de inserção no trabalho; porém a valorização do trabalho masculino é maior do que o feminino, já que mesmo se igualando aos homens em certas categorias elas ainda recebem menos do que eles mesmo trabalhando em setores semelhantes e realizando as mesmas tarefas. O desafio é, portanto, modificar a realidade em que as mulheres estão inseridas, pois o que se propõe é igualdade de condições para todos.

CAPÍTULO 3 - O MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DA ANÁLISE DE OCUPAÇÕES “MASCULINAS” PREENCHIDAS POR MULHERES

Este capítulo tem por objetivo fazer uma análise das entrevistas realizadas com mulheres que estão em ocupações que antes eram preenchidas quase que, exclusivamente, por homens. Acredita-se que elas irão mostrar através de suas profissões a atual situação das mulheres no mercado de trabalho em profissões que trazem como traço marcante a predominante presença masculina e, também, o aumento progressivo das mulheres nesse mercado de trabalho.

3.1 - Mulheres em profissões "masculinas"

Cumprindo com o objetivo deste trabalho que é o de compreender as dinâmicas ocorridas no mercado de trabalho em Montes Claros - MG referentes às transformações da inserção feminina em cargos que eram preenchidos por homens; neste caso o universo da pesquisa se restringiu as seguintes profissões: Policial Rodoviário Federal, Delegada, Vereadora, Mecânica, Motorista de Ônibus, Engenheira, Médica, Advogada, Administradora e Auxiliar de Alvenaria o que permitiu descrever a percepção dessas mulheres acerca da inserção, permanência e ascensão delas no mercado de trabalho.

Para pesquisar esse universo de mulheres, foram realizadas entrevistas em profundidade através de um roteiro elaborado previamente. Foi feito um estudo de campo para dar maior profundidade aos resultados do levantamento bibliográfico e análise dos dados secundários utilizados na primeira etapa. Não se pretende fazer nenhuma espécie de amostragem probabilística, já que não se intenciona generalizações dos resultados obtidos, o critério de escolha dos sujeitos da pesquisa se deu de forma a proporcionar uma efetiva comparação em relação ao objetivo do estudo. Assim, pretende-se averiguar as disparidades existentes em relação às mulheres no mercado de trabalho especificamente com relação às mulheres que estão nas ocupações consideradas “masculinas”.

Primeiramente, foi feito um levantamento do perfil socioeconômico dessas mulheres e logo após foram feitas perguntas que permitiram às entrevistadas falarem sobre a percepção que elas possuem dos avanços e persistências que enfrentaram ou que ainda enfrentam no mercado de trabalho.

A escolha dessas mulheres deu-se através da discussão teórica e análise de dados que mostram o aumento das mulheres em profissões consideradas "masculinas". Nesse viés, reflete-se sobre as transformações nas posições identitárias em que, homens e mulheres estão inseridos atualmente no mercado de trabalho, o que implica demonstrar a quebra de paradigmas e preconceitos em relação à divisão sexual do trabalho, assim afirma Cyrino (2012),

Romper com a associação do feminino com o doméstico não é tarefa fácil, pois implica em se demonstrar pressupostos morais, crenças e valores estabelecidos sobre as diferenças entre homens e mulheres. Implica em se questionarem representações de gênero tradicionais que contribuem para criar um meio discursivo em que diferenças socialmente construídas são vistas como inevitáveis e naturais. (CYRINO, 2012, p.51).

Para a escolha dessas profissões baseou-se, principalmente na tabela abaixo, pois esta mostra a proporção em que aumentaram a participação das mulheres nessas carreiras consideradas masculinas, mas para uma melhor compreensão do foco deste estudo também foram entrevistadas carreiras que segundo o IBGE vem se destacando no aumento de mulheres nessas profissões que até então eram profissões exclusivamente masculinas.

Tabela 6 - Proporção de mulheres para diferentes profissões de 1989 a 2009 Brasil

	1989	2009
Mecânicas	0,2	0,9
Motoristas	0,4	1,2
Policiais	7,0	9,5
Engenheiras	8,6	12,9
Advogadas	29,4	42,3
Médicas	29,6	40,4
Administradoras	30,8	36,0
Enfermeiras	89,0	86,4
Professoras	91,5	83,0
Secretárias	95,0	97,2

Fonte: Pnad 1989 e Pnad 2009 (IBGE)

A tabela apresenta uma comparação da proporção de mulheres em diferentes profissões nos anos de 1989 e 2009. Esta tabela encontra-se dividida em três partes de acordo com o percentual de participação das mulheres em 1989.

Na parte superior encontram-se as três profissões consideradas masculinas: Mecânicas, Motoristas e Policiais. Constatou-se que há vinte anos, apenas 0,2% dos mecânicos de automóveis, 0,4% dos motoristas e 7% dos policiais eram mulheres. De acordo com esse diagnóstico, essas profissões passam a imagem de atividades violentas, com excessiva carga de trabalho pesado para que mulheres possam desempenhar.

Possivelmente, o conceito a respeito dessas atividades foi fundamentado na realidade onde a maior parte das pessoas que dirigiam automóveis era de homens e, naturalmente, eram atendidos por mecânicos homens. Com relação ao ingresso de mulheres na polícia, bem como nas forças armadas, existe uma discussão crescente a respeito dos efeitos positivos da presença de mulheres como fator de maior humanização da profissão. Segundo relatório divulgado em 2010 pela Rede de Segurança e Defesa da América Latina, a presença de mulheres em forças de paz nas regiões de conflitos violentos faz com que aumente a capacidade de oferecer proteção para mulheres e crianças. Entretanto, até hoje, a presença de mulheres nas forças de paz se restringe às atividades administrativas e de logística, com poucas exceções.

A extrapolação desse efeito pode ser percebida na instituição das Delegacias para Mulheres, onde é previsto que a maior parte do contingente de policiais seja formada por mulheres, com a finalidade de garantir o devido acolhimento em situações de violência. A tabela 06 mostra que ocorreu um aumento de 2,5 pontos percentuais na participação de mulheres nas polícias (militar e civil) no Brasil nas últimas duas décadas. Um avanço menos significativo ocorreu na profissão de mecânico de automóveis, onde menos de 1% são mulheres, embora o percentual de motoristas profissionais tenha se elevado de 0,4% de mulheres para 1,2%. Essas três profissões são modelos de atividades com maior dificuldade para inserção das mulheres e, provavelmente, somente será possível uma inserção significativa com mudanças culturais mais profundas.

A segunda parte da tabela apresenta profissões que eram essencialmente masculinas há 20 anos, mas apresentam uma parcela crescente de mulheres atuando. São elas: engenheiro, advogado, médico e administrador de empresas. Em 1989, somente 8,6% dos engenheiros, 29,4% dos advogados, 29,6% dos médicos e 30,8% dos administradores eram mulheres. Esses números são bastante diferentes em 2009, quando 42,3% dos advogados,

40,4% dos médicos e 36% dos administradores são mulheres. Ou seja, as mulheres estão próximas de atingir metade da participação nessas profissões, nas quais, antigamente, sua presença era bastante restrita. Com relação à profissão de engenheiro, a participação das mulheres continua pequena, somente 12,9%, mas ainda assim significa uma evolução de 4,3 pontos percentuais com relação à participação das mulheres nessa profissão há duas décadas.

Por fim, na parte inferior da tabela, constam as profissões que eram e permanecem como femininas: enfermeiro, professor e secretário. Há 20 anos, 89% dos enfermeiros, 91,5% dos professores de ensino infantil, fundamental e médio, e 95% dos secretários eram mulheres. Depois de 20 anos, as diferenças são pequenas: 86,4% dos enfermeiros, 83% dos professores e 97,2% dos secretários são mulheres.

Percebe-se que, mesmo que tenha ocorrido a inserção das mulheres em atividades masculinas, ainda existe uma relutante entrada de homens em profissões tipicamente femininas, isto é, embora a literatura sobre trabalho e gênero considere que as mulheres tenham ingressado em atividades que antes eram apenas masculinas; o que se percebe é que, na prática, ainda existe uma segregação do trabalho feminino em relação ao trabalho masculino, a saber, as mulheres ainda são a maioria em ocupações tidas como eminentemente femininas como recepcionistas, secretárias, enfermeiras etc. (Bruschini e Lombardi, 2003).

Também foi realizada entrevista com uma vereadora, pois em Montes Claros- MG dos 23 vereadores eleitos em 2012 tem-se apenas uma mulher, o que retrata bem a situação do Brasil, uma vez que, mesmo sendo a maioria da população as mulheres não chega a ocuparem 10% dos cargos.

No Brasil, as mulheres constituem mais de 50% da população. Entretanto, no Parlamento (Câmara de Deputados e Senado), elas são menos de 10% do total. As mulheres tiveram assegurado na Constituição o direito de votar e de ser votadas há 72 anos; mas desde então, continuam votando mais nos homens. Mesmo assim, 8,2% de deputadas e 12,3% de senadoras já representam um crescimento da presença feminina no poder Legislativo, talvez como efeito da "lei de cotas", aprovada em 1995. Pelo sistema de cotas, os partidos são obrigados a inscrever no mínimo 20% de mulheres nas chapas proporcionais. Embora ainda pequena, a presença das mulheres no parlamento coloca em pauta temas importantes como a proteção da mulher no trabalho, leis que combatem a violência doméstica, o cuidado infantil, criação de mecanismos para aleitamento materno e outros.

Uma análise no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) demonstra um maior crescimento da participação das mulheres na construção civil, principalmente em

atividades como Construção de estações e redes de telecomunicações, onde a participação feminina passou de 12,96% em 2010 para 13,68% em 2011. Na perfuração e construção de poços de água passou de 11,75% para 12,31%; e ainda na Montagem e instalação de sistema e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, postos e aeroportos atividade onde a participação feminina passou de 14,14% em 2010 para 14,36% em 2011.

Com esses levantamentos quantitativos da proporção do aumento de mulheres nessas profissões no mercado de trabalho delimitou-se o campo de estudo, uma vez que essas profissões vêm destacando-se devido ao aumento considerável de mulheres que se inserem nesse mercado de trabalho.

A partir dessa delimitação do grupo a ser estudado, partiu-se para as entrevistas, com a perspectiva de analisar as transformações no mercado de trabalho em Montes Claros- MG fez-se a escolha de investigar as profissões que se encontram na parte superior da tabela, pois como se viu, essas profissões nos últimos anos apresentaram um aumento considerável no mercado de trabalho em profissões que antes eram os redutos masculinos e acrescentou-se profissões como a de vereadora, delegada e auxiliar de alvenaria por se tratarem de profissões em que a grande maioria é de homens; no entanto, ao longo dos anos a participação de mulheres nesses cargos vem aumentando, como já citado. As últimas profissões de Enfermeiras, Professoras e Secretárias permaneceram na tabela a título de ilustração dos redutos femininos.

3.2- Caminhos da Pesquisa

Para a execução do trabalho de campo utilizou-se a técnica metodológica *snowball*, também divulgada como *snowball sampling* (“Bola de Neve”). Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). É uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. Essa técnica contribuiu para encontrar onde as mulheres em cargos considerados "masculinos" estavam inseridas; pois a partir de uma entrevista as mulheres foram indicando outras mulheres que estavam nesses mesmos cargos que elas, e, com isso, levando às próximas entrevistadas.

Nesse caso como também já se apresentou, o universo da pesquisa foi mulheres que estão em ocupações masculinas como delegada, policial rodoviário federal, mecânica, médica,

arquiteta, auxiliar de alvenaria, vereadora, motorista, advogada e administradora que exercem suas atividades na cidade de Montes Claros – MG.

Em relação à perspectiva metodológica adotada, a intenção foi combinar as técnicas quantitativa e qualitativa, o que contribuiu para análises que possibilitaram conhecer as várias nuances das relações sociais de gênero no contexto do trabalho. Na parte qualitativa, foram realizadas entrevistas através de questionário semiestruturado, as entrevistas foram na referida cidade. O roteiro para a realização das entrevistas foi previamente elaborado e as questões versavam sobre aspectos relativos aos objetivos da pesquisa, o roteiro de pesquisa segue nos anexos.

A escolha dessas mulheres foi feita através do perfil de mulheres em profissões masculinas, apresentado acima (tabela 07). Os dados ora apresentados e que recebem tratamento quantitativo, quando se trata de traçar o perfil dos entrevistados, foram coletados *in loco*, através de aplicação de questionário.

Mais adiante se encontra o quadro descritivo das informantes, no qual foram investigados idade, profissão, escolaridade, renda, número de filhos e estado civil. O número de informantes para este trabalho foi de 10. Em virtude da questão de tempo e análise de dados não foi possível um número maior de entrevistas. Quanto a identificação das entrevistadas, não se colocou os nomes para resguardar suas identidades, as mulheres foram identificadas apenas como entrevistadas e enumeradas de 1 a 10.

O contato com as entrevistadas deu-se através de informantes-chaves. As entrevistas foram realizadas em diversos lugares, desde o local de trabalho até a própria casa das entrevistadas. Vale ressaltar que sempre demonstraram interesse em participar da pesquisa quando foram abordadas. Em posse de um gravador e questionário foram realizadas as entrevistas para que não se perdesse tempo em somente anotando, correr o risco de perder informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa; já que, como foi dito, o questionário foi semiestruturado e com isso houve permissão abrir para outras questões no decorrer da entrevista. As entrevistas transcorreram de forma agradável e sem constrangimentos por parte das entrevistadas em relatarem a sua opinião e os fatos ocorridos. Segue também em anexo uma das entrevistas na qual a entrevistada permitiu que fosse divulgado seu nome.

Por não adotar, portanto, nenhuma espécie de amostragem probabilística, já que não se intenciona generalizações dos resultados obtidos, o critério de escolha dos sujeitos da pesquisa se deu de forma a proporcionar uma efetiva comparação em relação ao objetivo do

estudo, qual seja averiguar as disparidades verificadas entre homens e mulheres no mercado de trabalho, especificamente com relação às mulheres que têm ocupações consideradas “masculinas”.

Através dessas entrevistas, buscou-se compreender de que forma as mulheres estão se inserindo em ocupações consideradas “masculinas”, verificou-se ainda como elas estão sendo tratadas pelos seus colegas de trabalho, quais são as principais dificuldades enfrentadas por elas para chegar a essas profissões; como conciliam suas carreiras com a vida familiar; e ainda buscou-se investigar se elas sofrem algum tipo de preconceito por ocuparem esses cargos considerados "masculinos". Foram essas e outras perguntas que foram abordadas e que serão alvo de reflexão neste capítulo, associando à teoria discutida nos primeiros capítulos.

3.3 - Perfil socioeconômico das entrevistadas

A tabela abaixo apresenta o perfil socioeconômico das mulheres que foram entrevistadas.

Quadro 1 - Perfil Socioeconômico das Entrevistadas

Nº da entrevistada	Profissão	Escolaridade	Idade	Renda	Estado Civil	Número de filhos
01	Delegada	Pós-graduação	35 anos	Acima de 10 salários mínimos	Casada	02
02	Vereadora	Segundo grau completo	60 anos	Acima de 10 salários mínimos	Viúva	03
03	Policial Rodoviária Federal	Pós-graduação	34 anos	Acima de 10 salários mínimos	Solteira	Não possui filhos
04	Mecânica	Segundo grau completo	26 anos	1 salário mínimo	Solteira	Não possui filhos
05	Motorista de Ônibus	Segundo grau completo	39 anos	02 salários mínimos	Divorciada	02
06	Advogada	Pós-graduação	34 anos	Acima de 10	Casada	Não possui

				salários mínimos		filhos
07	Médica	Pós-graduação	32 anos	Acima de 10 salários mínimos	Casada	01
08	Engenheira	Mestrado	28 anos	02 salários mínimos	Solteira	Não Possui filhos
09	Administradora	Segundo grau completo	54 anos	Acima de 5 salários	Casada	03
10	Auxiliar de Alvenaria	Segundo Grau Completo	33 anos	02 salários mínimos	Solteira	Não Possui

Fonte: Pesquisa de Campo 2013

3.4- A percepção das entrevistadas quanto ao trabalho

Nesta seção serão apresentadas as percepções das entrevistadas em relação à inserção de mulheres em ocupações que, tradicionalmente, foram reconhecidas como o lugar de homens. O objetivo é de mostrar como as mulheres pensam e como elas percebem o fato de mulheres estarem se inserindo e exercendo atividades que há alguns anos eram espaços exercidos apenas por homens.

Como se viu no primeiro capítulo, o conceito de gênero é fundamental para compreender as relações de trabalho que se desenvolvem na sociedade, uma vez que, pode-se perceber desigualdades nas relações de trabalho sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho. Ou seja, a divisão sexual do trabalho manteve as mulheres nos guetos femininos, já que de acordo com Cyniro (2012) *apud* Burke e Sarda (2007), verifica-se certos rótulos para o comportamento de homens e mulheres,

Os adjetivos "masculinos" e "feminino" se referem à maneira como as civilizações modernas qualificam os comportamentos, as mentalidades e os julgamentos dos sexos. A divisão social desses papéis definiu, ao longo do tempo, o que a sociedade qualifica como "masculino" ou "feminino". De maneira geral, nossa sociedade percebe como valores femininos a paciência, a tolerância, a resignação, a submissão, a docilidade, a cooperação. Paralelamente, a sociedade qualifica como valores masculinos a impetuosidade, a agressividade, a ambição, a autoridade, o poder, a violência etc. (BURKE e SARDA, 2007, p.35)

Apesar do pequeno número de entrevistas, foi possível relatar e constatar que as entrevistadas se encaixam no novo perfil das mulheres que se inserem no mercado de trabalho, uma vez que, foi possível constatar na análise dos grupos etários que elas estão na idade da maioria das mulheres ocupadas segundo o IBGE (2011) no qual cerca de 63,9% das ocupadas tinham entre 25 e 49 anos de idade.

Quando se trata da construção de parâmetros que retratem as nuances da desigualdade de gênero com relação ao mercado de trabalho, a variável educação é tida como parâmetro central para se estabelecer as possíveis relações.

Nota-se, em relação aos anos de estudo que as mulheres entrevistadas apresentam a mesma tendência dos dados referentes de todo o Brasil, no qual as trabalhadoras que possuem 11 anos ou mais de estudo são 61,2%, ou seja, pelo menos o ensino médio completo; para os homens este percentual era de 53,2%. A parcela de mulheres ocupadas com nível superior completo era de 19,6%, também superior ao dos homens (14,2%). Por outro lado, nos grupos de menor escolaridade, a participação dos homens era superior a das mulheres.

Nesse sentido, a vantagem das mulheres na educação não se traduz em maior ocupação no mercado de trabalho, postos mais qualificados e maiores salários. As intensas disparidades evidenciam que o aumento do nível de escolaridade das mulheres não se reverteu em aumento de salários. Mesmo com 15 anos ou mais de escolaridade, os salários das mulheres representam apenas 61% dos salários dos homens.

Esses dados confirmam o que já se disse anteriormente, pois quando se trata de educação, as mulheres estão estudando mais e a educação se mostra como um dos pontos centrais de discussão para estabelecer as possíveis desigualdades enfrentadas por elas. Assim percebe-se que as mulheres estão buscando se qualificar cada vez mais, já que possuem mais anos de estudos quando comparadas aos homens. (IBGE 2012)

Isso pode ser percebido entre as entrevistadas desta pesquisa, uma vez que das entrevistadas quatro possuem segundo grau completo, quatro possuem pós-graduação e apenas uma possui mestrado, a maioria afirma que pretende fazer novos cursos; haja vista que desejam investir em suas profissões e sabem a importância de se qualificar para obter uma renda melhor.

Infere-se, nesse contexto, que os progressos que as mulheres têm alcançado no mercado de trabalho, são principalmente frutos de uma busca por melhores postos de trabalho. Os autores, Bruschini; Ricoldi; Mercado (2008) afirmam que o anseio das mulheres em

transformarem sua vida profissional levou-as para as universidades em busca de qualificação e melhores trabalhos.

É o que se nota nas falas das entrevistadas, uma vez que, a maioria delas afirma que a escolaridade fez diferença sim para estarem no cargo em que estão ocupando, pois até mesmo na área de mecânica para ser reconhecida a entrevistada teve que fazer um curso técnico,

Para estar no meu emprego não precisa de escolaridade avançada, mas sim experiência e curiosidade, mas para ser reconhecida em minha profissão tive que fazer um curso de mecânica, mesmo já sabendo o ofício, pois as pessoas duvidavam que eu sabia mesmo consertar um carro, o curso foi mesmo só para que dessem mais credibilidade para o que eu falo, pois com o diploma na mão eles passaram a dar mais valor em mim e no meu trabalho. (Entrevistada 04).

A mulher, ao longo da história, tem ocupado setores no mercado de trabalho que são definidos como sendo majoritariamente femininos, como saúde, principalmente a enfermagem e a educação, por exemplo. Essas ocupações estão relacionadas à dimensão do cotidiano doméstico das mulheres que cuidam dos filhos e administram a casa em geral. Ou seja, nas áreas em que as mulheres são mais presentes, elas chegam a ter uma renda média 25% superior a dos homens. Por outro lado, em se tratando de áreas em que são minoria, os homens chegam a ganhar até 70% a mais do que as mulheres. (IBGE, 2006). Isso indica que a desigualdade de renda apresenta duas faces: elas são verificadas entre as carreiras e dentro das carreiras. Em ambientes profissionais com maioria de homens, as mulheres, via de regra, ocupam posições mais baixas e subordinadas; e, conseqüentemente, recebem salários inferiores.

Nesse âmbito, a questão salarial é um ponto interessante e que condiz com a realidade brasileira, pois apesar das diferenças salariais ainda existentes, há uma tendência na melhoria dos salários para alguns segmentos no mercado de trabalho; visto que há uma equiparação dos salários das mulheres em relação aos salários dos homens. Nas áreas pesquisadas as mulheres afirmam receber salários iguais aos dos seus colegas de trabalho, ou seja, para as entrevistadas desta pesquisa não há diferença salarial entre homens e mulheres nas profissões analisadas.

As mulheres desta pesquisa seguem a tendência que o Brasil vem apresentando, há se que destacar os avanços que as mulheres estão conquistando. A pesquisa realizada pelo

Salário BR mostra que no Brasil, apesar dessas diferenças salariais, há sete profissões em que os ganhos das mulheres já são superiores aos dos homens, essas profissões são as de analista de marketing, analista de construção civil, engenheiras de automação, gerente de agricultura e pecuária, engenheira cartográfica, recursos humanos e assistentes de comunicação, ou seja, apesar dos ganhos financeiros para os homens serem superiores há uma tendência de que essas diferenças reduzam.

No entanto, não se pode deixar de analisar os dados referentes a esta questão salarial, já que, em muitos setores no mercado de trabalho as diferenças salariais ainda persistem, o salário médio masculino, de acordo com o IBGE no último levantamento em 2012, era de R\$ 1.962,97, enquanto as mulheres a média é de R\$ 1.561,12.

Portanto, o rendimento das mulheres para algumas profissões vem se igualando aos dos homens; no setor público, por exemplo, não há diferença salarial entre homens e mulheres, uma vez que eles trabalham a mesma quantidade de horas por dia.

A pesquisa de Salário BR ainda aponta as cinco profissões em Minas Gerais que as mulheres estão ganhando mais que os homens. As *controllers* (atuação em controladorias de empresas) lideram a vantagem, com uma diferença média de salário de R\$ 2.321 em relação ao ganho dos homens. Acompanha essa lista as mineiras engenheiras mecânicas, as gerentes de contas, publicitárias e bibliotecárias. (O Tempo, 2013, p.12).

Com isso, percebe-se que, assim como as entrevistadas desta pesquisa, muitas mulheres estão recebendo salários iguais aos seus colegas de trabalho e que as diferenças salariais vêm diminuindo consideravelmente.

3.5 - Avaliação das Entrevistadas Sobre a Atuação em Áreas Consideradas Masculinas

Ao serem questionadas sobre o fato de haver preconceito por parte dos colegas de trabalho, as entrevistadas revelaram, em sua maioria, não sentir preconceito por parte dos colegas, afirmaram que são tratadas sem distinção, pois realizam os mesmos trabalhos que seus colegas de trabalho. Mas há as que revelaram sentir, sim, preconceito por parte dos colegas, mesmo que não seja um preconceito declarado, mas que existe sim preconceito.

A Entrevistada 01 relata que no início de sua carreira após passar em todas as etapas do processo seletivo foi reprovada por ser considerada muito delicada e feminina,

Era puro preconceito porque eu sempre fui muito feminina e isso para eles não combina com delegada. Disseram que a função de delegada exigiria muito "corpo a corpo", ao mesmo tempo disseram que sou segura e firme e é isso que precisa para a função de delegada. Por isso que entrei na justiça para assumir o meu cargo, pois eu sabia que poderia sim realizar meu trabalho e a prova disso foi eu ter ganhado em todas as instâncias e ter assumido o meu cargo. Estando no meu cargo, nunca um preconceito falado, mas velado sim, um olhar de descrédito, uma sensação de que eles acham que a gente não vai dar conta, nesse sentido, sempre velado, nunca ouvi nenhuma frase. (Entrevistada 01)

Verificou-se através da fala da entrevistada 01, que as relações de gênero são determinadas pela persistência de determinadas crenças em relação ao significado do que é ser homem e o que é ser mulher, naturalizando determinadas características; ou seja, a sociedade determinou, ao longo dos anos, certas características ao sexo masculino e outras ao sexo feminino, o que determinou as funções de cada um na sociedade. (Cyniro, 2012).

A entrevistada 10 reafirma a teoria explicitada acima, pois relata que há sim preconceito por parte dos colegas na sua profissão, o que é interessante destacar que mesmo com todas as mudanças no mundo do trabalho, e, conseqüentemente, o ingresso de mulheres em postos de trabalho que antes eram preenchidos exclusivamente por homens, ainda persiste no imaginário dos homens um lugar social diferenciado para homens e mulheres. A fala da entrevistada abaixo demonstra o as mulheres pensam em relação ao exercício da função:

Já sofri preconceito diversas vezes, os homens ainda não acreditam que podemos fazer o mesmo serviço que o deles, para a maioria deles as mulheres devem ficar em casa cuidando da casa, ou então em outras profissões de menininhas como já ouvi de muitos aqui. (Entrevistada 10)

Com isso, nota-se o que já se falou nos primeiros capítulos sobre a influência do gênero na divisão sexual do trabalho, como afirma Daniel (2011), as tarefas tanto no lar como fora dele são divididas entre os indivíduos tomando como referência a divisão sexual, pois são atribuídas para homens e mulheres certas características e habilidades. Nesse viés, as mulheres saíram do espaço privado, mas as funções do espaço privado não saíram das

mulheres, já que ainda se nota uma resistência da sociedade em relação as mulheres ocuparem certas profissões.

A cultura machista deixa revelar certo preconceito com as mulheres nas profissões “masculinas”, verifica-se, portanto, que a entrada das mulheres no mercado de trabalho possui eixos que apontam para uma inserção feminina marcada por traços de desigualdade social; uma vez que, o mercado de trabalho feminino é caracterizado por ambiguidades, contradições e precariedade (CUNHA; FUENTES, 2006).

Meus familiares acharam um pouco estranho uma mulher em uma profissão dessa, acharam que não ia pra frente, o povo acha estranho mulher mexer no carro deles, mas hoje respeitam. Tem brincadeiras, mas eles hoje em dia respeitam meu trabalho. (Entrevistada 04).

A principal dificuldade foi o preconceito, quando eu comecei em outra empresa eles não queriam me dar uma oportunidade por acharem que eu não daria conta, tive que insistir muito até que consegui alguém que me indicasse para me darem o emprego, depois que eu fiz o teste e viram que eu era capaz que eu pude trabalhar como motorista. Também escuto muitas piadinhas dos usuários, principalmente das mulheres, as próprias mulheres são as que mais têm preconceito, que falam que não têm seguro de vida, que é um perigo, os homens sempre elogiam. (Entrevistada 05).

Dos colegas de trabalho não, todos os vereadores me tratam muito bem, mas existem mulheres do mesmo sexo, as próprias mulheres têm preconceito, as mulheres criticam meu estilo de ser, por eu ser natural, simples, popular, se as próprias mulheres não tivessem preconceito com as mulheres, talvez fosse diferente. (Entrevistada 02).

As falas das entrevistadas apontam também para uma aceitação, pois se constata que, para algumas, o fato de ser mulher e estar nessas profissões, é algo extremamente normal, para elas preconceito é algo distante. As entrevistadas reafirmam que há mudanças sim na visão das mulheres nesses cargos,

Sinceramente nunca senti não, de forma geral a Polícia Rodoviária Federal, tem em torno de 10% de mulheres, se aprovado as funções são de igual para igual, tem diferenças nas provas físicas que são adaptadas para as mulheres, tem hora que eles nos tratam tão de igual para igual com aqueles papos de homem que até nos deixa

constrangidas... Tem colegas que ajudam em carregar peso, tem esse cuidado, tem alguns gentis, é questão de gentileza. (Entrevistada 03).

Nunca sofri nenhum tipo de preconceito, sempre fui muito bem aceita em minha profissão. (Entrevistada 07).

No início quando eu ia negociar alguma mercadoria, os homens sempre procuravam por outros homens para negociar, sempre procuravam o gerente, o dono, hoje já se tornou normal a aceitação das pessoas em ter uma mulher que seja a sua chefe ou que seja com uma negociação. (Entrevistada 09).

Nas falas apresentadas, ainda verifica-se que algumas entrevistadas relatam certo preconceito dos pais e familiares quanto à profissão que elas resolveram seguir, ou seja, fruto de uma sociedade patriarcalista⁴, na qual a mulher foi criada para cuidar do marido e filhos e de uma sociedade na qual os homens detêm o poder e as mulheres se subordinam a eles. Por isso percebe-se a não aceitação e visão social de que as mulheres não podem exercer certas funções na sociedade.

Lembro até que meu pai disse na época, deixa minha filha, às vezes é porque essa carreira é muito pesada para você, não mexe com isso não...mas minha mãe sempre me deu apoio, esteve comigo em todos os momentos, mas meu pai falou isso, preconceito masculino mesmo.(Entrevistada 01).

Até hoje minha família questiona, querem que eu volte a dar aulas, acham mais seguro eu dar aula e acham que ser motorista é coisa de homem. Meu ex-marido mesmo, quando ficou sabendo que eu ia tentar carteira para dirigir ônibus ficou rindo de mim, dizendo que eu não ia dar conta, riram de mim ele e a família dele, sempre aquele preconceito de que mulher não dirige bem, que não dá conta.(Entrevistada 05).

Posso dizer que no meu ambiente de trabalho, sempre fui tratada muito bem, com muita cordialidade e sem discriminação. As dificuldades que encontrei no início da minha carreira, certamente

⁴ Patriarcado é uma palavra antiga, que mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos "estágios" da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX, com a "segunda onda" do feminismo surgida nos anos 70 no Ocidente. Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres.(DELPHY, 2009, p.173)

eram inerentes a falta de experiência e prática na profissão, que diminuíram com o passar do tempo, mas com certeza lá no início, as primeiras advogadas tiveram dificuldades, pois ser doutor, porque não tem jeito, as pessoas chamam os advogados de doutores, era complicado, era coisa pra homem, imagine a dificuldade para uma mulher entrar em um presídio, ficar a sós com um cliente, muita dessas coisas eram inconcebíveis para as mulheres, para os homens o papel das mulheres era cuidar só da casa, os homens que estudavam e trabalhavam, com certeza no início o preconceito em relação há uma mulher atuar nessa área era complicado. Sei de relatos em que as advogadas eram confundidas com secretárias justamente por ser mais comum a predominância de homens nessa profissão... Mas isso falo antes, hoje é bem diferente, pois como eu disse, eu nunca tive dificuldades. (Entrevistada 06).

Minha família no início achou muito estranho, diziam que eu não daria conta porque é um trabalho de homem, às vezes eles ainda questionam que eu poderia procurar outra coisa, mas aos poucos estão acostumando com meu trabalho e por enquanto é o que vou fazer, pois me dá mais dinheiro do que trabalhar na casa dos outros. (Entrevistada 10).

Esses depoimentos mostram que ainda persiste no imaginário da sociedade que as mulheres são mais preparadas do que os homens para o exercício de atividades que exigem cuidar de determinada coisa ou de alguém. Isso remete à teoria de Suarez (2000) quando ela considera que, desde a infância, mulheres e homens são socializados para determinados papéis sociais. Assim como considera também Aguiar (1996), a mulher é socializada para cumprir a função afetiva, de cuidar da casa, dos filhos e familiares. Já os homens são socializados para cumprir a função instrumental, ou seja, de prover a família de alimentos, vestuários enfim, de todas as necessidades familiares.

Conclui-se que, apesar dos avanços das mulheres no mercado de trabalho, das oportunidades delas se inserirem nessas profissões, ou seja, as mulheres terem acesso a atividades que eram tradicionalmente tidas como atividades masculinas – no caso desta pesquisa mecânica, médica, advogada, administradora, auxiliar de alvenaria, engenheira, motorista, vereadora, policial federal e advogada – constata-se que em relação às representações sociais, que ainda há uma diferenciação entre homens e mulheres, fato que impacta a inserção das mulheres em ocupações tidas como masculinas.

3.6 Percepção das Entrevistadas Quanto as Mudanças e Persistências no Mercado de Trabalho entre Homens e Mulheres

Quando perguntadas se elas acreditam que está mudando a forma como as mulheres são tratadas em suas profissões a maioria acredita que sim, o que mostra uma mudança na forma como a sociedade está aceitando a inserção das mulheres no mercado de trabalho, nessas profissões. No entanto, essa inserção para algumas profissões requer um certo cuidado, como revelam as falas abaixo, visto que algumas entrevistadas relataram que há ainda muita coisa para ser mudada, ou seja, há um aumento do número de mulheres e uma aceitação cada vez mais crescente da entrada delas nessas profissões,

Acredito muito, hoje as mulheres estão passando muito mais em concurso para delegada, antes era uma ou outra, as mulheres estão passando mais, as mulheres estão mais estudiosas, inserindo mais no mercado de trabalho, obrigatoriamente eles estão tendo que tratar de forma igual porque está sendo ocupado o espaço no mercado de trabalho em termos quantitativos. (Entrevistada 01).

Sim, acho que sim, às vezes temos cuidado na questão técnica, de não montar um efetivo só de mulheres, já que a maioria são homens, não montamos uma equipe só de mulheres, se é uma equipe de dois, a gente tenta que não seja duas mulheres, até mesmo pela questão da imposição diante da grande sociedade porque se chegar duas mulheres dá a sensação de fragilidade, nesse sentido faz diferença. (Entrevistada 03).

Sim, porque antes eles acreditavam que mulher não dava conta de dirigir ônibus como os homens e hoje eles estão vendo que damos conta sim e até melhor, eles estão até preferindo as mulheres, porque temos mais paciência para tratar os usuários, temos mais cuidado e prudência no trânsito, não causamos acidentes, nunca teve acidente com as mulheres dirigindo ônibus, os usuários mesmo falam que sempre temos um sorriso no rosto e paciência no trânsito, coisa que muitos homens não têm, por isso acredito sim que esteja mudando. (Entrevistada 05).

Apesar de ainda existir preconceito, a forma que as pessoas estão vendo as mulheres, no meu caso na construção civil vem mudando, porque antes, as mulheres não trabalhavam nesse serviço, hoje apesar de sermos poucas já podemos pensar nessa profissão como

uma forma de ganhar dinheiro e que apesar das dificuldades, estar aqui é melhor do que trabalhar em muitos outros serviços que tem por aí e que são serviços considerados de mulheres. (Entrevistada 10).

Com base nas falas, compreende-se que há sim um avanço na entrada das mulheres no mercado de trabalho nas profissões em que os homens são ou eram a maioria, pois os dados mostram o crescimento da entrada das mulheres nessas profissões. Contudo não se pode deixar de destacar também que, mesmo com esse avanço as mulheres ainda precisam lutar contra as desigualdades que persistem. Como relata a entrevistada 03, há muito ainda que avançar em algumas profissões.

Não porque homem vai sempre confiar em homem para consertar o carro, o que acontece, se chega um cliente na loja, eles passam por mim e vão procurar um rapaz, depois que eles explicam que sou mecânica que eles me procuram, mas sempre vai ter desigualdade em relação a uma mulher fazer o serviço de um homem, não tem jeito, o homem vai estar sempre um passo a frente das mulheres.(Entrevistada 04).

Isso leva a refletir que, mesmo quando as mulheres se inserem no mercado de trabalho e compartilham posições similares às dos homens, as perspectivas futuras em relação a carreiras e espaços de desenvolvimento profissional são diferentes para cada sexo; já que as respectivas oportunidades dentro do mercado ainda estão limitadas pela divisão sexual do trabalho, presente no discurso e nas instituições que regulam as relações de trabalho. (CUNHA; FUENTES, 2006)

Quando as entrevistadas foram perguntadas sobre se as mulheres podem exercer as mesmas funções e cargos que os homens; nas entrelinhas de suas respostas percebe-se que, em geral, elas consideram que as mulheres possuem as mesmas capacidades que os homens, entretanto, as próprias mulheres ressaltam as qualidades femininas na medida em que consideram que as mulheres são mais frágeis, mais criativas, mas ao mesmo tempo, consideram que algumas atividades são pesadas para elas. Consideram que existem algumas atividades que as mulheres não fazem tão bem quanto os homens devido à própria constituição física da mulher que é diferente do homem.

Com algumas limitações, eu sou a favor assim, que mulheres e homens têm diferença sim, por exemplo: em uma operação se não

tiver homens junto comigo, porque eu acho que o homem no enfrentamento corpo a corpo ele tem mais suporte físico que eu, mais coragem, eu acho que há limitações físicas, tem coisas de homem e coisas de mulher. A igualdade não pode ser ao pé da letra, no direito a gente estuda isso, toda igualdade tem que ser formal, tem que ser igualdade material, ela é muito mais profunda. A mulher tem mais jogo de cintura, maleabilidade, se apegamos mais a detalhes na investigação, mais detalhista, meus interrogatórios são muito mais minuciosos, bem feito, o que ajuda nas investigações. Os homens são mais o todo, não são tão detalhistas, esse é o lado positivo da mulher, não que alguns homens não tenham isso, mas é o lado que a mulher tem mais de diferente do homem, ela é mais humana.(Entrevistada 01).

Sim, mas na nossa profissão é diferente porque não tem limitação, concorremos de igual para igual, a distinção que se faz é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, é claro que do ponto de vista científico, claro que os homens têm mais força física que a mulher, as provas são diferentes, é mais uma questão na realidade que agente vive é questão de afinidade e não de sexo. (Entrevistada 03).

No aspecto intelectual, sim. Pois acredito que as mulheres são cada vez mais qualificadas para diversos afazeres, mas quando se trata de usar a força física para os homens é muito mais fácil. (Entrevistada 08)

Já algumas mulheres consideram que não há diferença entre os homens e mulheres em relação às capacidades. Para elas, homens e mulheres têm as mesmas capacidades, e podem alcançar as mesmas profissões e oportunidade.

Claro que pode, não foi à toa que uma mulher chegou a presidência da república, então está provado aí, os homens que se cuidem, nós somos capazes, nós somos competentes. (Entrevistada 02).

Sim, pois hoje temos várias mulheres em profissões que antes só tinham homens, as mulheres podem ocupar qualquer profissão, antes não tínhamos oportunidades, a mulher ficava só dentro de casa, cuidando da casa, do marido e dos filhos, mas hoje nós podemos tudo, se temos até uma presidente, então podemos sim fazer as mesmas coisas que os homens fazem.(Entrevistada 05).

No início, as pessoas me diziam que eu não daria conta de administrar, que isso é coisa de homem, meu pai duvidou que eu seria

capaz de administrar nossa empresa, hoje ele tem orgulho de mim e sempre diz que faço melhor que muitos homens, então creio que as mulheres podem sim fazer as mesmas coisas que os homens fazem. (Entrevistada 09)

Vale ressaltar a resposta da entrevistada cuja profissão é a de mecânica, pois mesmo exercendo um trabalho que exige muita força física em alguns momentos. Ela acredita que mulheres e homens podem sim exercer as mesmas funções, e, também, destaca as qualidades femininas como forma de diferenciar o trabalho dos homens, do trabalho das mulheres, o que de acordo com Butler (2006), "a associação da feminilidade às mulheres, como se essa fosse uma propriedade natural ou necessária, é um mecanismo da produção do gênero em si mesmo" em sua fala isso fica bem explícito,

Podem sim, mas os homens têm que dar oportunidade, porque muitos fecham a cara pra gente, eles olham pensando que eu não deveria estar onde estou. Hoje mesmo não deixo de fazer nada, quanto ao meu trabalho por eu ser mulher, pois hoje tem os equipamentos certos para levantar uma roda, apertar, então não tem dificuldade nenhuma para uma mulher ser mecânica. Eles até falam que sou melhor do que eles, (risos) porque pelo fato de eu ser mulher, a mulher tem mais habilidade com umas coisas, tem mais jeito do que os homens com umas coisas, por exemplo, se eu tiro uma peça de um carro, eu não vou querer montar ela suja de novo, eu vou lavar ela antes de colocar ela no lugar, então eu quero fazer bem feito para o cliente voltar e fazer outros serviços comigo. Eu tento ser a melhor profissional possível na minha área pelo simples fato de eu ser mulher, eu não quero mostrar aos homens que sou mais do que eles, mas que eu posso ser igual a eles, fazer o mesmo trabalho que eles. (Entrevistada 04).

Quando questionadas se há diferenças nas lideranças femininas em relação às masculinas na forma de lidar com as pessoas a maioria disse que sim e as falas relatam bem esse posicionamento, pois mais uma vez destacam em suas falas as qualidades femininas como a paciência, facilidade em detalhar e captar as coisas melhor do que os homens, o que é motivo de elogios e reconhecimento por parte dos colegas de trabalho,

É uma faca de dois gumes, a mulher de forma geral tem uma sensibilidade maior para questões que o homem não percebe a mulher percebe, em relação às pessoas ela capta algumas coisas tanto

positivas quanto negativas que às vezes o homem não percebe, mas a mulher tende a ser mais exigente também, eu não sei se isso é da natureza da mulher ou se, a mulher para estar em um cargo de gestão ela tem que se dá muito... Há uma certa necessidade de provar que ela é capaz de estar ocupando o cargo, isso é real.. Nos cargos de gerência ela tem que demonstrar mais força não pode demonstrar fragilidade, os homens não demonstram nem força nem fragilidade, as mulheres se envolvem muito mais, então como ela se envolve, é claro que uma coisa vai deixar ela mais triste ou mais alegre, a mulher vive mais intensamente as emoções, e isso pode aparentar fragilidade e por causa disso a gente tem que ficar provando nossa competência. (Entrevistada 03)

Eu sei que quando eu tiver minha oficina eu serei coerente e paciente com meus funcionários, coisa que muitos homens não são, eu até penso de montar uma oficina só de mulheres porque eu quero que trabalhem como eu trabalho, mulher é diferente, se ela vê uma coisa jogada você não vai passar por ela e deixar, ela vai pegar e guardar, não vai deixar de qualquer jeito e homem não faz isso, eles deixam tudo bagunçado, então se eu tiver uma oficina só de mulheres vai ser mais fácil de organizar porque as mulheres trabalham melhor do que os homens. (Entrevistada 04).

Com certeza as mulheres são mais compreensivas quando ocupam cargos hierarquicamente superiores, os homens agem somente com a razão, as mulheres colocam sentimento em tudo que fazem não tem jeito e pra mim isso faz toda a diferença na forma da mulher gerenciar... É o diferencial feminino!(Entrevistada 06)

Assim como relatou a entrevistada 03, Lombardi (2008) afirma que as mulheres quando assumem cargos de chefia, precisam provar que são capazes de comandar equipes e, dentro das possibilidades estabelecidas pela organização do trabalho, encontrar um jeito próprio de gerenciar mais feminino. Em outras palavras, por se sentirem desconfortáveis como mulheres no desempenho das funções tradicionalmente atribuídas aos homens, uma parte das gerentes e diretoras tem a oportunidade de, em vez de negar a própria feminilidade, suprimindo-a, valorizá-la como marca da diferença. E, assim fazendo, estariam contribuindo para a reflexão coletiva sobre os modos de gerenciar em seus locais de trabalho o que ficou claro nas falas acima.

Com esses relatos, também deve-se atentar para o fato de que, mesmo as mulheres ocupando postos de trabalho considerados de prestígio, volta-se à questão de que as mulheres são alvo de discriminação e não há o verdadeiro reconhecimento por parte da sociedade. Um dos fatos que demonstra isso é que há uma limitação ascensional referente às mulheres, pois,

mesmo que as mulheres venham assumindo cargos de responsabilidade na gerência e na diretoria das empresas, é rara sua presença no topo da hierarquia empresarial, processo designado "teto de vidro". (LAUFER E FOUQUET, 1997; BRUSCHINI E PUPPIN, 2004). Isso fica claro quando se analisa a porcentagem de mulheres que ocupam cargos de liderança no Brasil, já que apenas 27% dos cargos de liderança no país são ocupados por mulheres, uma elevação de três pontos percentuais em relação a 2011, de acordo com pesquisa do International Business Report. A maior parte está na área de recursos humanos (16%).

Sabe-se que, nas últimas décadas, houve um reordenamento não só no mercado de trabalho, mas também nas relações familiares. Valores tradicionais em relação à família, à sexualidade e à maternidade passam a ser reformulados, alterando as práticas cotidianas e mentalidades, mas apesar dessas transformações isso não quer dizer que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, representou uma mudança revolucionária na vida dessas. Elas ainda continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família, ainda são vistas como aquelas que "ajudam no orçamento familiar", enquanto aos homens cabe o papel de provedor. (HARVEY, 1992, p.03)

O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como o ciclo de vida familiar em formação, com filhos pequenos, famílias maduras, filhos adolescentes, famílias mais velhas, e a estrutura familiar - família conjugal, chefiada por mulher, ampliada, presença de outros parentes - são fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego tenham papel fundamental. (BRUSCHINI, 1998, p.04)

A inserção da mulher no mercado de trabalho sofreu alterações no decorrer dos anos, principalmente nos anos 70, "a inserção das mulheres não fez com que as mulheres deixassem de desempenhar suas funções como mães, donas de casa e principais responsáveis pela administração do lar. Isso pode explicar ao menos, em parte, a complexidade da participação da mulher no mercado de trabalho em comparação aos homens". (FERREIRA, 2010, p.05)

Os autores Dedecca (2004) e Melo (2005) comprovam através da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio) que a jornada total de trabalho das mulheres, incluindo o trabalho doméstico e o assalariado é nitidamente superior à dos homens.

Ao analisar a da PNAD de 2001, o autor Dedecca (2004, p.42) demonstra que as mulheres "alocam" três vezes mais tempo do que os homens em atividades ditas "domésticas", mesmo quando o homem se encontra em situação de emprego. Ainda ressalta que a dupla jornada de trabalho tende, muitas vezes, a estar associada à baixa remuneração, pois uma boa

condição financeira pode permitir à mulher inserida no mercado de trabalho a contratar profissionais que realizam boa parte do trabalho doméstico.

Percebe-se isso nas falas das entrevistadas, pois quando questionadas sobre as dificuldades de associar a vida profissional com a pessoal, cuidar da casa, dos filhos, elas mostraram, em sua maioria, que há dificuldades sim de associar vida profissional e pessoal até mesmo para as que não possuem filhos, elas acreditam que se tivessem filhos, com certeza, seria mais complicado conseguir administrar o cuidar da casa e trabalhar fora de casa mesmo possuindo empregadas domésticas para cuidar de parte dos cuidados com a casa,

Sim, eu me sinto sobrecarregada, mas eu acabo dando conta, me sinto um pouco cansada, os filhos não me atrapalharam chegar a esse cargo, mas me sinto cansada. (Entrevistada 01).

Depois que a gente ascendeu essa questão feminista, a gente ficou brigando por espaços ocupados que eram ocupados só pelos homens, a gente ganhou os espaços, mas não perdemos os outros, a casa continua sendo da gente, quem ganhar meninos, quem tem filhos, por mais que o marido a ajude é a mulher que cuida mais, a gente conquistou autonomia, mas não conseguiu largar o resto, então a mulher que vai gerir, tem todo o estresse da vida dela, as questões todas dela... Eu penso que não cabe um filho na realidade que eu vivo, eu acho que é muita responsabilidade, por mais que tenha o retorno emocional. (Entrevistada 03).

Não, mas sei que se tivesse filhos seria complicado, daria conta, mas seria complicado pois cuidar da casa exige muito e trabalhar mais ainda, é cobrança de todos os lados, ainda mais no meu caso que tenho que defender meu cliente, tenho as audiências e se meu filho estiver doente como fazer... Nem sei ainda, mas sei que será complicado. (Entrevistada 06).

Essas falas vão ao encontro das pesquisas realizadas por Bruschini (1998, p.04), pois ela afirma que "esta definição social dos papéis masculinos e femininos no âmbito da família tem consequências diferenciadas sobre homens e mulheres, em sua participação no mercado de trabalho"; uma vez que, a necessidade constante das mulheres em articular a vida familiar e a profissional limita a disponibilidade para o trabalho, ou seja, seu ingresso no mercado de trabalho não depende apenas de demanda e qualificação, mas sim de uma combinação de características pessoais e arranjos no âmbito doméstico

Souza (2007) ao apresentar suas pesquisas sobre a percepção de tempo sob a perspectiva de gênero, mostra através dos resultados sobre a análise de Usos de Tempo, realizada em Belo Horizonte em 2001 que, as mulheres possuem um tempo do tipo mais distributivo, que incorpora o outro, ou seja, a família, os filhos e o marido, já os homens possuem um tempo denominado próprio (Nowotny, 1989), um tempo mais individualizado em que o indivíduo se dedica mais a si próprio. Isso pode explicar em parte o porquê das mulheres se sentirem tão sobrecarregadas, pois elas precisam se dividir para cuidar da casa e trabalhar fora.

Outra questão foi saber como as entrevistadas percebem a mulher nos dias de hoje, quais são os principais avanços e desafios enfrentados por elas. Essa questão teve por objetivo verificar como as mulheres percebem a si e as outras mulheres no mercado de trabalho,

Eu acho que a mulher na sociedade de hoje esta sendo a estrela, ainda existe aquelas que pensam pequeno e que não vão pra frente, mas existe umas assim como eu que vem de baixo, sem medo, com coragem, eu estou orgulhosa de ser mulher, a palavra certa é essa, e desejo que todas sejam lutadoras como eu sou...todas devem ter coragem e não baixar a cabeça com um não.(Entrevistada 02).

Tem muita coisa pra conquistar ainda, mas já ocupa muito espaço, pois até pouco tempo a mulher nem votava, mas acredito que tem muita coisa pra acontecer, a mulher precisa ocupar mais cargos políticos, esse é o principal, vencer os preconceitos das próprias mulheres que tem muito preconceito com a própria mulher. (Entrevistada 01).

A mulher está conseguindo demonstrar que tem capacidade para muitas coisas, mas ela ainda tem que convencer que ela o lugar que está ocupando, ela ainda tem que provar que tem capacidade de estar ali... Existe uma cobrança em cima da mulher que é cruel, porque aí você tem que estudar mais para chegar a um cargo. Nós conquistamos nosso espaço, mas não abrimos mão de outras coisas... Queimaram o sutiã, mas esqueceram que tem uma lei natural que não muda... Se ela quer fazer aquilo que só o homem fazia, ela tem que fazer há mais e não substituindo funções... Aí a gente questiona até que ponto isso foi um bom negócios, é claro que poder fazer as escolhas, de casar, estudar, trabalhar, gastar sua vida foi uma grande conquista, é positivo, mas pagamos um preço alto... Pagando as cinzas do sutiã queimado ainda (risos). (Entrevistada 03).

A mulher avançou bastante, mas o maior desafio é o preconceito dos homens em relação ao que a mulher vai fazer, porque eles acham que

queremos tomar o lugar deles, ser como eles, mas não é isso, não queremos ser como eles, hoje já temos mulher capitã, piloto de avião, pedreira e tantas outras profissões que eram só de homens, o que eles têm que perceber que as mulheres podem fazer as coisas assim como eles, então é deixar de preconceito que as coisas melhorariam muito mais para nós. (Entrevistada 04).

Eu vejo que hoje as mulheres podem tudo hoje em dia em relação à questão profissional hoje nós podemos assim como os homens, não tem mais diferença. (Entrevistada 05).

Mais confiante, forte. Preocupada com sua qualificação no mercado e em ter uma vida independente. (Entrevistada 08)

Quando perguntadas se o fato de serem mulheres trouxe algum impedimento para assumirem seus cargos e decidirem por suas profissões, a maioria acredita que ser mulher não trouxe impedimento, na definição de suas carreiras, mas em algumas falas, as próprias entrevistadas acreditam que houve preconceito no momento da contratação, o que fica claro que pelo fato de serem mulheres elas devem estar inseridas em certos tipos de profissões que não fosse essas

Sim, por ser delicada, feminina, acham que eu não seria capaz de exercer o cargo. (Entrevistada 01).

O que impediu mesmo foi o preconceito, esses dias mesmo entrou um rapaz e uma moça no ônibus e aí o rapaz começou a fazer piadinhas, "mulher no volante, perigo constante", falando que mulher é barbeira essas coisas, aí um senhor já de idade me defendeu, falando que mulher dirige bem sim, que tem várias mulheres boas no volante, aí eles ficaram discutindo, o que me impressionou é que ele era universitário, estudante, então não devia ter esses preconceitos, mas eu não falo nada, prefiro fingir que não escuto, só faço meu trabalho da melhor forma para mostrar que eles estão errados, e que mulher dirige bem sim. (Entrevistada 05)

Foi pedido para que as entrevistadas dessem um conselho para as que almejam chegar a esses cargos, os conselhos foram variados, mas sempre falado de forma a incentivar, dar apoio às mulheres que tem vontade de inserir nessas profissões, mostrando que, mesmo com as dificuldades enfrentadas para algumas delas, isso não é motivo para desistir de entrarem nessas profissões.

Estudar muito, ser persistente, não desistir, não importar com comentários machistas, lembrou os comentários do pai e do namorado, conhecer o cargo, pois a profissão não é bicho de sete cabeças. (Entrevistada 01).

Conselho?...Primeiro ter um autoconhecimento muito grande, pra vê se esse cargo vai te completar, pois esse cargo exige muito, desde escolher um lugar para sentar em um restaurante, pois você leva para a vida mesmo o ser policial, você passa a perceber as pessoas e forma diferente, você sai do seu trabalho, mas o trabalho não sai de você. Você tem que estar disposta a carregar isso. (Entrevistada 03).

Tem que ter muita fé, paciência, se essa é a sua vontade vá em frente, não precisa de frescura com unha porque é só lavar que sai (risos) não pode desistir, têm que ter interesse os obstáculos estão aí para serem superados. (Entrevistada 04).

Se querem seguir a profissão de motorista corre atrás, não importe com os preconceitos, porque nós podemos.(Entrevistada 05).

Percebe-se com essas análises que, o mercado de trabalho brasileiro conta hoje com uma maior participação das mulheres – mesmo com relação às profissões tidas como masculinas -, e mesmo que o aumento tenha sido considerável, ainda é inferior com relação aos homens.

Portanto, através das entrevistas realizadas, afirma-se que os depoimentos corroboram as análises correntes dentro da literatura nacional e internacional, já que se observa um paradoxo. Por um lado, as mulheres estão conseguindo maior acesso no mercado de trabalho em consequência de uma maior escolaridade em relação aos homens, estão tendo acesso a ocupações tradicionalmente reconhecidas como masculinas (engenharia, arquitetura, medicina, polícia – civil militar, federal –, construção civil, etc.). Por outro lado, embora esses avanços sejam importantes e tenham que ser considerados, a atividade feminina ainda é marcada por preconceito, salários mais baixos do que os dos homens que exercem as mesmas funções, e, sobretudo, pela segregação das mulheres por causa do imaginário social que reserva lugares diferenciados para homens e mulheres dentro da sociedade. (Bruschini e Lombardi, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, através desta reflexão, que o trabalho feminino é marcado ainda pela precarização e exploração da sua mão de obra, há ainda muitas desigualdades em relação ao trabalho feminino, pois as mulheres ainda se inserem, na grande maioria das vezes, em trabalhos desvalorizados como empregadas domésticas, secretárias, enfermeiras dentre outros. As mulheres ainda recebem menores salários do que os homens para cumprirem as mesmas horas de trabalho, além de cumprir seu papel de mãe e esposa, sobrecarregando as suas funções o que, muitas vezes, as atrapalha de alcançar empregos com maior remuneração.

Quando as mulheres começaram a trabalhar, ocorreram impactos como, mudança do perfil das trabalhadoras, diminuição da taxa de fecundidade, aumento da escolaridade, aumento da renda familiar, todos esses são fatores resultantes da participação da mulher na economia do país.

Com o aumento da escolaridade, as mulheres puderam alcançar profissões de com maiores remunerações e melhores condições de trabalho como advogadas, médicas, juízas, arquitetas, engenheiras, ou seja, estão ocupando profissões que antes eram ocupadas apenas pelos homens, mas mesmo assim elas ainda ocupam cargos de chefia em setores da área social, cultural e de saúde.

É fundamental perceber a importância da inserção das mulheres no mercado de trabalho para as transformações no meio social; uma vez que, elas passaram a fazer parte da população economicamente ativa e mudaram não só as suas vidas, mas também as das suas famílias e da sociedade em si, adquirindo assim, mais informações, e ocupando espaços nas ruas, trabalhando e estudando.

As atividades femininas ainda concentram-se, em sua maioria, em setores de serviços, mas há uma diversidade das funções, uma vez que algumas mulheres estão cada vez mais estudando e chegando a altos cargos, mas não se pode esquecer que ainda há outra parcela que continua em empregos com baixas remunerações.

Verifica-se também que, apesar da existência da legislação garantindo igualdade no tratamento para ambos os sexos no mundo do trabalho, a segmentação dos postos de trabalho na organização exprime desigualdades nas relações de gênero e constrói "guetos femininos" de ocupações.

Apesar do aumento da participação feminina em cargos com bons salários, as tradicionais normas culturais ainda representam barreiras para o acesso das mulheres a posições de maior status e remuneração; uma vez que, é possível notar a persistência de padrões diferenciados da inserção de mulheres e homens, segundo setores de atividades econômicas.

Dessa forma, gênero implica uma relação que, na maioria das vezes, o que é masculino tem mais valor, conseqüentemente, as relações de gênero acabam por produzir uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo. Isso confirma que as relações de gênero são relações de poder e que são construídas ao longo da história.

Percebe-se que, apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e da diminuição da diferença salarial média entre os dois gêneros, as mulheres ainda enfrentam uma grande dificuldade de serem remuneradas e promovidas em relação aos homens.

Ressalta-se ainda que, as mulheres ainda encontram dificuldade de serem aceitas pela sociedade nessas profissões "masculinas", pois na realização das entrevistas, averiguou-se a forte influência que há em relação a divisão sexual do trabalho. Em alguns momentos elas sofrem preconceito por estarem inseridas nessas profissões e que é necessário mudar culturalmente a visão da sociedade em relação ao mercado de trabalho para que a mulher consiga alcançar as mesmas posições e salários que os homens.

Em virtude desta reflexão empírica e teórica, notou-se que, as relações de trabalho e gênero ainda são definidas pelo imaginário social de homens e mulheres, sobre o lugar que eles ocupam na sociedade, ou seja, que há profissões que devem ser exercidas por homens e outras por mulheres, pois para as mulheres cabe o papel da reprodução e aos homens o papel de atividades produtivas. Com isso percebe-se que, embora tenham ocorrido alguns avanços no mercado de trabalho, há uma diferenciação que persiste no mercado de trabalho que impacta a inserção das mulheres no setor laboral.

O que leva a um questionamento: há uma igualdade diante das relações de trabalho entre homens e mulheres? Verifica nas análises das entrevistas e com o apanhado teórico que há sim avanços, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro conta hoje com uma maior participação das mulheres, pode-se exemplificar a inserção das mulheres nessas profissões tidas como masculinas, as mulheres apresentam visivelmente níveis de escolaridade superiores aos dos homens, ou seja, muitas desigualdades foram amenizadas, mas as

diferenças ainda persistem, uma vez que, os dados apresentados pelo IBGE, mostram que os homens, na maioria das profissões, ainda possuem um rendimento mensal maior que o das mulheres ocupando os mesmos cargos e são eles os primeiros a se inserirem nos cargos de chefias e à mulher ainda cabe o papel principal de cuidar da casa e filhos associado ao trabalho fora de casa.

Essas diferenças que ainda persistem e a pouca participação das mulheres em certas profissões (como os cargos políticos) sendo que as mulheres são a maioria da população brasileira, fazem com que se compreenda que a explicação das diferenças que persistem no mercado de trabalho está atrelada às construções sociais e culturais, pois essas são as que definem o lugar de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Tentou-se mostrar a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de se reconhecer a importância da participação da mulher na população economicamente ativa para a sociedade como um todo. As mulheres estão alcançando condições de agentes, ocupando seu espaço na sociedade, impondo as suas necessidades, assim, o debate sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho tornou-se essencial para as discussões contemporâneas, pois há que se discutir ainda as desigualdades de gênero apresentadas no trabalho, uma vez que a participação das mulheres é a base para o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é Trabalho?** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ABRAMO, L. **A Situação da mulher no mercado de trabalho Latino Americano.** In: Textos para Debate Internacional-Cadernos Cut- n° 11-São Paulo, 1998

ANTUNES, Ricardo; SILVA, A; Maria – **O Averso do Trabalho** – 2. ed – São Paulo: Expresso Popular, 2010.

ANTUNES, Ricardo L.C. **Dez Teses Sobre o Trabalho do Presente e uma Hipótese Sobre o Futuro do Trabalho.** Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, de 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG. Seminário Temático n. 34: *Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea.*

ARAÚJO, A. M. C. e FERREIRA, V. **Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva.** In: ROCHA, M.I. B., Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios. Editora 34, São Paulo, 2000.

ARIZA, Marina, OLIVEIRA, Orlandina; **División sexual del trabajo y exclusión social.** Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho. Ano 3, n. 5, 1997.

BADIE, B. Analyse comparative et sociologie historique. Revue Internationale des Sciences Sociales, n.133, p.363-372, 1992.

ASSIS, R.H. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho.** VI Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Disponível na internet em http://www.convibra.com.br/2009/artigos/140_0.pdf Acessado Junho de 2012.

BADIE, B. **Analyse comparative et sociologie historique.** Revue Internationale des Sciences Sociales, n.133, p.363-372, 1992.

BASSANEZI, C.B. **Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem- mulher, 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BENERIA, L. **Gender, Development and Globalization: economics as if all people mattered.** London- New York: Routledge, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Rais: relação anual de informações sociais. Brasília, 2000. CD-ROM.

BRUSCHINI, M. C. A.; PUPPIN, A.B. **Trabalho das mulheres executivas no Brasil no final do século XX**. Cadernos de Pesquisa, Campinas, v. 34, n121, p 105-138, jan./abr. 2004).

BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, M. A.; MERCADO, M. C.; **Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional**. Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 420p.

BRUSCHINI, M. C. A; LOMBARDI, M. R – **Capítulo suplementar: Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990**. As novas Fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho; Clevis Rapkiewicz (tradutora). – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho da Mulher: igualdade ou proteção?**São Paulo: Caderno de Pesquisa, 1987.

BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, M. A.; MERCADO, M. C.; **Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional**. Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 420p.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos**. Cadernos de Pesquisa, v37, n. 132, p. 537-542, set/dez.2007.

BUTLER, Judith. **Défaire Le genre**. Paris: Editions Amsterdam, 2006.

BURKE, Mike; SARDA, Pierre. **L'émergence des valeur féminines dans l'entreprise**. Bruxelles: De Boeck, 2007.

CAETANO, E, C, Oliveira. **A Divisão do Trabalho: Uma Análise Comparativa das Teorias de Karl Marx e Émille Durkheim**. Disponível na inter net em http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060410095823.pdf. Acessado em Janeiro 2014

CAGATAY, N. **Género, Pobreza y Comercio**. Salt Lake City: Universidad de Utah, Departamento de Economia, 2001.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARLOTO; Cássia Maria. **Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino.2002**

Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm Acessado em Janeiro 2014

COSTA, Albertina; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena – **Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 420p.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José J. C.; HITOMI, Alberto H. **Indivíduo, Trabalho e Sofrimento**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.

CHAVES, Juliana C. **Estratégias de Apropriação das Emoções no Ambiente de Trabalho**. Belo Horizonte/MG: Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

CUNHA, Gabriela; FUENTES Fernanda. **Mulheres, Trabalho e Globalização: Gênero como determinantes nos padrões globais de desigualdade**. Revista Ártemis, n. 4, julho, 2006. ETC Group.

CYRINO, Rafaela. **Mulheres executivas: a divisão do trabalho doméstico à luz dos estereótipos de gênero/ Rafaela Cyrino**. - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. 188p. (Sociedade & Cultura; 10)

DANIEL, Camila. **O Trabalho e a questão do gênero: a participação das mulheres na questão do trabalho**. O social em questão XIV – N ° 25 e 26 - 2011

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Tempo, trabalho e Gênero**. Campinas: IE/Unicamp, 2004.

DEL PRIORE, M. **História das mulheres: as vozes do silêncio**. In: FREITAS S, M.C.(Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. P.217-235.

DELPHY, Cristiane. **Patriarcado (teorias do). Dicionário Crítico do Feminismo/ Helena Hirata...[et al.] (orgs.)**. - São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FERREIRA, Maria da Luz A. **Trabalho informal e cidadania: Heterogeneidade Social e Relações de Gênero**- Tese de Doutorado.

FERREIRA, Maria da Luz A. **Mulheres no lugar de homens? Impactos da inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas: frentistas e policiais femininas de Montes Claros – MG**

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.; 25cm

FONSECA, Tânia M.G. **De Mulher a Enfermeira: conjugando trabalho e gênero**. In: WALDON, V.R; LOPES, M.J.M. & MEYER (orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996a.

FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Banco de dados sobre o trabalho da mulher. São Paulo. Disponível na internet em: www.fcc.org.br Acessado em 28 de Junho de 2012.

GONTIJO, Juliana; Mulheres ganham mais que homens em sete profissões. **O Tempo**, Belo Horizonte, 30 Jun 2013.

GROULX, Lionel-H. **Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológico/** tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. -Coleção Sociologia

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

HEYZER, N. & WEE, V. **Domestic Workers in Transient Overseas Employment: Who Benefits, Who Profits**. In: HEYZER, N., NIJEHOLT, G. e WEERAKOON, N. (eds.) *The Trade in Domestic Workers: causes, mechanisms and consequences of international migration*. London: Zed Books, 1994, pp.31-101.

HIRATA, M, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

HIRATA, M, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um Olhar para a Empresa e a Sociedade**. São Paulo: Bom Tempo Editorial, 2002.

HIRATA H.; KERGOAT, D. - **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. <http://www.scielo.org/php/index.php> Maio 2012.

IKEDA, Marcelo. **Remuneração por Gênero no Mercado de Trabalho Formal: Diferenças e Possíveis Justificativas**. Texto para Discussão n. 82. Rio de Janeiro. Setembro/2000

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:

<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1099>

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulte_studos.shtm

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2009.pdfAcessado em Novembro 2012

KERGOAT, Danièle. **Relações de sexo e divisão sexual do trabalho.** LOPES, M.J; MEYER, D. e WALDOW, V.(Orgs.) Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LAUFER, J.; FOUQUET, A. **Effet de plafonnement de carrier des femmes cadres et accès des femmes à la decision dans ça sphère économique.** Relatório final de pesquisa realizada sob a Convention d'Étude avec le Service des Droits des Femmes, Ministère de Travail et des Affaires Sociales, Paris, nov 1997.

LOBO, Elizabeth S.A **Classe Operária tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOMBARDI, M. R. **Médicas, Arquitetas, Advogadas e Engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio.** Revista Estudos Feministas, v.7, n 1-2, p 9-24, 1999.

LOURO, Guacira L. **Nas Redes do Conceito de Gênero.** In: LOPES, M.J.M. MEYER, D.E. WALDOW, V.R. (orgs). *Gênero e Saúde.* Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1996.

MACEDO,Goiacira N.S. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional.** Tese de Doutorado.

MADALOZZO, Regina. **Mulheres Um diagnóstico da participação feminina na economia brasileira.** Departamento de Sustentabilidade do Walmart Brasil.2011

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena – **As novas Fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho;** Clevi Rapkiewicz (tradutora). – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural. Vol. 1 Livro Primeiro, 1983.

MEDEIROS, I.Y. **Amamentação em mulheres que trabalham: o não trabalho no**

trabalho. Disponível na internet em: www.teses.usp.br/teses. Acessado em Junho 2012.

MELO, Marlene. **A Gerência feminina em setores industrial e bancário: o conservadorismo internalizado versus o moderno em construção.** Congresso Latino Americano das Escolas de Administração, Rio de Janeiro, 2002.

NOGUEIRA, M; Claudia – **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** O Averso do Trabalho – 2.ed – São Paulo: Expresso Popular 2010 336p.

NOWOTNY, Helga. **Le temps à soi. Genèse ET structuration d'un sentiment Du temps.** Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme. 1989.

OLIVEIRA, Rosiska D. **Elogio da Diferença: o feminismo emergente.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

ORLOFF, A. **L'adieu au maternalisme? Politiques de l'Etat et emploi des néres em Suéde et aux États-Unis.** Recherches et Prévisions, n. 83, p.9-28, 2006.

Pesquisa Mensal de Emprego (MPE) Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulte estudos.shtml Acessado em Novembro 2012

PINHO, Leda de Oliveira. **Principio da igualdade - Uma investigação na perspectiva de gênero.** - Sergio Antônio Fabris Porto Alegre: 2005.

POSTHUMA, A. LOMBARDI, Maria, R. **Mercado de Trabalho e Exclusão Social da Força de Trabalho Feminina.** In: ABRAMO, L; ABREU, A.R.P. Gênero e Trabalho na Sociologia Latino- Americana. São Paulo: ALAST/SERT, 1998.

PROBST, E.R. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho.** Instituto Catarinense de Pós-Graduação – Disponível na internet em www.icpg.com.br Acessado em Junho, 2012.

POWELL, G.N. **Women & Men in Management.** London: Sage, 1993.

QUIRINO, Raquel; ARANHA, A. V.S. **O Trabalho da Mulher no Brasil nos Últimos 40 Anos** - Disponível na internet em <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cdanais/arquivos/pdfs/artigos/gt021-otrabalho.pdf>. Acessado em Julho 2012

QUINTANEIRO, Tânia. BARBOSA, Maria Ligia de O. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de.

Um toque de clássicos: Marx, Dürkheim e Weber. 2ª ed. Ver. Amp., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RAGO, M. **Desconstruindo historicamente o gênero.** In: Caderno Pagu. Bessa. K.A. (org.) Campinas: UNICAMP, 1998, p.89-98. Bessa. K.A. (org.) Campinas: UNICAMP, 1998, p.89-98.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

SANCHES, Solange. **Gênero, Igualdade Social e Sindicalismo: as mulheres no mundo do trabalho.** São Paulo: Informe PED. Mulher. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Fundação de Economia e Estatística. Ano 9. ed. Especial, Mar/2000

SARTORI, G.; MORLINO, L. **La comparación em las ciencias sociales.** Alianza Editorial: Madrid, 1994.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, n.20, v.2, jul/dez. 1995, p. 71-100.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Claudia Job. **O uso do Método Comparativo nas Ciências Sociais.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, p. 49-87, 1998.

SCHWEITZER, Sylvie – **As mulheres e o acesso às profissões superiores. Uma comparação europeia, séculos XIX e XX.** Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 420p.

SEN, Amartya Kumar – **Desenvolvimento como liberdade:** tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Dniselli Mendes. – São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SORJ, Bila. **O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-modernidade.** In: COSTA, Albertina O; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma Questão de Gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SOUZA, Márcio Ferreira. **A percepção do tempo na vida cotidiana sob a perspectiva de gênero: o dia a dia em Belo Horizonte.** Tese de doutorado.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres.** Maria Amélia de Almeida Teles. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos; 321.

VIEIRA, A. **A expansão do trabalho feminino no setor de serviços: uma análise nas cinco regiões do Brasil.** Disponível na internet em www.cse.ufsc.br/~gecon/coord_mono/2007.1/Andreza.pdf Acessado em junho 2012.

WETHERELL, M., Taylor, S. & Yates, J. S. (2001a). **Discourse as Data London: Sage Publications.**

WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes.** Geneva: WHA, 1994.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

**Avaliar a percepção que as mulheres têm de sua profissão
Montes Claros - MG
Mestrado em Desenvolvimento Social - PPGDS- UNIMONTES - 2013**

Perfil

1- Nome

2- Escolaridade

Doutorado Mestrado Pós-graduação Superior completo

Superior incompleto Ensino médio Ensino fundamental

4- Qual sua Renda?

1 S/M 2S/M 3S/M 4S/M acima de 5S/M

5- Estado Civil

Casada Solteira Divorciada Viúva Amigada

6- Número de Filhos

Não tem filhos 01 02 03 acima de 04 filhos

7- Idade

18a21anos 22 a 25 anos 26 a 29 anos 30 a 34 anos Acima de 35 anos

8- Qual sua profissão?

9- Quais os motivos que te levaram a escolher essa profissão?

10- Em relação a sua profissão você se considera...

11- Se tivesse que escolher uma profissão hoje, você...

12- Em relação ao seu futuro profissional, você pretende...

13- Quando você quis fazer faculdade e/ou seguir essa profissão, seus familiares e/ou amigos questionaram seu curso?

14- Quantas horas você trabalha por dia?

[]4h/dia[]6h/dia[]8h/dia[]Mais de 9h/dia

15- Quais as dificuldades encontradas para chegar a essa profissão/ ou cargo que você ocupa?

16- Em relação ao cargo que você ocupa, a que você associa a sua chegada a esse cargo?

17- A sua escolaridade fez diferença para você chegar a esse cargo?

18- Já sofreu preconceito dos colegas de trabalho por ocupar esse cargo apenas por ser mulher?

19- Homens e mulheres são tratados de forma igualitária na sua profissão?

20- Você acredita que está mudando a forma como a mulher é tratada na sua profissão?

21- Você considera que você consegue expressar sua opinião dentro da empresa que trabalha?

22- Quais fatores você considera mais importantes para que uma mulher possa ter um bom desenvolvimento na carreira em sua instituição?

23- Você considera que as mulheres podem exercer as mesmas funções e cargos que os homens?

24- Como você é tratada pelos seus colegas de trabalho? No início você encontrou dificuldades? Quais?

25- Você recomendaria as suas amigas, filha, sobrinhas que seguissem a sua profissão?

26- Em relação à posição que você ocupa você está?

27- Você considera que mulheres que ocupam cargos hierarquicamente superiores são...

28- Você encontra dificuldades em associar sua vida profissional com a vida pessoal (cuidado com a casa, filhos, família)?

29- Se tem filhos: Ser mãe, cuidar da casa lhe trouxe ou traz dificuldades para assumir e permanecer no cargo?

30- O fato de você ser mulher trouxe algum impedimento para você ocupar esse cargo?

[] Sim. Quais?_____

31- Há diferença salarial entre você e seus colegas de trabalho que ocupam o mesmo cargo que você?

32-Como você percebe a mulher na sociedade atualmente?Principais avanços e desafios

33-O que te dá menos satisfação as sua profissão?

34- O que te dá mais satisfação na sua profissão?

35- Que conselhos você daria para as mulheres que almejam chegar a este cargo ou seguir essa profissão?

ANEXO 2: Áudio Entrevista de Campo